UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - MESTRADO E DOUTORADO

SIMONE CESARIO SOARES

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR ATRAVÉS DO PNAE: UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ NO MUNICÍPIO DE TOLEDO

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ - BRASIL
2022

SIMONE CESARIO SOARES

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR ATRAVÉS DO PNAE: UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ NO MUNICÍPIO DE TOLEDO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - Mestrado e Doutorado do Centro de Ciências Agrárias *stricto sensu* da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável, *Campus* de Mal. Cândido Rondon.

Linha de Pesquisa**:** Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural
Orientador**:** Prof. Dr. Clério Plein

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ - BRASIL
2022

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Cesario Soares, Simone
O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR ATRAVÉS DO PNAE: UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ NO MUNICÍPIO DE TOLEDO / Simone Cesario Soares; orientador Clério Plein. -- Marechal Cândido Rondon, 2022.
205 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, 2022.

1. Políticas Públicas. 2. Segurança Alimentar. 3. PNAE. 4. Educação. I. Plein, Clério , orient. II. Título.

Campus **de Marechal Cândido Rondon**
Centro de Ciências Agrárias
Programa de pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável
Mestrado e Doutorado

SIMONE CESARIO SOARES

" O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR ATRAVÉS DO PNAE: UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ NO MUNICÍPIO DE TOLEDO"

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, de forma remota/síncrona, com uso da tecnologia de videoconferência, por meio das diversas opções de software/aplicativos disponíveis para essa modalidade, conforme conforme Ordem de Serviço nº 005/2022 – GRE, artigo 7º, em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de MESTRA em Desenvolvimento Rural Sustentável, área de concentração Desenvolvimento Rural Sustentável, linha de pesquisa Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural, APROVADA pela seguinte banca examinadora:

Clério Plein - Orientador
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Romilda de Souza Lima - Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Rozane Márcia Triches - Membro
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Dirceu Basso - Membro
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Marechal Cândido Rondon, PR, 22 de fevereiro de 2022.

Wilson João Zonin
Coordenador Especial do PPGDRS
Portaria nº 4178/2020 – GRE

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus pais, Ilma e Valdevino, aos meus irmãos Tatiane e Marcio pelo apoio, a meu companheiro de vida Altevir Signor, que sempre me incentivou e apoiou em meus projetos, e aos meus pequenos: Sophia, Henrique, Augusto e Agatha. Dedico também a todos os professores que influenciaram em minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, através dos docentes e técnicos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - PPGDRS de Marechal Cândido Rondon. Agradeço a Profª. Dra. Marli Renate von Borstel Roesler, por toda dedicação e atenção prestada. Agradeço imensamente ao Prof. Dr. Clério Plein por ter me guiado nesta caminhada. Agradeço aos membros da banca examinadora: Profª. Dra. Romilda de Souza Lima, Profª. Dra. Rozane Márcia Triches e Prof. Dr. Dirceu Basso pelo interesse e disponibilidade. Agradeço também a todos as pessoas e instituições que contribuíram para que esta pesquisa se realizasse.

O desenvolvimento humano só existirá se a sociedade civil afirmar cinco pontos fundamentais: igualdade, diversidade, participação, solidariedade e liberdade.
Betinho

Educação não transforma o mundo.
Educação muda pessoas.
Pessoas transformam o mundo.
Paulo Freire

RESUMO

SOARES, Simone Cesario. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) fev. 2022. **O Papel das políticas públicas de segurança alimentar através do PNAE: um estudo de caso de uma escola da rede estadual de educação do Paraná no município de Toledo**. Orientador: Prof°.: Dr°.: Clério Plein.

As políticas públicas são importantes ferramentas na busca pela garantia dos direitos humanos, principalmente em países onde a desigualdade social é evidente, trazendo certa equidade a sua população. Nesta perspectiva a pesquisa buscou avaliar a percepção dos atores sociais na política pública de segurança alimentar PNAE, na rede estadual de educação do Estado do Paraná, a partir do estudo de caso de uma escola da rede estadual no município de Toledo, oeste paraense. O trabalho foi desenvolvido junto à entidade executora do PNAE, responsável pela rede estadual de educação do estado do Paraná, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR), o Núcleo Regional de Educação do município de Toledo-Paraná (NRE), o Conselho Estadual de Alimentação Escolar do Paraná (CEAE), bem como a Escola Estadual do Campo de Novo Sobradinho. Quanto ao aspecto metodológico a referida pesquisa realizou um estudo de caso, onde foram utilizados questionários e entrevistas e semiestruturados, com foco na analise qualitativa. Assim foi possível perceber que apesar do estado do Paraná no que tange a alimentação dos escolares da rede estadual de educação (educação básica), tem uma estrutura organizacional muito eficaz, no entanto ainda existem questões a serem superadas, principalmente na oferta de alimentos frescos como frutas, legumes e verduras, tanto em quantidade quanto em qualidade e para, além disso, a oferta de proteína animal que até o momento atende parcialmente. Uma das barreiras para o atendimento deste problema é a questão orçamentária, haja vista que os valores repassados pelo FNDE, não são atualizados desde 2017, ao mesmo tempo a complementação realizada pelo estado não é suficiente. A oferta de alimentos orgânicos permanece um gargalo, atingindo cerca de 18% do total de alimentos fornecidos, em 2021, onde muitas escolas ainda não recebem qualquer tipo de alimento orgânico. Além disso, o aspecto da educação alimentar a ser trabalhado em âmbito escolar como conteúdo transversal e interdisciplinar está longe de acontecer, apesar de estar previsto no PNAE, considerando a escola aqui estudada podemos afirmar que não existe nenhuma ação de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Palavras- chave: Politicas-Públicas. Segurança-Alimentar. PNAE. Educação. Paraná.

ABSTRACT

SOARES, Simone Cesario. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) feb. 2022. **The role of public policies for food security through PNAE: a case study of a school of the state education system of Paraná in the city of Toledo**. Advisor: Prof°.: Dr°.: Clério Plein.

Public policies are important tools in the search for the guarantee of human rights, especially in countries where social inequality is evident, bringing some equity to its population. In this perspective the research sought to evaluate the perception of social actors in the public policy of food security PNAE, in the state education network of the State of Paraná, from the case study of a school of the state network in the city of Toledo, west of Pará. The work was developed with the PNAE executing agency, responsible for the state education network of the state of Paraná, the Paraná Institute of Educational Development (FUNDEPAR), the Regional Education Center of the municipality of Toledo-Paraná (NRE), the Paraná State School Feeding Council (CEAE), as well as the State School of Novo Sobradinho Field. As for the methodological aspect, this research carried out a case study, where questionnaires and semi-structured interviews were used, focusing on qualitative analysis. Thus it was possible to realize that although the state of Paraná regarding the feeding of schoolchildren from the state education network (basic education), has a very effective organizational structure, however there are still issues to be overcome, especially in the supply of fresh foods such as fruits, vegetables and greens, both in quantity and quality and for, in addition, the supply of animal protein that so far meets partially. One of the barriers to meeting this problem is the budget issue, given that the amounts passed on by the FNDE have not been updated since 2017, and at the same time the complementation made by the state is not enough. The supply of organic food remains a bottleneck, reaching about 18% of the total food provided in 2021, where many schools still do not receive any type of organic food. Moreover, the aspect of food education to be worked in schools as a transversal and interdisciplinary content is far from happening, despite being provided for in the PNAE, considering the school studied here we can say that there is no action of Food and Nutrition Education (EAN).

Key-words: Public Policies. Food Security. PNAE. Education. Paraná.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 -	Políticas Públicas e políticas governamentais.	40
Figura 02 -	Atores governamentais e não governamentais.	41
Figura 03 -	Atores envolvidos no PNAE (Plano Nacional de Alimentação Escolar).	44
Figura 04 -	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030.	50
Figura 05 -	Ilustração do Processo de Colonização do Município de Toledo.	72
Figura 06 -	Mapa do Estado do Paraná - Brasil.	73
Figura 07 -	Municípios Limítrofes a Toledo (PR).	74
Figura 08 -	Núcleos Regionais de Educação Paraná.	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - População Pesquisada. 24

Quadro 02 - Variáveis Pesquisadas (políticas públicas para juventudes, educação alimentar, políticas públicas de acesso à alimentação escolar, educação ambiental, sustentabilidade, sucessão rural). 25

Quadro 03 - Etapas da Pesquisa (etapas de elaboração: etapa 1, etapa 2, etapa 3, etapa 4). 24

Quadro 04 - As Dimensões das Políticas Públicas. 31

Quadro 05 - Evolução Populacional (ano, população total, população estimada, variação (%)). Toledo - Paraná - Brasil. 75

Quadro 06 - Projeção Populacional - 2021/2040 - (faixa etária, ano). Toledo - Paraná - Brasil. 76

Quadro 07 - População do Município de Toledo (população total, gênero (masculino/feminino), rural, urbana, ano) - Toledo - Paraná - Brasil. 76

Quadro 08 - Taxa de Crescimento Geométrico Populacional (rural e urbano). Toledo - Paraná - Brasil. 77

Quadro 09 - Fruticultura Comercial - (Discriminação: banana, caqui, goiaba, limão, maça, maracujá, melancia, melão, morango, pêssego, uva). Tipo; produtores; área; produtividade; unidade. Toledo - Paraná - Brasil. 80

Quadro 10 - Olericultura (Comercial) - (Descrição (abóbora, acelga, agrião, aipim, alface, batata doce, berinjela, beterraba, brócolis, cebolinha, cenoura, chuchu, couve-flor, feijão vagem, jiló, pepino, pimentão, quiabo, rabanete) tipo (convencional, certificado, em conversão para certificação) produtores, área, produtividade, unidade). Toledo - Paraná - Brasil. 80

Quadro 11 - Suinocultura Comercial - Vinculação ao Mercado (Discriminação (produtores independentes: ciclo completo); (produtores integrados: criadores de leitão, crecheiros, terminadores) produtores, matrizes). Toledo - Paraná - Brasil. 81

Quadro 12 - Avicultura Comercial - (Discriminação (aves: caipira, de corte, postura) matrizes incubatório (corte, postura), produtores, aves alojadas, produção vendida, unidade). Toledo - Paraná - Brasil. 82

Quadro 13 - Classe de idade do Produtor - (idade). Toledo - Paraná - Brasil. 82

Quadro 14 - Matrícula na Educação Básica - Modalidade (2020) - (Modalidade de ensino (ed. Infantil, creche, pré-escola, ens. fundamental, ensino médio, ed. profissional, ed. especial, EJA) Federal, Estadual, Municipal, Particular). Toledo - Paraná - Brasil. 83

Quadro 15 - Transporte Escolar no Município de Toledo (2020) - (transporte escolar (ed. Infantil, creche, pré-escola, ens. fundamental, ensino médio) rede municipal, rede estadual). Toledo - Paraná - Brasil. 84

Quadro 16 - Caracterização dos Órgãos ou Setores responsáveis pelo PNAE no Paraná 92

Quadro 17 - Avaliação da quantidade de alimentos oferecidos pelo PNAE - rede estadual de educação do estado do Paraná. 96

Quadro 18 - Avaliação da qualidade dos alimentos oferecidos pelo PNAE - rede estadual de educação do estado do Paraná. 97

Quadro 19 - Avaliação da Alimentação Saudável oferecida pelo PNAE -

rede estadual de educação do estado do Paraná. 98
Quadro 20 - Possíveis melhorias no processo do PNAE no Paraná. 105
Quadro 21 - Sugestões de melhorias na qualidade dos alimentos do PNAE-alunos da Escola Estadual do Campo de Novo Sobradinho. 111
Quadro 22 - O ensino e a formação de hábitos alimentares saudáveis na escola. 117
Quadro 23 - Ensino ou contribuições da escola para a formação de hábitos alimentares saudáveis. 118
Quadro 24 - Materiais Didático-Pedagógicos elaborados ou disponibilizados pela SEED-Paraná, sobre Alimentação Saudável. 119
Quadro 25 - Possibilidades metodológicas para ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). 120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 -	Exportações Brasileiras por Setor (Maio/2021).	79
Gráfico 02 -	Evolução da compra de alimentos orgânicos para o PNAE (2011 a 2021) no Paraná (Kg).	99
Gráfico 03 -	Alimentos comprados através do PNAE (2010 a 2021) no Paraná (Kg).	100
Gráfico 04 -	Alunos que comem o alimento oferecido pela escola, através do PNAE.	108
Gráfico 05 -	Alunos que consideram os alimentos oferecidos pela escola de qualidade.	109
Gráfico 06 -	Alunos que consideram os alimentos oferecidos pela escola de suficientes em quantidade.	109
Gráfico 07 -	Alunos que consideram os alimentos oferecidos pelo PNAE saudáveis.	110
Gráfico 08 -	Alunos que dizem saber o que é um alimento orgânico.	111
Gráfico 09 -	Alunos que comem os alimentos oferecidos pela escola, na visão dos pais.	112
Gráfico 10 -	Pais que conhecem os alimentos oferecidos pelo PNAE.	113
Gráfico 11 -	O que pensam os alunos sobre o futuro, morar/trabalhar na cidade ou no campo.	124
Gráfico 12 -	O que pensam os alunos sobre o futuro, morar/trabalhar na cidade ou no campo, na visão dos pais.	125

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 - Refeitório da Escola Estadual do Campo de Novo Sobradinho - Toledo/Paraná, out/2021. 102

Imagem 02 - Pintura do Garfield - Refeitório da Escola Estadual do Campo de Novo Sobradinho - Toledo/Paraná, out/2021. 200

Imagem 03 - Refeitório da Escola Estadual do Campo de Novo Sobradinho - Toledo/Paraná, out/2021. 200

LISTA DE SIGLAS

ABESO -	Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica
ANVISA -	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APE -	Acompanhamento do Programa na Escola
APP -	Associação dos Professores do Paraná
BNCC -	Base Nacional Comum Curricular
CAD -	Cadastro Único
CAE -	Conselhos de Alimentação Escolar
CEAE -	Conselho Estadual de Alimentação Escolar
CEDRAF -	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar
CELEPAR -	Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná
CNE -	Conselho Nacional de Educação
CESAN -	Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
CNME -	Campanha Nacional de Merenda Escolar
CONAB -	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA -	Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
CORESAN -	Comissões Regionais de Segurança Alimentar
CPAE -	Coordenação de Planejamento da Alimentação Escolar
CPORG -	Comissão de Produção Orgânica do Estado do Paraná
CPRA -	Centro Paranaense de Referencia em Agroecologia
DCN -	Diretrizes Curriculares Nacionais
DEAGRO -	Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável
DERAL -	Departamento de Economia Rural
DHAA -	Direito Humano à Alimentação Adequada
EAD -	Educação a Distância
EAN -	Educação Alimentar e Nutricional
ECA -	Estatuto da Criança e Adolescente
EJA -	Educação de Jovens e Adultos
EMATER -	Instituto de Assistência Técnica e Rural do Paraná
FAG -	Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz
FAO -	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FEPAMEF-PR	Federação de Pais, Mães ou Responsáveis Legais de Alunos e Alunas das Escolas Públicas do Estado do Paraná
FIRJAN -	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FNDE -	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEPAR -	Fundação Educacional do Estado do Paraná
IAPAR -	Instituto Agronômico do Paraná
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS -	Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB -	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDR -	Instituto de Desenvolvimento Rural-PR
INEP -	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPARDES -	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCA -	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
LDBEN -	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOSAN -	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA -	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEC -	Ministério da Educação
NRE -	Núcleo Regional de Educação

ODM -	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
ODS -	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS -	Organização Mundial da Saúde
ONU -	Organização das Nações Unidas
PCN -	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEAE -	Programa Estadual de Alimentação Escolar
PIB -	Produto Interno Bruto
PME -	Programa Mais Educação
PNAN -	Plano Nacional de Alimentação e Nutrição
PNAE -	Plano Nacional de Alimentação Escolar
PNE -	Plano Nacional de Educação
PNS -	Pesquisa Nacional de Saúde
PNSAN -	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
POP -	Procedimento Operacional Padronizado
PPP -	Projeto Político Pedagógico
PR -	Paraná
PROFUNCIONÁRIO -	Formação para os Funcionários da Educação
PSE -	Programa Saúde na Escola
PUC -	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RT -	Responsável Técnico
SAN -	Segurança Alimentar e Nutricional
SANEPAR -	Serviço de Saneamento do Paraná
SEAB -	Secretaria da Agricultura e Abastecimento
SBP -	Sociedade Brasileira de Pediatria
SEAP -	Secretaria da Administração e Previdência
SEED -	Secretaria Estadual de Educação do Paraná
SETI -	Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná
SESA -	Secretaria de Saúde
SIGECON -	Sistema de Gestão de Conselhos
SISAN -	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SMED -	Secretaria Municipal de Educação de Toledo
SME -	Sistema Merenda Escolar
TECPAR -	Instituto de Tecnologia da Paraná
UFPR -	Universidade Federal do Paraná
UNIOESTE -	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIPAR -	Universidade Paranaense
UNOPAR -	Universidade Norte do Paraná
UPES -	União Paranaense dos Estudantes Secundaristas
UTFPR -	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
VBP -	Valor Bruto de Produção

LISTA DE ABREVIATURAS

a.	Antes
Alq.	Alqueires
Art.	Artigo
Cap.	Capítulo
C.	Cristo
Conv.	Convencional
Ed.	Educação
Eex.	Entidade Executora
Ens.	Ensino
Fund.	Fundamental
Ha.	Área
Hab.	Habitantes
Km.	Quilômetros
Kg.	Quilogramas
N°.	Número
Res.	Resolução

SUMÁRIO

SUMÁRIO 16
1 INTRODUÇÃO 19
1.1 OBJETIVOS 22
Objetivo Geral 22
Objetivos Específicos 22
1.2 METODOLOGIA 23
2 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 26
2.1 A formação do Estado e as Políticas Públicas 26
2.2 As Políticas Públicas e seus respectivos conceitos 29
2.3 Os Tipos de Políticas Públicas 39
2.4 Os atores sociais: - quem são os envolvidos nas políticas públicas? 42
2.5 Abordagem teórica das Políticas Públicas 44
3 A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: DO ASSISTENCIALISMO À FORMAÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS 49
3.1 O Desenvolvimento Humano e o direito à alimentação 49
3.2 Alimentação Escolar no Brasil: uma história 54
3.3 A SAN e o PNAE no Estado do Paraná 58
3.4 Agrotóxicos: economia e processo produtivo 62
3.5 Educação alimentar e o papel da escola 63
4 ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS E FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO (PR) 71
4.1 Origem e história do município de Toledo 71
4.2 Características Territoriais e Estruturais do Município de Toledo 73
4.3 Características Populacionais do Município de Toledo 75
4.4 Características Econômicas do Município de Toledo 77
4.5 A Produção Agropecuária e o perfil dos produtores rurais de Toledo 78
4.6 Aspectos Educacionais do Município de Toledo 82
4.7 Um contraste entre economia e desenvolvimento 84
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO 86
5.1 Contextualizando a Pesquisa 86
5.2 A Gestão do PNAE no Paraná 87
5.2.1 O Processo de aquisição e logística dos alimentos adquiridos pelo PNAE no Paraná 91

5.3 A oferta de alimentos saudáveis pelo PNAE .....
5.4 O que pensam os jovens atendidos pelo PNAE?.....106
5.5 O que pensam os pais sobre o PNAE?.....112
5.6 O Aspecto Educacional do PNAE 113
5.6.1 A Formação dos Educadores 121
5.7 Programas e ações interdisciplinares e intersetoriais 122
5.8 Um pouco sobre as perspectivas e o futuro da juventude rural 124
5.9 Algumas considerações 126
CONSIDERAÇÕES FINAIS 128
REFERÊNCIAS 132
APÊNDICE A - MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....144
Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (FUNDEPAR).....144
Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (NRE/Toledo) 146
Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (SEED).....148
Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (Autorização dos alunos).....150
Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (Conselho Estadual de Alimentação Escolar - PR (CEAE)).....152
Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (Diretora).....154
Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (Merendeira) 156
Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (Pais) 158
Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (Pedagoga) 160
Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (Professor (a)).....162
Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (Secretário Escolar) 164
Termo de assentimento - TA - Crianças ≥ 07 anos de idade (Alunos) 166
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS 168
Questionário A - Pais 168
Questionário B - Professores.....170
Questionário C - FUNDEPAR.....173
Questionário D - Núcleo Regional de Educação de Toledo 175
Questionário E - Alunos.....178
Questionário F - Diretor.....182
Questionário G - Pedagogo.....188
Questionário H - Merendeira 191
Questionário I - Secretário Escolar.....195

Questionário J - Conselho Estadual de Alimentação Escolar (CEAE) 197
APÊNDICE C - IMAGENS DA ESCOLA ESTADUAL DO CAMPO DE NOVO SOBRADINHO.....200
Imagem 02: Pintura do Garfield - Refeitório da Escola Estadual do Campo de Novo Sobradinho - Toledo/Paraná, out/2021.....200
Imagem 03: Refeitório da Escola Estadual do Campo de Novo Sobradinho - Toledo/Paraná, out/2021.....200
ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP 201
ANEXO B - APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA SEED/NRE.....205

1 INTRODUÇÃO

A região Oeste do Paraná, mais especificamente a cidade de Toledo, sempre foi caracterizada pela grande produção agrícola. O desenvolvimento desta região foi e ainda é atrelado ao montante econômico gerado pela agroindústria, e representado pelo seu alto Produto Interno Bruto (PIB). No entanto a ideia de desenvolvimento por vezes desconsidera os propósitos defendidos pelas Nações Unidas quanto ao Direito ao Desenvolvimento, dentre eles fatores como o acesso a qualidade do alimento, da água, do ar entre outros, e por consequência a qualidade de vida de sua população. Todo e qualquer processo desenvolvimentista deve preservar a pessoa humana, como descrita na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento adotado pela Resolução n.º 41/128 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 04 de dezembro de 1986:

> Reconhecendo que a pessoa humana é o sujeito central do processo de desenvolvimento e que a política de desenvolvimento deve assim fazer com que o ser humano seja o principal ator e beneficiário do desenvolvimento (Res. n.º 41/128, ONU, 1986, p. 02).

Tendo em vista os grandes desafios encontrados tanto no âmbito social quanto ambiental, se faz necessário desenvolver novos enfoques teóricos e metodológicos na busca pela superação de visões de desenvolvimento pautada apenas num viés economicista. Essa visão baseada apenas na economia revela uma forma deficitária de perceber a complexidade socioambiental e cultural que levaram ao agravamento e deterioração do meio ambiente, bem como da exclusão social, o que direta e indiretamente acaba por se refletir nas condições de saúde da população (SOARES, *et al.,* 2021).

Corroborando com esta ideia a União das Nações Unidas (ONU) compreende que é necessário garantir a igualdade de acesso a recursos básicos, nesta perspectiva afirma:

> Artigo 8.º 1. Os Estados devem pôr em prática, a nível nacional, todas as medidas necessárias para a realização do direito ao desenvolvimento e deverão assegurar, nomeadamente, a igualdade de

> oportunidades para todos no acesso aos recursos básicos, à educação, aos serviços de saúde, à alimentação, à habitação, ao emprego e a uma justa distribuição dos rendimentos. Devem ser adotadas medidas eficazes para garantir que as mulheres desempenhem um papel ativo no processo de desenvolvimento. Devem ser levadas a cabo reformas econômicas e sociais adequadas a fim de erradicar todas as injustiças sociais (Res. n.º 41/128, ONU, 1986, p. 02).

Dentre as condições mínimas de dignidade humana está o direito essencial à alimentação, previsto na Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988). Mas que ainda na contemporaneidade permanece como um desafio a ser superado. E para além da fome enfrentada por muitos brasileiros pela dificuldade de acessar uma alimentação mínima e adequada seja pelas condições financeiras impostas ou mesmo pelo não acesso a alimentos de qualidade, fazem-se necessárias políticas públicas de acesso este item tão essencial a vidas de todos.

Nesta perspectiva as políticas públicas são de suma importância, na medida em que devem dar condição para um maior número de pessoas alcancem a segurança alimentar, principalmente em pais em subdesenvolvimento, como o nosso que apesar ser caracterizado como um dos grandes produtores mundiais de alimento, ainda tem um cenário muito preocupante. Segundo dados apresentados por pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), cerca de 55,2% das famílias brasileiras estavam em situação de insegurança alimentar, sendo que 9% conviviam com a fome em 2021 (FAO, 2021).

Mas não apenas a desnutrição tem sido um problema de saúde como também a obesidade. Nas últimas décadas pode-se observar uma transformação dos hábitos alimentos da população como um todo. Passou de uma preocupação com a desnutrição a uma preocupação com a obesidade, atingindo pessoas com faixas etárias cada vez mais cedo, devido às mudanças na maneira como lidamos com a alimentação em nossa vida cotidiana.

A obesidade entre crianças e adolescentes também vive uma intensa expansão nas últimas décadas. Alimentação inadequada aliada ao sedentarismo tem levado muitos jovens a desenvolveram doenças de origem

não infecciosa, como diabetes, hipertensão dentre outras, doenças estas comumente presentes em adultos, mas que tem atingido pessoas cada vez mais jovens.

Desta forma o Plano Nacional de Alimentação Escolas (PNAE), que atende alunos matriculados nas redes, estaduais, municipais de educação básica bem como as entidades filantrópicas, vem a atender parcialmente esta demanda. O PNAE preconiza a oferta de alimentos saudáveis aos escolares contribuindo parcialmente para a sua nutrição. E para além de fornecer alimentos saudáveis, objetiva também contribuir para a educação alimentar e nutricional.

A educação como política pública pode atuar como principal propulsor da mudança, necessitando muitas vezes de novos métodos de ensino, colocando o estudante em contato com o ambiente externo à sala de aula, em contato direto com a natureza. Aproveitando o conhecimento popular, para potencializar a sustentabilidade local e regional (BOFF, 2017). Se fazendo de extrema importância à participação da juventude, na busca pela transformação social, visando um futuro mais sustentável.

A ideia de desenvolvimento rural perpassa pela qualidade de vida de sua população, pelos meios de produção e consumo. E o estado, através de suas políticas públicas deve promover ações efetivas para a promoção da qualidade de vida, incluindo a alimentação escolar de qualidade, direito que é garantido em constituição.

A escola do meio rural cada vez mais tem reduzida sua importância social. Percebe-se uma inversão de valores, um contraste entre campo e cidade. É cada vez maior o número de alunos da área rural que vão para a cidade estudar, e em contrapartida o número de alunos das escolas rurais vem diminuindo. Neste contexto está a juventude que cada vez menos parece fazer parte deste contexto rural. Algumas políticas públicas podem favorecer este cenário, uma juventude quase sempre desassistida.

O trabalho foi desenvolvido em cinco capítulos. O primeiro apresenta os objetivos e aspectos metodológicos da pesquisa. O segundo capítulo trata do processo de formação das Políticas Públicas, seus conceitos, a partir dos vários tipos de políticas públicas, a partir dos diversos atores envolvidos sejam eles governamentais ou não governamentais.

O terceiro capítulo aborda o conceito de segurança alimentar. A história do Programa de Alimentação Escolar no Brasil (PNAE), que inicia que com uma proposta assistencialista, buscando ater os filhos de trabalhadores, e posteriormente se integra como temas transversais nos currículos escolares. Em 2009, passa a ter uma abrangência maior, chegando a atender alunos do Ensino Médio, e alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O quarto capítulo se dedica a contextualizar o município de Toledo, no qual foi realizada uma abordagem dos dados históricos, formação populacional e cadeia produtiva do município, bem como dados agropecuários que são à base da economia local.

No quinto capítulo foi realizada a pesquisa de campo com a aplicação dos questionários e entrevistas. Buscando compreender a estrutura do PNAE, na rede estadual de educação do Paraná, através de seus executores, bem como dos atores que recebem tal política pública.

Em vista destes argumentos o estudo busca responder à questão: Quais são os impactos das políticas públicas para alimentação escolar na rede estadual de educação do Estado Paraná, para juventude no Município de Toledo-PR?

1.1 OBJETIVOS

Objetivo Geral:

- Avaliar a percepção dos atores sociais na política pública de segurança alimentar PNAE, na rede estadual de educação do Estado do Paraná, através de uma escola da área rural no município de Toledo, tendo em vista o processo de formação e desenvolvimento das políticas públicas, bem como o perfil agrícola do município.

Objetivos Específicos:

a) Analisar as proposições e ações das políticas públicas voltadas para a oferta da alimentação escolar no Brasil, a partir de leis e diretrizes orientadoras;

b) Analisar a percepção dos atores sociais governamentais e não governamentais do PNAE, na rede estadual de educação do Paraná, a partir de uma escola rural no município de Toledo.

1.2 METODOLOGIA

A referida pesquisa passou pela avaliação e aprovação do Comitê de Ética da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, sendo aprovada em sua segunda versão. Conforme Certificado de Apresentação para Apreciação Ética: V. 2 - CAEE: 50290021.6.0000.0107 - Número do Parecer: 5.015.891 - Aprovado em 03/09/2021.

Além disso, em se tratando do espaço escolar foi necessário autorização do Núcleo Regional de Educação de Toledo, junto a Secretaria Estadual de Educação do Paraná, e anuência da direção da escola e autorizado pelo Núcleo Regional de Educação de Toledo, sob o número de protocolo n° 18.277.859-1, em 11/11/2021.

A pesquisa desenvolvida se caracteriza como um estudo de caso. Onde foram aplicadas entrevistas e questionários semiestruturados, analisada qualitativamente. Foi adotado o método hipotético-dedutivo, segundo Marconi e Lakatos (1985), consiste na adoção da seguinte linha de raciocínio: quando os conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto são insuficientes para a explicação de um fenômeno, surge o problema. Para tentar explicar a dificuldades expressas no problema, são formuladas hipóteses.

A análise qualitativa buscou analisar a percepção dos entrevistados, para compreender as problemáticas existentes, considerando a atuação do PNAE, a partir da percepção dos diversos atores governamentais e não governamentais. Foram consideradas as informações e/ou legislações de caráter público a nível federal, bem como documentos orientadores do PNAE, no que se refere à rede estadual de educação do estado do Paraná, através de seu órgão executor a FUNDEPAR.

A pesquisa é de caráter exploratório e descritivo, que segundo Richardson (1999), implica em conhecer de forma mais ampla sobre um assunto e com suas informações buscando ampliar futuras pesquisas de aprofundamento. O corte será transversal e, com aplicação dos questionários e

entrevistas nos meses de setembro a dezembro de 2021, sem considerar a evolução dos dados no tempo.

Os dados de fonte primária, de opinião, foram coletados pela primeira vez, por meio de questionários e entrevistas. A coleta de dados ocorreu através de email, *WhatsApp*, bem como formulário impresso, conforme consta nos anexos. Foi utilizada para coleta de dados a observação assistemática, caracterizada por não ter planejamento e controle previamente elaborados.

Pesquisaram-se agentes que atuam diretamente com o PNAE, na rede estadual de educação do Paraná, através da entidade executora, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR), bem como o Núcleo Regional de Educação de Toledo (NRE), o Conselho Estadual de Alimentação Escolar (CEAE), além dos agentes que atuam com o PNAE na Escola Estadual do Campo de Novo Sobradinho, localizada na área rural no município de Toledo, no oeste do Paraná-Brasil, tais como: a diretora, o secretário, a merendeira, a pedagoga, os professores. E para além dos que dos executam o PNAE, temos o que recebem a política pública PNAE, para tanto foram abordados também os alunos e os pais, como exposto no quadro abaixo n° 01:

Quadro 01 - População Pesquisada

População Pesquisada	**Número**
NRE: Coordenador local	01
FUNDEPAR: Responsável Técnico (nutricionista)	01
Conselho Estadual de Alimentação Escolar do Paraná (CEAE): Conselheiros	02
Escola: Alunos (8° e 9° ano - Ensino Fund. II)	16
Escola: Pais (responsáveis) dos alunos	22
Escola: Diretor/Gestor	01
Escola: Pedagogo	01
Escola: Professores	04
Escola: Merendeira	01
Escola: Secretário Escolar	01
TOTAL	50

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A escola pesquisada oferta o Ensino Fundamental II regular, o que corresponde ao ensino do 6° ao 9° ano, com cerca de 67 alunos em 2021. Trata-se de um espaço compartilhado entre uma escola estadual e uma municipal, no qual a municipal oferta Ed. Infantil e Ensino Fundamental I, conquanto a estadual oferta o Ensino Fundamental II.

No quadro 02, são apresentadas as variáveis pesquisadas:

Quadro 02 - Variáveis Pesquisadas (Aspectos organizacionais do PNAE, Alimentação Saudável, Educação Alimentar).

Aspectos estruturais e organizacionais do PNAE	- Aquisição e distribuição
Alimentação Saudável	- Qualidade e quantidade.
Educação Alimentar	- Currículo, projetos, práticas, material didático, Projeto Político Pedagógico.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Os dados secundários, já registrados, foram coletados em bibliografia científica, documentos oficiais, órgãos de pesquisa, órgãos governamentais, conforme consta nos anexos.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas (04), conforme descrito no quadro 03:

Quadro 03 - Etapas da Pesquisa (etapas de elaboração: etapa 1, etapa 2, etapa 3 e etapa 4).

Etapas na Elaboração	**Descrição**
Etapa 1	- Compreensão do processo de formação das Políticas Públicas no Brasil.
Etapa 2	- Reflexão sobre a atuação das políticas públicas, federal e estadual para garantia da segurança alimentar, através dos aspectos históricos da merenda escolar no Brasil.
Etapa 3	- Contextualização do município de Toledo: processos históricos, formação e aspectos econômicos.
Etapa 4	- Aplicação da pesquisa (questionários e entrevistas); - Compreender a estrutura organizacional do PNAE, na rede estadual de educação do Paraná; Analisar os dados coletados; - Apresentar os resultados desenvolvidos no estudo.

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

2 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1 A formação do Estado e as Políticas Públicas

A formação do Estado enquanto instituição existe desde a Grécia Antiga em que filósofos reuniam para discutir assuntos que envolviam a *pólis*, ou seja, a cidade grega, datando de VIII até o IV a. C. já naquele tempo algumas discussões sobre qual é a função do Estado se fazia presente (SILVA, 2014).

Os gregos criaram o conceito de política compreendido como forma singular de compartilhar decisões que dizem respeito à *pólis* (a cidade grega). Finley (1988) a caracteriza como uma decisão de caráter público: "(...) a arte de decidir através da discussão pública e então, de obedecer às decisões como condição necessária da existência social civilizada" (FINLEY, 1988, p. 26-27).

Castoriadis (1987) corroborando com a ideia de decisão coletiva afirma que:

> Entendo por política (...) uma atividade coletiva cujo objetivo é a instituição da sociedade enquanto tal. É na Grécia que encontramos o primeiro exemplo de uma sociedade deliberando explicitamente acerca de suas leis, e modificando-as (CASTORIADIS, 1987, p. 299).

O desenvolvimento da civilização grega ocorreu de forma diferente das demais civilizações da antiguidade, se impunham maneiras verticais e hierárquicas numa relação entre divindades e humanos (SILVA, 2014).

Posteriormente com Aristóteles, o Estado era compreendido como uma extensão da família buscando suprir as necessidades materiais é o que apresenta Santos:

> No século III a. C., Aristóteles formulou uma concepção, segundo a qual o Estado é uma extensão da família; e suas funções são, basicamente, satisfazer as necessidades materiais dos indivíduos (defesa, segurança e conservação), e promover a virtude e a felicidade da *pólis* - a coletividade civil grega (SANTOS, 2016, p. 22).

Segundo Vernant (2013) a Grécia antiga reconhece um novo entendimento de estado. O Estado é visto como uma questão comum, coletiva a ser tratada por quase todos, como afirma abaixo:

> A Grécia se reconhece numa certa forma de vida social, num tipo de reflexão que definem a seus próprios olhos sua originalidade, sua superioridade sobre o mundo bárbaro. No lugar do Rei cuja onipotência se exerce sem controle, sem limite, no recesso de seu palácio, a vida política grega pretende ser o objeto de um debate público em plena luz do sol, na ágora, da parte de cidadãos definidos como iguais e de quem o Estado é a questão comum (...) (VERNANT, 2013, p. 11).

A política se constitui como uma ordem específica de relações e interações sociais em que se processam conflitos na busca pelo controle de recursos sociais, e especialmente de poder (SANTOS, 2016).

Desde a Idade Média os senhores feudais atuavam como autoridades fragmentadas, onde não havia Estado Nacional. O poder político dos senhores feudais era fundamentado na tradição e justificado por providência divina (SANTOS, 2016).

Ao logo do tempo com o próprio desenvolvimento político das civilizações houve grandes transformações na perspectiva de atuação do Estado frente às demandas sociais e com isso a própria reflexão acerca das ações estatais ou a falta delas enquanto políticas públicas.

O liberalismo surgido entre os séculos XVI e XVII na Europa confrontou o poderio das monarquias hereditárias, justificada enquanto direito divino e legítimo e se desenvolveu com características mais conservadoras, na qual a participação do estado deve ser mínima (SILVA, 2014).

Entre os séculos XVIII e XIX foi possível perceber que a função do Estado se dava no âmbito da preservação e manutenção da propriedade privada, bem como ações voltadas à segurança das fronteiras, uma espécie de “protecionismo”. Era o estado liberal, que garantia a segurança pública tanto da propriedade privada e quanto dos espaços fronteiriços (TUDE, 2010).

Já o marxismo surge no século XIX, se contrapondo ao liberalismo, criticando a sociedade burguesa. Esta nova formatação política defendida por Karl Marx trazia em sua proposição formas mais justas de organização social. O Marxismo entende que a participação do Estado deverá ser maior, pois cabe a ele, buscar reduzir as desigualdades naturais causadas pelo capitalismo (SILVA, 2014). O Marxismo se organizou a partir das correntes anti-capitalistas

e socialistas de maior continuidade, influência e impacto nos dois últimos séculos (GUIMARÃES, 2006).

No século XX, com a intensificação dos processos democráticos, considerando as demandas da população, novos espaços, bem como novas atribuições ao Estado, para atender e promover o bem-estar social ou *welfare state* (GOMES, 2006).

O Estado de Bem-Estar Social pode ser definido como aquele que assume a proteção social de todos os cidadãos, patrocinando ou regulando fortemente sistemas nacionais de Saúde, Educação, Habitação, Previdência e Assistência Social; normatizando relações de trabalho e salários; e garantindo a renda, em caso de desemprego (SANTOS, 2014).

Corroborando com esta ideia Gomes define:

> (...) definição de *welfare state* pode ser compreendida como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa "harmonia" entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente (GOMES, 2006, p. 203).

Uma das possibilidades para explicar o surgimento da welfare é o processo de modernização que gerou demandas sociais na qual o Estado precisou atuar frente a estas transformações. Com a Segunda Guerra Mundial os movimentos sindicais trabalhistas se intensificaram havendo assim, o processo de institucionalização do Bem-Estar social (GOMES, 2006).

Este termo segundo Gomes (2006) foi muito usual ao se contrapor aos ideais liberais do século XIX. O conceito de Bem-Estar ganhou força apenas após a II Guerra Mundial, onde os estados passam a ter importância na medida em que financiam programas e ações de interesse social e coletivo (GOMES, 2006).

Já na década de 1950, o Estado de bem-estar, recebe um *status* mais avançado, sendo reconhecido como "serviços sociais" desenvolvidos, por exemplo pela Alemanha no século XIX, tendo em vista o intenso período de

desenvolvimento industrial (GOMES, 2006). O autor recorda que entre o século XVI e XVIII a Alemanha desenvolveu um projeto político que almejava o desenvolvimento científico administrado pelo Estado. De acordo com Gomes:

> Convém lembrar que, nesse século, a Alemanha tinha como uma de suas estratégias de projeto político o desenvolvimento de uma ciência administrativa do Estado. Isso ficou sob a responsabilidade dos cameralistas que, entre fins do século XVI e final do século XVIII, promoveram a fusão articulada da "ciência da administração, da economia, das finanças, das técnicas agrárias e manufatureiras" (GOMES, *apud* BRAGA, 2006).

Para alcançar o bem-estar a Alemanha promoveu ações de orientação a vários segmentos estatais como citado por Braga: "(...) promover o bem-estar implicava orientar a economia, praticar o mercantilismo, gerir eficientemente os impostos, intervir com os instrumentos apropriados, técnicos, administradores e *experts* setoriais" (BRAGA, 1999, p. 194-195).

Assim Tude (2010), afirma que é: "nesse contexto que surgem as Políticas Públicas, com o objetivo de dar respostas a demandas específicas da sociedade" (TUDE, 2010, p. 11).

A democracia moderna considera essencial a ação do Estado (DYE, 2009), e nesse contexto a participação dos diversos atores ligados ao Estado, ao mercado e a sociedade civil na formulação de políticas públicas (HOWLETT, 2013).

2.2 As Políticas Públicas e seus respectivos conceitos

Segundo Tude (2010) as políticas públicas são ações administrativas, e podem ser decididas com certa liberdade pela autoridade que representa o Estado, é o que cita o autor:

> Políticas Públicas, tradicionalmente, compreendem o conjunto das decisões e ações propostas geralmente por um ente estatal, em uma determinada área (saúde, educação, transportes, reforma agrária etc.), de maneira discricionária ou pela combinação de esforços com determinada comunidade ou setores da sociedade civil (TUDE, 2010, p. 11).

Fonseca (2013) compreende o processo de política pública como ação de transformação da realidade envolvendo atores governamentais e não governamentais, através de recursos financeiros disponíveis com a aplicação de mecanismos de avaliação dos resultados, conforme afirma:

> (...) um processo de decisão política que se materializa em objetivos com resultados esperáveis, normalmente vinculados à transformação de uma dada realidade, com vetores distintos, e que envolvem: a) técnicos estatais e não governamentais, burocratas e políticos (tomadores de decisão); b) atores distintos (com recursos de poder assimétricos), cenários e conjunturas (por vezes voláteis); c) capacidade e viabilidade de o Estado disponibilizar recursos orçamentários, humanos, legais e logísticos; d) mecanismos de mensuração dos resultados (FONSECA, 2013, p. 405).

As políticas públicas podem ser compreendidas como estratégias do Estado, que apresentam certa complexidade de caráter decisório e regulatório envolvendo diversos atores neste processo. Segundo Amabile (2012) estas decisões são de responsabilidade da autoridade formal legalmente constituída por sua representação estatal, em suas palavras:

> Políticas públicas são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. Podem também ser compreendidas como estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um processo decisório composto de variáveis complexas que impactam na realidade. São de responsabilidade da autoridade formal legalmente constituída para promovê-las, mas tal encargo vem sendo cada vez mais compartilhado com a sociedade civil por meio do desenvolvimento de variados mecanismos de participação no processo decisório (AMABILE, 2012, p. 390).

Para Secchi (2019) a política pública é uma diretriz criada para resolver problemas de caráter público. Assim ela possuiria dois elementos considerados fundamentais: “a intencionalidade pública e a resposta a um problema público” (SECCHI, 2019, p. 02), isto é, a busca pela resolução de um problema de caráter coletivo. A identificação de um problema de interesse comum pode ganhar importância rapidamente ou de forma lenta.

Howlett (2013) considera que diferentes atores são formadores de uma sociedade com problemas reais a serem enfrentados, como cita: “(...) constelação de distintos atores, ideais e instituições que formam o espaço em que os problemas reais são enfrentados” (HOWLETT, 2013, p. 99).

As políticas públicas são as ações governamentais de planejamento e efetivação de ações, através da administração dos recursos disponíveis, ou seja, o Estado tem caráter distributivo, redistributivo e regulatório (AMBILE, 2012).

Autores como Frey (2000), Tude (2010) e Secchi (2019), afirmam que existem três dimensões das políticas públicas: a *polity*, *politics* e a *politicy*, segundo demonstração do quadro 04:

Quadro 04 - As Dimensões das Políticas Públicas

As Três Dimensões de Políticas Públicas		
Polity	Institucional	- Sistema Legal; - Sistema Administrativo; - Procedimentos.
Policy/Policies	Material	- Políticas concretas; - Resultados.
Politics	Processual	- Atores e conflitos; - Instâncias e decisórias.

Fonte: Tude, 2010, p. 15.

Leonardo Secchi (2019), ao tratar dos conceitos de política pública apresenta algumas importantes diferenças do termo política. Segundo o autor as línguas latinas utilizam o termo política sem diferenciação em seu uso. Diferentemente ocorre em países de língua inglesa que adotam dois termos específicos, são eles *politics* e *policy*.

Segundo Secchi (2019) o termo *polity* está relacionado à instituição política, espaço em que ocorrem os processos sociais no qual podemos encontrar tanto regras formais quanto regras informais, que segundo o autor influenciam no comportamento dos indivíduos (TUDE, 2010).

Sobre esta abordagem Secchi (2019) a partir de Bobbio (2002) compreende que o termo *politics* está ligado a manutenção e obtenção de recursos que exerce poder sobre o homem, ou seja, seria a ideia presente no imaginário das pessoas.

Já o termo *policy* seria a aplicação mais concreta, está relacionada às orientações bem como às decisões. Sendo assim, a política pública está relacionada ao segundo termo (SECCHI, 2019).

As *policy* ou *policies* são resultantes de atividades políticas de caráter procedimental, ou seja, refere-se à materialização das propostas relacionadas a problemas de ordem técnica e conteúdo das políticas públicas (TUDE, 2019).

As políticas públicas a partir *policy/network* podem ser compreendidas como uma relação entre os diversos atores para a construção bem como implementação das mesmas. Dentre estes atores podemos citar as diferentes instituições e a sociedade (SOUZA, 2006).

A policy/arena trata dos conflitos e consensos presentes no espaço da política pública cujo objetivo é aumentar os ganhos através dos processos de formulação e implementação das políticas públicas. A partir deste contexto de conflitos se dividiu quatro categorias distributivas: distributivas, redistributivas, regulatórias e consecutivas (SOUZA, 2006).

Uma tipologia de política pública pode ser compreendida como um esquema de interpretação e analise de fenômenos baseados em variáveis ou em categorias analíticas (SECCHI, 2019, p. 30).

Theodor Lowi (1964) elaborou o que se poderia compreender como tipologias das políticas públicas, defendendo a ideia de que a política pública faz a política (SOUZA, 2015). Para tanto classificou-a em quatro categorias: a) política distributiva; b) política regulatória; c) política redistributiva; d) política constitutiva (SOUZA, 2015).

A primeira, a política distributiva diz respeito às decisões tomadas por governos, as quais se desconsideram a capacidade limitada de recursos e que acabam gerando impactos mais individuais do que universais e que segundo Souza, favorecem o clientelismo e o patrimonialismo (SOUZA, 2015). Segundo Secchi (2019) elas podem gerar benefícios concentrados para alguns grupos de atores, demonstrando certa dificuldade de compreensão no delineamento ou delimitação de quem são os grupos beneficiados (SECCHI, 2019, p. 32).

A segunda tipologia, a política regulatória é mais perceptível na medida em que envolve vários segmentos, sejam eles de caráter público ou não tais como políticos e grupos de interesse. Secchi afirma que esta tipologia estabelece padrões de comportamento ou serviços para os atores sociais,

sejam eles públicos ou privados, exemplificando as regras para o estabelecimento de políticas públicas para a segurança alimentar (SECCHI, 2019).

Já o terceiro trata da política redistributiva, política esta que alcança um maior número de pessoas, impõe perdas concretas a certos grupos e ganhos incertos a outros. De modo geral podem ser compreendidas como políticas sociais universais (SOUZA, 2015). Segundo Secchi (2019) nesta categoria há uma concentração de benefícios, o que representa um custo muito alto para outras categorias.

A quarta e última tipologia apresentada por Lowi (1985), as políticas constitutivas tratam de procedimentos. Secchi (2019) citando Lowi: “São regras sobre os poderes e regras sobre regras” (LOWI, 1985, p. 74). É o que Secchi chama de *meta-politicies,* o que representam as jurisdições, o conjunto de regras da disputa e da elaboração da política pública (SECCHI, 2019, p. 32).

As políticas públicas compreendidas a partir do termo *policy/cycle* são os ciclos ou fases pelas quais elas transitam antes de tornarem-se efetivas. Estes se referem às fases de desenvolvimento da política pública. Seriam elas: a percepção do problema, a elaboração da agenda, o processo decisório, fase de implementação e fase de avaliação (LOTTA, 2019).

As políticas públicas passam por um processo de desenvolvimento que vão desde a identificação do problema até a avaliação ou extinção da mesma. As chamadas *policy cycle,* ou seja, são os ciclos de desenvolvimento das políticas públicas (TUDE, 2010).

O processo de formulação de tais políticas pode ser compreendido como as ações que representam os propósitos, as intenções do Estado, que podem produzir mudanças e resultados, conhecidos também como ciclo de políticas públicas (SOUZA, 2015).

Neste sentido Secchi (2019) nomeia sete fases deste processo: 1) a identificação do problema; 2) a formação da agenda; 3) a formulação de alternativas; 4) a tomada de decisão; 5) a implementação da política pública; 6) a avaliação e 7) a extinção. O autor ressalta que estas fases não seguem dada ordem, que comumente apresentam-se misturadas e com sequências alternadas (SECCHI, 2019).

1) A Identificação do problema: no que se refere a isso, Secchi (2019) compreende que há uma divergência entre os *status quo* e o que poderíamos considerar uma situação ideal no contexto, ou seja, aponta que um problema público é o que o autor compreende como a diferença entre uma situação real e como gostaríamos que ela fosse.

Estas situações abruptas podem ser percebidas ou encaradas como algo que afete um grande grupo de forma intensa, ou pode ainda ser reconhecida sua importância de forma lenta ou progressiva (SECCHI, 2019).

O reconhecimento desse contexto publicamente perpassa elementos de ordem subjetiva, ou seja, necessitam do reconhecimento deste pelos diversos atores envolvidos. Ao mesmo tempo Secchi (2019), argumenta que a partir de sua delimitação, são também elencados os norteadores dos impasses tais como: causas, soluções, culpados, obstáculos e avaliações, destacando ainda seu caráter temporário (SECCHI, 2019). Uma questão que se faz presente no processo de desenvolvimento das políticas públicas é entender porque alguns casos entram na agenda, enquanto outros não. (SOUZA, 2015).

2) Da Agenda: A agenda pode ser compreendida como um conjunto de problemas ou temáticas com certo grau de relevância. Apontando para dois tipos a partir de Cobb e Elder (1983). A primeira é definida como agenda política e a segunda como agenda formal (SECCHI, 2019). A política ou sistêmica é o conjunto de problemas no qual a comunidade reconhece o seu grau de importância e seu merecimento de intervenção pública. Já na formal também há um reconhecimento, mas neste caso, o poder público já reconheceu sua importância por sua decisão de enfrentamento (COBB e ELDER *apud* SECCHI, 2019, p. 58). Assim no processo de desenvolvimento das políticas públicas, considerando a agenda política, os atores podem influenciar o processo, incentivando ou ventando (SOUZA, 2015).

A agenda da mídia chama a atenção para o poder que ela exerce diante de um problema, esta influência não é algo raro ao considerar a questão pública, que por vezes pode condicionar as agendas políticas e institucionais. Destaquemos ainda o processo dinâmico que existe na formação desta, na qual os problemas entram e saem (SECCHI, 2019).

Os elementos formadores da agenda têm caráter temporário na medida em que ganham notoriedade ou são esquecidos. Secchi citando Subirates

(1989) apresenta alguns fatores limitantes ou influenciadores na elaboração da mesma tais como: recursos financeiros, materiais, a falta de tempo e de interesse por parte do poder público ou da sociedade. Assim, alguns destes elementos poderiam justificar o porquê de muitas controvérsias não serem abordados no documento (SUBIRATES *apud* SECCHI, 2019, p. 59).

3) A Formulação de Alternativas: posteriormente ao reconhecimento do problema e sua inserção na agenda é hora de tratar da elaboração das alternativas de resolução ou mitigação do mesmo. Nesta perspectiva a formulação de tais alternativas precisa estabelecer objetivos e estratégias para atingir a resolução deste (SECCHI, 2019). A definição de possibilidades pode levar a um poderoso instrumento, pois a definição de alternativas é a própria escolha do conflito (FUKS, 2000).

Ao estabelecer os objetivos destas ações os atores definem o que esperam, o que pretendem alcançar enquanto resultado da política pública. Estes podem ocorrer de forma mais frouxa ou mais concreta. E quanto mais concreto for, mais eficaz será a capacidade de análise e concretude de tal política (SECCHI, 2019).

Nesta perspectiva Secchi, aponta que a *policy maker* detém quatro mecanismos para a indução de comportamentos: - Premiação: influência do comportamento com estímulos positivos; - Coerção: influência do comportamento com estímulos negativos; - Conscientização: influência do comportamento por meio da construção e apelo ao senso ou dever moral; - Soluções técnicas: aplicam soluções técnicas que podem influenciar comportamentos de forma indireta (SANTOS *et al.,* 2019).

4) Tomada de decisão: Já a tomada de decisão considerando o processo de elaboração da política pública é compreendido como etapa posterior a elaboração de alternativas. Este é o momento em que as intenções e interesses dos atores são evidenciados como ação de enfrentamento às adversidades públicas (SECCHI, 2019).

Considerando o caráter temporário da tomada de decisão Secchi (2019), aponta para três formas de se entender a dinâmica de escolha das alternativas para a resolução dos obstáculos, considerada por este de caráter *ad hoc*.

Num primeiro momento o autor aponta que a solução a ser considerada deve levar em consideração os custos, o tempo, a sustentabilidade bem como

a equidade do critério para a tomada de decisão. Num segundo momento considera que há um ajustamento entre as complicações e a solução, ou seja, eles se dão concomitantemente. O terceiro considera que o tomador de decisão tem a solução em mãos e buscam os impasses, ou seja, os tomadores de decisão têm a solução do mesmo em mãos e busca maneiras para aplicar sua proposta pelo meio público (SECCHI, 2019).

Tendo em vista a compreensão de que os problemas nascem posteriormente às soluções, segue um viés de racionalidade contemplado nos modelos racionais: absoluto e limitada. O modelo de racionalidade absoluta desenvolvido inicialmente pelo matemático Jan Tinbergen, considera que a decisão deve ser vista como uma atividade puramente racional, na qual podem ser aplicados cálculos considerando aspectos como custo/benefício aos atores envolvidos (TINBERGEN *apud* SECCHI, 2019, p. 67).

As políticas públicas inicialmente foram consideradas a partir de dois conceitos os chamados *outputs* e os *inputs* do sistema político (RUA, 2014).

Os *outputs* podem ser compreendidos como um conjunto de decisões, bem como ações relativas à distribuição sendo necessária a distinção entre a política pública e a decisão política. Desta forma o Estado desenvolve ações e estratégias para a implementação de medidas. A política pública pode ser entendida como um conjunto de decisões, enquanto os propósitos políticos representam escolhas dentre as diversas possibilidades, considerando o poder hierárquico de cada ator envolvido no processo (TUDE, 2010).

Já os *inputs* seriam tudo aquilo que é considerado externo ao sistema político. Estas forças, os *inputs* adentram o sistema e são processadas gerando resultados, os chamados *outputs* (SANTOS, 2016). Assim eles podem ser encarados como demandas, reivindicações dos vários segmentos como por exemplo: saúde, educação, estradas, bem como a busca por espaço de participação e/ou representação (SANTOS, 2016).

Tude (2010) compreende que as Políticas Públicas, enquanto ciência desenvolve-se quando no processo político os dois conceitos: *outputs e inputs* se aplicam mutuamente, levando em conta tanto a sua origem quanto os diversos atores envolvidos.

O modelo de racionalidade limitada apresentado por Herbert Simon, afirma que existem fatores limitadores para as tomadas de decisões. São

limitadores de cunho cognitivo e informativo, considerando que os atores envolvidos não têm compreensão da complexidade do processo. Assim, por mais que realizem escolhas satisfatórias, não tem condições de atingir escolhas ótimas (SIMON *apud* SECCHI, 2019, p. 67).

5) A implementação da política pública: após a tomada de decisão temos a aplicação destas. Nesta fase de implementação se fazem presentes regras, rotinas, e as intenções das deliberações. Secchi destaca as contribuições de Pressman e Wildavsky, onde os autores afirmam que a implementação de políticas públicas não ocorre apenas pela técnica, mas sim que a questão é muito mais complexa, não bastando apenas à boa intenção daquele que decide o processo (SECCHI, 2019). Envolve uma série de elementos e possibilidades perpassando pelas competências técnicas, humanas e de gestão, compartilhando comportamentos variados. Devemos considerar ainda as regras, sejam elas de cunho formal ou informal, bem como a disponibilidade de recursos financeiros, materiais e informacionais (SECCHI, 2019).

Outro aspecto essencial para a efetivação da implementação certamente são os atores envolvidos, aqueles que ocupam cargos administrativos no serviço público, ou ainda as lideranças, por exemplo. Estes precisam ser capazes de compreender o contexto como um todo, considerando em suas ações problemas de caráter motivacional de ordem técnica e legal, ao mesmo tempo em que devem também considerar potenciais riscos ou conflitos. Neste momento se fazem presentes tanto atores estatais quanto não estatais, sendo necessários instrumentos de política pública de modo que as intenções para a resolução dos problemas públicos deixem de ser apenas intenção e se transformem em resultados efetivos (SECCHI, 2019).

6) Da avaliação: segundo Secchi, a avaliação é um processo de julgamento, em que se analisa o sucesso ou insucesso das políticas públicas colocadas em prática. Secchi citando Anderson afirma que: “o processo de julgamento deliberado sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática” (ANDERSON, 1979 *apud* SECCHI, 2019, p. 79).

Nesta perspectiva o autor aponta ainda para duas distinções: uma que trata do período de avaliação anterior à sua implantação e outra que ocorre posteriormente à implantação, às chamadas avaliações *ex ante* e *ex post*

respectivamente. Temos ainda uma terceira distinção, a chamada *in itinere* que trata da avaliação durante o processo de implementação e é de caráter formativo ou de monitoramento (SECCHI, 2019). Este momento é de suma importância para o processo de desenvolvimento da política pública, pois é uma fase de avaliação que tem o intuito de analisar e reconhecer a efetividade de tal programa, considerando o nível de redução dos problemas visados por tal política (SOUZA, 2006). Para isso, se fazem necessários critérios de avaliação como, por exemplo: - a economicidade; - a produtividade; - a eficiência econômica; - a eficiência administrativa; - a efetividade; - a igualdade; e a equidade (SECCHI, 2019).

7) Da extinção: Ao referir-se à extinção da política pública Secchi (2019), utiliza-se de uma metáfora comparando as etapas de desenvolvimento ao ciclo da vida que em algum momento precisa se encerrar, uma vez que seu início ocorreu com a identificação de um problema de caráter público. Assim na medida em que tal fator foi solucionado, ela também deve ser encerrada (SECCHI, 2019).

Estudos voltados para a extinção das políticas públicas foram realizados a partir da década de 1970 principalmente em países em desenvolvimento, tendo em vista o Estado de Bem-Estar Social. Desta forma foram construídas teorias a fim de buscar compreender as motivações pelas quais as políticas públicas permanecem vivas, são substituídas ou são finalizadas (SOUZA, 2006).

São várias as razões apontadas para explicar o fim de uma política pública, Souza e Secchi (2015), apontam algumas: - Relativas ao público; - Relativa à solução e Relativa ao ambiente político. Ao tratar de tal extinção considera-se que o problema foi resolvido. Porém, há situações contrárias de agravamento, isto é, proporções em que a política pública não dá conta. Outra possibilidade ainda é a perca de sua importância mesmo que não resolvido, e a uma última possibilidade apresentada trata da mudança de entendimento de tal problema, seja da causa ou da natureza deste (SECCHI, 2019).

No que se refere às políticas públicas relacionadas às soluções, podemos citar três possibilidades. Uma é quando a política é considerada ineficaz, ou ainda quando esta traz mais efeitos negativos do que positivos.

Outra é que esta política tenha excedido seu prazo de aplicação. Ou ainda que tal política seja substituída por outra (SECCHI, 2019).

Outros elementos importantes para explicar o fim de uma política pública é o cenário político, ou seja, as alternâncias políticas. Nesta perspectiva pode haver grandes pressões da mídia ou opinião pública, com mudanças ideológicas, restrições orçamentárias e ainda mudança na perspectiva da eficácia de tais medidas (SECCHI, 2019). Sendo assim a extinção de uma política pública é campo um tanto quanto conflituoso. Nele estão difusos interesses de muitos atores sendo que alguns podem se apresentar com maior grau de conflito e outros, menos (MADEIRA *et al.,* 2014).

As políticas redistributivas, por exemplo, apresentam um alto grau de conflito considerando os atores envolvidos, tanto os pagadores quanto os beneficiários. Essa lógica de dificuldade acontece porque pequenos grupos de interesse podem apresentar um grau de influência muito maior que grandes grupos (RAITER *et al.,* 2015).

Em tese, as políticas públicas regulatórias seriam mais fáceis de serem extintas caso não houvessem barreiras geradas pela falta de ação institucional ou, de interesse dos atores envolvidos (SECCHI, 2019).

2.3 Os Tipos de Políticas Públicas

Considerando os problemas conceituais acerca das políticas públicas Leonardo Secchi (2011), desenvolve e apresenta em seus estudos, o que ele chama de “nós-conceituais”. Defende que existem problemas conceituais quando tratamos de políticas públicas, para tanto apresenta o que ele chama de “nós conceituais”. Os nós tratados pelo autor são três.

O primeiro deles defende uma abordagem estadista. Nesta abordagem, a determinação se uma política é ou não pública, se dá por seu caráter jurídico representado por atores estatais. Secchi citando Saraiva (2007), afirma que a política se desenvolve a partir da autoridade formal, considerando sua competência e coletividade (SECCHI, 2019). Assim somente poderíamos considerar política, a ação que origina do ator estatal, cabendo apenas ao Estado à criação de leis, bem como o cumprimento das mesmas.

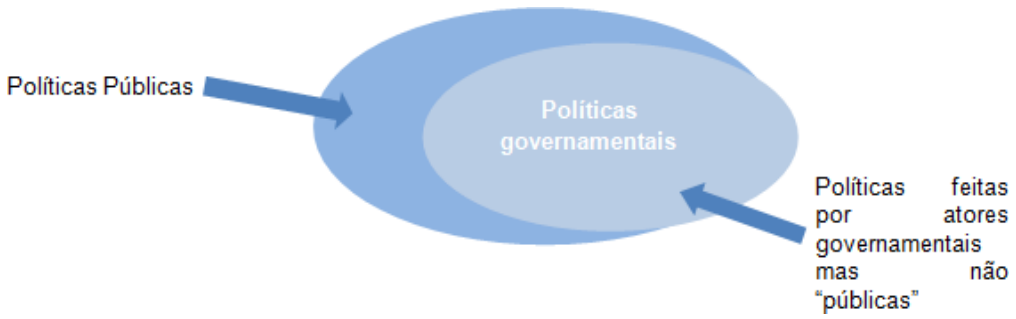
Já numa abordagem multicêntrica ou policêntrica são considerados atores não estatais as organizações privadas e as não-governamentais, que atuem conjuntamente com o Estado uma vez que o problema a ser tratado, é de caráter público (SECCHI, 2019).

A visão policêntrica envolve vários atores na tomada de decisão, de forma geral o Estado elabora as políticas públicas, mas considera que a tomada de decisão pode ter várias origens. Um exemplo desse tipo de configuração é a governança pública, no qual os problemas estatais, ou seja, de caráter coletivo são tratados horizontalmente pelo Estado e pela sociedade (SECCHI, 2019). Assim esse modelo de gestão pública segundo Secchi, considera a ação de atores não estatais quando não atuam com liderança ou poder de decisão. Mesmo que consideremos os atores não estatais planejando e executando de forma direta ou apenas influenciando nas políticas públicas, não se pode negar que a atuação central é do Estado. Para tanto Secchi (2019) nos apresenta três fatores que influenciam esta atuação, seriam eles:

> 1) A elaboração de políticas públicas é uma das razões centrais da existência do Estado moderno; 2) O estado detém o monopólio do uso da força legítima e isso lhe dá superioridade objetiva com relação a outros atores; 3) O Estado moderno controla grande parte dos recursos nacionais e, por isso, consegue elaborar políticas robustas temporal e espacialmente (SECCHI, 2019, p. 04).

E nesta configuração o Estado atua através de seus diversos órgãos governamentais pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (SECCHI, 2011), conforme ilustrado na figura 01.

Figura 01 - Políticas Públicas e políticas governamentais



Fonte: Secchi, 2019, p. 06.

Ao tratar do segundo nó conceitual Secchi (2019) discute com outros autores se poderia haver política pública quando Estado opta em não agir diante de um problema público, de caráter coletivo, como apresenta Secchi, citando Dye (2019), política pública seria: (...) “tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer” (DYE, *apud* SECCHI, 2019, p. 07).

Teixeira (2002) aponta que as políticas públicas são as ações desenvolvidas pelo Estado para atender a demanda social da população, mas também lembra que quando o Estado opta em não agir, não elaborar ações diante de alguma demanda da sociedade, esta “não ação”, também é política pública na medida em que opta em não interferir, em não atender determinada demanda, conforme autor:

> Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos (TEIXEIRA, 2002, p. 02).

O autor considera esta interpretação difícil de aceitar e generaliza afirmando que se todas as omissões fossem consideradas políticas públicas, tudo seria política pública. Assim este ato seria na verdade a falta de inserção de um problema público na agenda.

Desta forma os atores governamentais e não governamentais seriam representados conforme figura 02 abaixo:

Figura 02 - Atores governamentais e não-governamentais

Fonte: Secchi, 2019.

O terceiro nó conceitual compreende as políticas públicas como macrodiretrizes, ou conjunto de programas. Nesta configuração as políticas públicas se dão em âmbito estrutural, e os projetos teriam apenas caráter operacional já que o nível de operacionalização não é um critério adequado para o reconhecimento da política pública. Nesta perspectiva Secchi critica essa visão, pois se assim fosse, essa delimitação não reconheceria as políticas públicas efetivadas por estados e municípios (SECCHI, 2019). Diante disso, o autor reconhece que tanto as diretrizes estruturantes quanto as diretrizes de nível intermediário e operacional são políticas públicas (SECCHI, 2019). Nesta perspectiva, o conceito de política pública está relacionado à resolução deste problema independe do nível de análise ou operacionalização.

2.4 Os atores sociais: - quem são os envolvidos nas políticas públicas?

Neste contexto temos que considerar os diversos atores envolvidos no processo. Mas afinal quem são os atores das políticas públicas? Os atores sociais estão bem aquém daqueles que são beneficiários dos programas estatais, ou seja, o público-alvo.

Segundo Dias (2012) o termo atores é: “(...) a expressão “atores sociais” é usada para designar os indivíduos cuja participação interfere na qualidade das ações que impactam na qualidade de vida de todos os seres que constituem as diversas redes sociais” (DIAS, 2012, p. 29). Estes representam um grupo, uma classe ou categoria detentora de certo grau de poder no contexto da administração pública, exercendo influência na sociedade com maior ou menor grau de atuação. A mobilização destes atores pode efetivar ou potencializar um processo democrático nas instituições públicas, através da participação na busca pelos direitos sociais e políticos (DIAS, 2012).

Segundo Rua (1998) os atores sociais se organizam e interferem na formulação das ações políticas buscando um espaço de oportunidade, como apresenta a autora:

> (...) grande parte da atividade política dos governos se destina à tentativa de satisfazer as demandas que lhes são dirigidas pelos atores sociais ou aquelas formuladas pelos próprios agentes do sistema político, ao mesmo tempo que articulam os apoios necessários (RUA, 1998, p. 2-3).

Conforme Gómez (2012) os atores envolvidos buscam certo controle sobre os recursos disponíveis. Assim o processo de formulação de políticas públicas é um processo complexo, no qual envolve vários atores. No entanto, a ação destes não é independente, ela se define a partir de sua adequação no planejamento político. É o que afirma Rua:

> Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis (RUA,1998, p. 01).

Temos que ponderar que esse é um desafio às políticas públicas atuais, na medida em que a atuação destes atores sociais ainda não é uma prática em muitos estados, considerados de regime democrático ao mesmo tempo em que o Estado Moderno Democrático não pode ser caracterizado enquanto democrático, sem a participação efetiva da sociedade, tendo em vista os aspectos coletivos e sociais como um compromisso político (DIAS, 2012, p. 30).

O PNAE, por exemplo, envolve diversos atores que vão desde o processo de planejamento até sua execução (conclusão), conforme esquema apresentado na figura 03. São atores das instâncias federais, estaduais e municipais, gestores e agentes públicos e não públicos dos diversos níveis.

Figura 03 - Atores envolvidos no PNAE (Plano Nacional de Alimentação Escolar)

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

2.5 Abordagem teórica das Políticas Públicas

Há vários modelos de análise das políticas públicas, como por exemplo: o institucionalismo, os grupos de interesse, a teoria das elites, o racionalismo, o incrementalismo, a teoria dos jogos e a teoria dos sistemas a qual trataremos abaixo.

O institucionalismo enquanto ciência política nasce nos Estados Unidos na metade do século XX. Na perspectiva teórica institucionalista a participação da sociedade tem papel secundário. As decisões do Estado são consideradas essenciais para o desenvolvimento das políticas públicas (PERES, 2008).

Assim Tude (2010) apresenta três diferenças essenciais entre as instituições estatais e as instituições privadas, tendo em vista as políticas públicas. A primeira é a que o estado legitima e apenas as submetem às obrigações legais. Uma segunda diferença se dá quando o estado busca atender a sociedade de maneira universalizada, e a terceira apenas o estado tem poder, coação. E assim, considerando o poder centralizado que o estado exerce, tal centralização pode ter efeito benéfico ou nocivo à implementação da política pública (TUDE, 2010).

Enquanto isso, os grupos de interesse agem coletivamente a partir de interesses comuns. Esta perspectiva revela também o caráter de disputa e influência entre os diversos grupos sociais, cabendo ao Estado à função de trazer equilíbrio no campo do certame entre os tais. Para tanto, Tude (2010) aponta para quatro disposições essenciais no qual, primeiramente o estado, estabeleceria as regras considerando as disputas dos grupos através de seu poder de influência. Em uma segunda possibilidade, o estado buscaria equilibrar os interesses divergentes estabelecendo compromissos entre os atores em disputa. O estado ainda poderia efetivar os acordos e compromissos estabelecidos para a efetivação das políticas públicas. Desta forma esta teoria buscaria garantir um equilíbrio entre os grupos de interesse, através de negociações e concessões.

Já a Teoria das Elites surge no final do século XIX, considerado seu fundador Gaetano Mosca, com a publicação de seu livro: *Elementi di Scienza Política* em 1986 (TUDE, 2010). Nesta obra o autor afirma que em todas as sociedades, sejam elas antigas ou modernas sempre há um elemento

fortemente influenciador das políticas públicas. Uma minoria detentora de poder e a grande maioria privada dele (MOSCA *apud* TUDE, 2010, p. 23). Sendo assim, estes grupos elitistas seriam grandes influenciadores das políticas públicas, desde o processo de elaboração até a implementação da mesma. E esta influência se daria pelo alto grau de organização e consenso que dificilmente poderia ser encontrado também entre a maioria da população, as massas. É nesta perspectiva que Tude (2010) aponta as principais características de tal teoria.

A primeira compreende que as elites impõem seus valores, levando a perda da universalidade da política pública. Uma segunda característica aponta para uma tendência de inflexão e, na medida em que ela tende a ser reformista e incremental, temos que considerar ainda as reformas e mudanças efetivadas que podem vir a atender aos interesses da elite, servindo apenas para a manutenção do *status quo* dos dominantes.

Outra característica considera que a busca e promoção do bem estar seria realizado pela elite e não pelas massas, e uma última característica trata da participação no processo de desenvolvimento das políticas públicas que estaria restrito a atuação das elites. A participação da população seria apenas simbólica.

O Racionalismo, outra teoria das políticas públicas, considera essencial que todos os valores tenham sido discutidos e difundidos desde a elaboração até a implementação a fim de uma construção prática (TUDE, 2010). Entretanto, esta teoria dificilmente seria alcançada tendo em vista o caráter complexo dos problemas sociais, uma vez que fatores subjetivos e improváveis fazem parte do processo político. Nesta perspectiva Tude cita Simon que apresenta o conceito de Racionalismo limitado (SIMON *apud* TUDE, 2010, p. 24).

Esta política sempre considera a relação de custo e benefício priorizando a eficiência. Assim quanto maior for à possibilidade de mensuração da política pública através de cálculos, ou seja, da aplicação de métodos racionais, maior será sua eficiência (LOTTA, 2019).

Baseada na teoria da racionalidade, as *Policy Makers* precisam apresentar alguns princípios, partindo da necessidade de conhecer as demandas dos diversos grupos sociais, bem como ter clareza das

possibilidades viáveis para a execução de determinada política. Isso acontece a partir de dados, diagnósticos de consequências e possibilidades das ações a serem adotadas, e a partir de então, estabelecer relação de custo/benefício considerando cada alternativa e por fim escolher a alternativa que tem como critério a eficiência (TUDE, 2010).

A teoria incrementalista critica o racionalismo na medida em que considera aplicabilidade irracional e humanamente impossível, porque também julga improvável a previsibilidade necessária para aplicação da mesma.

Segundo Souza (2006), foi Laswel quem introduziu a expressão *Policy analysis* (análise de política pública), na década de 1930, buscando relacionar o conhecimento científico e ações empíricas, as denominadas ações governamentais, a fim de estabelecer diálogo entre estes dois segmentos. Souza explana ainda que em 1957, Simon utilizou pela primeira vez o conceito de racionalidade (*policy makers*). Para Simon (1947) a racionalidade dos decisores públicos está sempre limitada a problemas como a falta de informação ou ainda àqueles que denotam interesse pessoal (SOUZA, 2006). Desta forma os principais argumentos apresentados pelo incrementalismo negam a aplicação da teoria racionalista. Dentre estes argumentos está a indisponibilidade de tempo, recursos financeiros e intelectuais, sendo até impossível e inviável a análise de todas as alternativas para a implementação da política pública. Conta ainda com a limitação de previsão, não sendo possível detectar todas as consequências da aplicação de determinada política como é o caso do próprio desperdício ao investir em algo do passado. Outro argumento apresentado para a não aplicação dessa teoria é compreender que o cenário desse desacordo traz inviabilidade à política racional. Temos também uma tendência humana em buscar a satisfação individual. E por último a impossibilidade de estabelecer um consenso dos objetivos sociais (TUDE, 2010).

No Brasil a teoria incrementalista está muito presente. Teoria esta que pode ser compreendida como ações institucionais que ocorrem sem muita organização, pois são decididas a partir de comparações e avaliações limitadas, desarticuladas, com recursos geralmente também restritos. Nesta perspectiva se busca sempre resolver problemas imediatos, ao invés de buscar soluções mais concretas, o que resulta em fragmentação, sem grandes

avanços (RUA, 1998). Neste contexto, há continuidade de atividades governamentais passada, apenas parcialmente modificada, seja em sua ampliação ou redução. Assim podemos afirmar que neste molde comumente os tomadores de decisões optam por aceitar os programas estabelecidos anteriormente, uma vez que de maneira contrária, formular novas proposições demandaria planejamento, tempo e disponibilidade de recursos financeiros, o que poderia dificultar mudanças radicais (RUA, 1998).

Segundo Fittipaldi (2017), há certa acomodação dos tomadores de decisão diante da necessidade de agir diante dos problemas públicos, assim Fittipaldi afirma:

> (...) a abordagem incrementalista identifica a existência de uma natureza parcimoniosa na oferta de políticas públicas, admitindo uma “acomodação” da burocracia estatal a padrões de intervenção observada em períodos anteriores (FITTIPALDI, *et al.,* 2017, p. 615).

Podemos considerar que nesta perspectiva o incrementalismo é conveniente politicamente, onde acordos se dão facilmente, com poucas mudanças e adaptações.

A Teoria dos jogos pressupõe que as políticas públicas são estabelecidas pela relação entre os atores sociais, cujas decisões racionais são resultantes das escolhas dos referidos atores, pois diante do contexto, preveem o movimento dos demais envolvidos, posicionando-se de forma a obter o melhor resultado. Ao mesmo tempo a referida teoria não tem capacidade de definir como os envolvidos fazem suas escolhas, mas simula as possibilidades de ações do outro jogador (LOTTA, 2019).

A Teoria dos sistemas compreende que os mais diversos setores estão em constante interação, sendo esta, a ferramenta para a solução de problemas públicos, entendendo assim que é necessária a interação entre os decisores e a sociedade (MOTTA, 1971).

Levando em consideração as explanações acima podemos afirmar que as ações das políticas públicas estão muito presentes em nossas vidas, quer de forma consciente ou não. E que, estudos poderiam prever os impactos sociais através de ações de planejamento ou até mesmo de prevenção quando se reage diante de um problema público. Isso possibilitaria tanto para o Estado

quanto para a sociedade, meios de formulação, implementação e análise do contexto.

Tendo em vista os conceitos e teorias apresentados até aqui, a pesquisa buscará tratar de forma mais efetiva algumas delas tais como a *polit*y, *policy* e *politics*.

Primeiramente será analisada a *polity*, que se desenvolve em âmbito institucional, no terceiro capítulo. Nesta perspectiva serão analisados documentos de instituições ou organização, contempladas pelo PNAE, através de leis, documentos orientadores, procedimento/processos administrativos.

Posteriormente, a política pública do PNAE será analisada na perspectiva da *policy*/*policies*, focando em seu aspecto material. O programa será considerado a partir de suas políticas concretas: a efetivação, seus métodos de execução e resultados, levando em conta o aspecto do incrementalismo enquanto política pública e abordando aspectos processuais, tendo em vista o conceito de *politics* que tem como base: quem são os atores envolvidos no PNAE? - Quais são os conflitos existentes? - Quais são as instâncias e processos decisórios do PNAE?

3 A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: DO ASSISTENCIALISMO À FORMAÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS

3.1 O Desenvolvimento Humano e o direito à alimentação

Para haver qualidade de vida é indispensável à oferta e o acesso a alimentos saudáveis. A alimentação saudável enquanto um direito fundamental e acessível a todos, em quantidade e qualidade, é garantida pela Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) e faz parte do que se compreende por segurança alimentar. Deve ser totalmente baseada em práticas promotoras da saúde, sem nunca comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Esse é um direito do brasileiro, um direito de se alimentar devidamente, respeitando particularidades e características culturais de cada região (BRASIL, 2006).

Causas, de insegurança alimentar e nutricional, podem ser detectadas a partir de diferentes tipos de problemas como: fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde. Neste contexto o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), apresenta alguns aspectos importantes a serem tratados pela segurança alimentar, como citado abaixo:

> (...) tempo em que temos uma estrutura de produção de alimentos de caráter predatório em relação ao ambiente, bens essenciais com preços abusivos e imposição de padrões alimentares que não respeitem a diversidade cultural (BRASIL, 2004, p. 04).

Para a promoção da segurança alimentar considera-se necessário ter condições financeiras para adquirir alimentos. No entanto, esta não é a realidade de muitas pessoas. Particularmente, na economia brasileira, uma parcela substancial da população tem rendimentos tão baixos que as coloca em situação de insegurança alimentar. A alimentação não diz respeito apenas ao ato de ingerir um alimento, faz parte de um contexto cultural, étnico e social. Assim é de suma importância respeitar as características, locais, regionais e as tradições de cada povo ou cultura.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) aponta que a fome está aumentando em países de crescimento econômico lento, principalmente em países que dependem economicamente

do comércio internacional de commodities, como a América Latina (FAO, 2019).

A este respeito Dupas (2007) afirma que há unanimidade entre as organizações internacionais de que a América Latina é uma das regiões de maior desigualdade no mundo, condições que se observa pela falta de acesso ao consumo, ao crédito, à educação, a saúde e a inclusão digital (DUPAS, 2007).

Na Agenda 2030 da ONU, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são contempladas 17 metas globais estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Os ODS são parte da Resolução 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU): "*Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030, para o Desenvolvimento Sustentável*", que posteriormente foi chamada de Agenda 2030. As metas são amplas e interdependentes, mas cada uma tem uma lista separada de metas a serem alcançadas. Atingir todos os 169 alvos indicaria a realização de todos os 17 objetivos, como apresentado na figura 04:

Figura 04 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030

Fonte: Organização das Nações Unidas (ONU) 2015.

Os ODS abrangem questões de desenvolvimento social e econômico, incluindo pobreza, fome, saúde, educação, aquecimento global, igualdade de gênero, água, saneamento, energia, urbanização, meio ambiente e justiça social.

Nesta Agenda, foram pensadas e discutidas ações a fim de promover o desenvolvimento sustentável da humanidade. A agenda apresenta um plano de ações no sentido de promover à prosperidade, incluindo mecanismos de combate à pobreza extrema (SOARES, *et al.,* 2021).

Desta forma a boa nutrição é fundamental para o bem-estar, na perspectiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ela precisa

ser colocada no centro da política governamental e apoiada pelas principais partes interessadas, incluindo a sociedade civil e o setor privado.

Na busca pela efetivação deste direito, se faz necessário uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a partir de um conjunto de ações planejadas para garantir a oferta e o acesso aos alimentos para toda a população. É fundamental que isso aconteça de maneira sustentável, ou seja, sempre em condições que permitam sua manutenção em longo prazo.

No que se refere a políticas públicas a mesma deve buscar o engajamento da sociedade civil organizada em seus diferentes setores, saúde, educação, trabalho, agricultura, desenvolvimento social, meio ambiente, produção, comercialização, controle de qualidade e o acesso ao consumo (BRASIL, 2004, p. 04).

Assim para uma vida com dignidade é necessário ter uma alimentação adequada:

> O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva (BRASIL, 2013, p. 27).

A partir do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), os órgãos governamentais dos três níveis de governo e as organizações da sociedade civil devem atuar conjuntamente na formulação e implementação de políticas e ações de combate à fome e de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, e ainda no acompanhamento, monitoramento e avaliação da situação nutricional da população, definindo direitos e deveres do poder público, da família, das empresas e da sociedade.

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) foi instituído com intuito de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) em todo o território nacional por meio da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 (BRASIL, 2006).

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), é tema importante no âmbito internacional, principalmente a partir do estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) pela Assembleia das Nações Unidas em 2001. Posteriormente, em 2015, esses objetivos foram ampliados para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e tiveram metas atualizadas, os dados estão disponíveis para a maior parte do país (CEPAL, 2016; SILVA, *et al.,* 2010).

A preocupação com a vulnerabilidade social, principalmente das crianças e adolescentes, expressa pela condição de alimentação insuficiente é o primeiro dos ODM: Erradicar a Pobreza Extrema e a Fome. Ele foi reiterado nos ODS, apenas desdobrado em dois objetivos diferentes: erradicar a pobreza em todas as suas formas no Mundo; e erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição, e promover a agricultura sustentável.

O ser humano compreendido na sua totalidade, confirmado nas palavras de Garcia: “a dignidade da pessoa humana corresponde à compreensão do ser humano na sua integridade física e psíquica, como autodeterminação consciente, garantida moral e juridicamente” (GARCIA, 2004, p. 211).

Corroborando com o conceito de dignidade humana Sarlet afirma:

> A qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos (SARLET, 2007, p. 62).

A dimensão política do ato de alimentar-se não ocorre isoladamente, mas nas relações sociais, perpassando os aspectos econômicos dos processos produtivos. O acesso a este bem essencial a sobrevivência humana, na busca por um bem-estar individual, está associada à ideia de saúde a partir da alimentação adequada (ROSENDO, *et al.,* 2019). Assim numa relação considerada ética, não se pode agir com indiferença a fome alheia, nas palavras de Sen: “(...) necessidade de uma compreensão da justiça que seja

baseada na realização está relacionada ao argumento de que a justiça não pode ser indiferente às vidas que as pessoas podem viver de fato" (SEN, 2011, p. 48). Desta forma se faz necessárias políticas públicas efetivas que venham garantir bem como refletir sobre a proteção e respeito ao direito à alimentação, compreendido como direito humano fundamental, protegido pelo Estado.

O Brasil é um dos grandes produtores de alimento no mundo. No entanto, essa condição não garante à sua população alimentação adequada e necessária, tanto em quantidade quanto qualidade. A consequência é a insegurança alimentar revelando o aumento das taxas de pobreza, e como desfecho, a fome. Hoffmann afirma que: "o problema da fome no Brasil não se deve a pouca disponibilidade global de alimentos, mas sim à pobreza de grande parte da população" (HOFFMANN, 1994, p. 08).

Evidentemente o problema da fome e da desnutrição está além da falta de alimento, a raiz deste está principalmente na dificuldade de acesso ao alimento saudável disponível, essencial à sobrevivência e dignidade humana. Conforme afirma Machado: "A crise do sistema alimentar atual está enraizada na natureza das crises capitalistas, que para além de uma crise econômica, consiste em crises das relações sociais que fazem parte do processo cíclico do capitalismo" (MACHADO, 2016, p. 508).

O modelo capitalista vigente, que segundo Burity (2010) causa ainda: "transformar, consumir, importar e exportar alimentos sem reproduzir modelos que gerem injustiça social, de forma sustentável, conservando e resgatando a diversidade produtiva e cultural de um povo" (BURITY *et al.,* 2010). Partindo desse pressuposto, Pereira (2016) afirma que para podermos saciar a necessidade de comer, temos que ter condições econômicas para tal, por meios próprios ou pela ação do Estado. É neste sentido configura o conceito de alimento apenas como mercadoria, quando o contexto econômico predatório privilegia os economicamente abastados. Desta forma, fica evidente que o alimento é tratado como produto sob os moldes de um capitalismo predatório, não garantindo a dignidade humana, ou seja, as condições mínimas para que se tenha uma vida digna, sem dor e sofrimento resultante da fome e de doenças a ela associadas.

3.2 Alimentação Escolar no Brasil: uma história

No Brasil, a busca pela erradicação da fome teve origem a partir da década de 1940, e mais evidentemente na década de 1950, quando o médico nutrólogo e sociológico brasileiro Josué de Castro manifestou sua preocupação com o quadro de desnutrição infantil presente no país, através da publicação de seu livro: "*Geografia da Fome"* em 1946. Após esse marco, muitas ações ocorreram no sentido de combater este problema de saúde pública.

No Brasil um dos programas de políticas públicas voltadas para alimentação escolar é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que visa satisfazer as necessidades nutricionais do aluno no período em que ele permanece na escola, além de contribuir com hábitos alimentares saudáveis.

Na década de 1940, o Brasil teve a primeira proposta de oferta de alimentação escolar criada pelo Instituto Nacional de Nutrição, a iniciativa não prosseguiu devido à falta de recursos financeiros.

A partir da década de 1950, foi elaborado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil, programa de merenda escolar, de âmbito nacional e de gestão pública, Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), de caráter assistencialista, visava combater a desnutrição, atendendo crianças de baixa renda, ao mesmo tempo em que atendia aos interesses da indústria, na medida em que absorvia os excedentes produzidos (SILVA *et al.,* 2018; PAIVA *et al.,* 2016).

As políticas públicas voltadas para a merenda escolar obtiveram maior importância na década de 1950, como uma forma de reduzir os índices de evasão e repetência, como coloca Monteiro:

> Tanto a aprendizagem escolar, quanto o direito a uma alimentação balanceada estão intimamente ligados, ou seja, a importância da distribuição da merenda escolar está comprovada em vários estudos e pesquisas, uma dessas pesquisas foi realizada e publicada pela Universidade Estadual de Campinas, diz que para 50% dos alunos da região Nordeste, a merenda escolar é considerada a principal refeição do dia (MONTEIRO, 2005, p. 33).

E em 1965, passou a chamar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME) de caráter assistencialista**.**

Em 1979 foi denominado de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A partir da Constituição de 1988, a federação, estado e municípios passaram a serem responsáveis pelo custeio, inclusive com previsão orçamentária.

Entre as décadas de 1980 e 1990, o conceito de segurança alimentar passou a incorporar também as noções de acesso a alimentos seguros (não contaminados biológica ou quimicamente) e de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzidos de forma sustentável, equilibrada e culturalmente aceitável. Essa visão foi consolidada nas declarações da Conferência Internacional de Nutrição, realizada em Roma, em 1992, pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Agrega-se definitivamente o aspecto nutricional e sanitário ao conceito, que passa a ser denominado Segurança Alimentar e Nutricional (VALENTE, 2002).

Nesta perspectiva entende-se por Segurança Alimentar e Nutricional (SAN):

> (...) a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi possibilitada a maior participação da sociedade civil (art. 194, VII; art. 198, III; art. 204, II; art. 206, VI; art. 227, parágrafo 7) (BRASIL, 1988), a partir do texto da nova constituição oficializa a democracia representativa e participativa, incorporando a participação da comunidade/sociedade em geral na gestão das políticas públicas**,** a partir desta nova concepção de gestão participativa na década de 1990 foram constituídos os conselhos de controle social.

A base normativa de sustentação para a garantia da alimentação escolar como um direito humano está nos seguintes textos legais da Constituição Federal, nos artigos 208 e 211(BRASIL, 1988), conforme consta abaixo:

> Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino (BRASIL, 1988).

No ano de 1994 foi instituída por meio da Lei nº 8.913 (BRASIL, 1994), a descentralização das políticas de alimentação escolar no Brasil a partir de convênios com municípios e secretarias de educação. E estas passaram a desempenhar funções antes exercidas pelo gerenciamento do próprio PNAE. E assim possibilitaram-se as compras institucionais descentralizadas favorecendo pequenas empresas, comércio local, e até mesmo o pequeno produtor agrícola. A partir de 1994, o repasse de recursos financeiros do Governo Federal passou a ser feito de forma direta.

Em 2000, estabelece como critério para o repasse de recursos a existência dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), a partir da Medida Provisória n° 1979-19 de 02 de junho de 2000 e suas reedições estabeleceram o CAE, como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento do PNAE/FNDE. No ano de 2009, o PNAE, foi reestruturado, atuando através de normativas, como parte de uma política de segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2009).

O PNAE oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em dez (10) parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de duzentos (200) dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. Esses valores são contabilizados por aluno, a serem pagos em dez parcelas durante o ano letivo (BRASIL, 2019).

A Lei n° 11.947, de 16/06/2009 (BRASIL, 2009), apresenta que 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades (BRASIL, 2009).

O Art. 4° do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional, e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009).

A alimentação escolar deve ser compreendida como um direito humano e social de todas as crianças e adolescentes que estão nas escolas e um dever do Estado (governo federal, estadual, distrital e municipal). Esse dever do Estado é efetivado mediante a execução do PNAE, coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (BRASIL, 2009).

Apenas no ano de 2009, foi reconhecido o direito do jovem enquanto indivíduo, de receber subsídios para alimentação no contexto escolar. Possibilitando o atendimento do ensino médio, através da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (BRASIL, 2009). Universalizando o PNAE, para toda educação básica, atendendo assim desde a educação infantil, perpassando o ensino e médio, inclusive na modalidade de Jovens e Adultos (EJA), conforme citado abaixo:

> § 5º Para os fins deste artigo, a critério do FNDE, serão considerados como parte da rede estadual, municipal e distrital, ainda, os alunos matriculados em: I - creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental e médio qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas, inclusive as de educação especial (BRASIL, 2009).

Dentre suas diretrizes, o PNAE deve apoiar o desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, preferencialmente produzidos e comercializados em âmbito local, como consta na íntegra, como consta no art. 12 abaixo:

> Art. 12. Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada (BRASIL, 2009).

Assim os governos devem garantir a efetivação do direito à alimentação para os alunos matriculados nas escolas públicas e filantrópicas de educação infantil e de ensino fundamental e médio, que constem do censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do Ministério da Educação (BRASIL, 2009).

Neste contexto foram criados os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), tendo por objetivo acompanhar e monitorar a utilização de recursos financeiros do PNAE, recursos estes repassados as entidades executoras, desta forma é uma exigência do programa a constituição dos CAE´s.

A partir das comissões regionais, objetiva-se a descentralização de suas ações, bem como a participação social nas deliberações do CONSEA. Assim as comissões regionais denominadas Comissões Regionais de Segurança Alimentar (CORESAN), elaborarão um regimento interno próprio, em consonância com o regimento interno do CONSEA. A formação deste conselho deve seguir o que dispõe o Decreto nº 1.556, de 09 de julho de 2003 (BRASIL, 2003).

3.3 A SAN e o PNAE no Estado do Paraná

O Estado do Paraná aderiu ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) em 2011. Para aderir ao SISAN os municípios devem seguir o que dispõe prevê no §2º, do art. 11, do Decreto nº 7.272/2010 (BRASIL, 2010). Assim são requisitos mínimos para a formalização do termo de adesão pelos municípios, entre eles que o conselho municipal de segurança alimentar e nutricional seja composto por dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais (BRASIL, 2010). Deve-se elaborar um plano de segurança alimentar e nutricional, com base nas diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e nas proposições das respectivas conferências de Segurança Alimentar e Nutricional.

No Paraná, mais especificamente, temos o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que traz em seu Regimento interno, Cap. II, tem por finalidade, conforme artigo abaixo:

> Art. 4° - O CONSEA-PR tem como finalidade a promoção e a proteção dos Direitos Humanos à Alimentação Adequada no território do Estado, através da definição da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e da formulação das diretrizes, para a implantação do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN Paraná (PARANÁ, 2003, p. 02).

No II Plano Estadual de Segurança Alimentar elaborado entre os anos de 2016 e 2019, e publicado em 2017 (PARANÁ, 2017). Para discutir e promover este plano estadual foi realizada a IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CESAN), ocorrida em agosto de 2015, em Curitiba, buscando atender uma proposta de integração, discussão, participação social e mobilização de novos atores para atuação nessa política pública.

Segundo este plano, a mobilização a partir dos municípios buscou assegurar a participação de mulheres, jovens, população negra, indígenas, povos e comunidades tradicionais. As discussões durante a realização do evento foram divididas em três eixos temáticos. Para cada eixo foram fixadas dez metas: EIXO 1: Comida de Verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar; EIXO 2: Dinâmicas em curso, escolhas estratégicas e alcance das políticas públicas; e EIXO 03: Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança alimentar e nutricional (SISAN).

No eixo 1, destacamos algumas das seguintes propostas:

> 1. Efetivar a inclusão do tema da alimentação saudável como tema transversal nos planos de ensino e do projeto político-pedagógico escolar conforme orientação a Lei 11.947/2009 e Resolução 26 do FNDE, envolvendo a formação de professores e sensibilização das famílias para consumo de comida de verdade (PARANÁ, 2017, p.18).

Desta forma fica evidente o papel da escola na busca pela orientação nutricional, conscientização e formação de novos hábitos alimentares, priorizando a importância da alimentação saudável, e consequentemente mais

saúde aos alunos. Esta proposta vem reafirmar o previsto na Lei n°11.947/2009, em seu Art. 2º. São diretrizes da alimentação escolar:

> II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2009).

Já a proposta oito (08), trata da importância de se assegurar o financiamento do PNAE:

> 8. Ampliar e assegurar que programas destinados a segurança alimentar e nutricional tais como PAA e PNAE, não corram o risco de descontinuidade pela escassez de recursos (PARANÁ, 2017, p. 19).

Assim o Estado do Paraná através do Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE) prevê na Lei nº 16.751/2010 (PARANÁ, 2010) e regulamentada pelo Decreto n° 4211/2020 (PARANÁ, 2020), traz como meta a oferta da alimentação escolar saudável, a partir de alimentos 100% orgânicos na rede estadual de educação, como apresentado abaixo:

> Art 1°. Institui no âmbito do sistema estadual de ensino fundamental e médio a merenda escolar orgânica: Parágrafo Único. Entende-se por merenda escolar orgânica a merenda escolar certificada, conforme legislação federal pertinente. Assim, entre outras especificações da legislação, os alimentos fornecidos na merenda escolar não poderão conter agrotóxicos em toda a sua cadeia produtiva de todos os seus itens e competentes (PARANÁ, 2010).

Isso representa um grande desafio para as políticas públicas, na medida em que atualmente a oferta de orgânicos é muito baixa. Esta meta vem corroborar com a Agenda 2030, na busca pela erradicação da fome, bem como a busca pela qualidade da alimentação.

A referida lei prevê ainda a oferta de alimentos funcionais, tais como: abacate, alho, cenoura, inhame, batata doce, frutas cítricas, chá verde, couves, brócolis, repolho, nabo, aveia, trigo, arroz integral, leites fermentados, tomate vermelho, amora, goiaba, uva vermelha, sucos, soja e derivados.

Na busca pela efetivação destas metas, no ano de 2018, o governador Carlos Alberto Richa, designou um grupo de trabalho, compostos por membros de diversas secretárias e outros setores, para promover e apresentar estudos objetivando a viabilização da referida lei. Assim, participam deste grupo de trabalho chamado de Grupo de Trabalho Intersetorial Estadual composto por: Fundação Educacional do Estado do Paraná (FUNDEPAR), Secretaria da Educação e do Esporte (SEED), Secretaria Estadual de Abastecimento (SEAB) e ligada a esta secretaria o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), Secretaria da Administração e Previdência (SEAP), Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR), Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI), Secretaria de Saúde (SESA), Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF), Comissão de Produção Orgânica do Estado do Paraná (CPORG), Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável (DEAGRO), Ministério Público (MP), Sistema de Certificação por Auditoria, Sistema Participativo de Garantia e Organização dos Direitos humanos (PARANÁ, 2010).

A partir da LEI Nº 10.831, de 23 dezembro de 2003, entende-se por orgânico o que consta no texto abaixo:

> Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003).

Desta forma se faz necessário o fortalecimento da cadeia produtiva, especificamente da Agricultura familiar, e principalmente da produção de alimentos orgânicos da região. O desenvolvimento da agroecologia e a

agricultura familiar são de suma importância para a realização deste desafio. Tendo em vista que ela está embasada na produção sustentável, buscando um desenvolvimento rural e sustentável e equilíbrio dos ecossistemas, possibilitando ao homem do campo seu próprio sustento (GONÇALVES, 2011).

3.4 Agrotóxicos: economia e processo produtivo

Mas como garantir alimentação saudável as crianças e jovens se cada vez mais o Brasil aumenta a quantidade de agrotóxicos utilizados na produção?

Segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Observatório da Indústria dos Agrotóxicos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), divulgados durante o II Seminário sobre Mercado de Agrotóxicos e Regulação, realizado em Brasília, Distrito Federal, em abril de 2012, enquanto, nos últimos dez anos, o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 93%, o mercado brasileiro cresceu 190% (CARNEIRO, *et al.,* 2015).

A aplicação de agrotóxicos de forma excessiva e descontrolada em lavouras tem sido considerada um importante agente de contaminação do solo e da água. Há um crescente aumento do grau de toxicidade, bem como de seus teores encontrados em diversos compartimentos ambientais, o consumo dessas águas ou suas reutilizações na agricultura, podem resultar em riscos à saúde pública (SILVÉRIO *et al.,* 2012).

O Brasil é um dos grandes produtores agrícolas do mundo. No levantamento da safra de grãos 2019/2020, divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2020), indica que a produção brasileira está estimada em 245,8 milhões de toneladas, um aumento de 1,6%, ou seja, 3,9 milhões de toneladas a mais em relação à safra 2018/2019, um recorde (CONAB, 2020).

Ao mesmo tempo Dupas (2007) aponta que o processo de globalização acelerado, no qual se busca o lucro, provoca a exclusão. Assim a globalidade não significa igualdade, a possibilidade de acessar bens essenciais à sobrevivência e dignidade humana como o alimento, por exemplo, mas a outros bens, sejam eles de cunho material ou social (SOARES, *et al.,* 2021). Como afirma Dupas: “A globalização não amplia os espaços, estreita-os; não

assume responsabilidades sociais e ambientais; pelo contrário, acumula problemas, transforma-se em sintoma de sobrecarga" (DUPAS, 2007, p. 78).

Corroborando com esta afirmativa Polanyi compreende que o sistema capitalista de livre mercado, seria exatamente a causa de alienação, subordinação do indivíduo, da institucionalização de valores predominantemente consumistas e mercantis (POLANYI, 2000), ou seja, o capitalismo contribui para a desumanização social.

Segundo Schneider (2011) os mercados são dispositivos políticos de construção social. Assim, o alimento a partir do mercado capitalista com uma exploração sem precedentes, é um elemento de risco tanto para a sociedade quanto para o meio ambiente, criando um cenário de medo provocado pelo mercado, ou seja, o mercado baseado no capitalismo predatório é um provedor de insegurança alimentar.

Em áreas de atividade agrícola, a principal preocupação é a contaminação dos recursos hídricos com resíduos de agrotóxicos, sendo que o principal mecanismo para avaliar o impacto do setor e promover políticas voltadas à saúde e o meio ambiente é a imprudência das ações impulsionadas por fins do lucro a todo custo (SOARES, *et al.,* 2017).

A presença destes agrotóxicos muitas vezes é justificada a partir do montante financeiro que esses produtos geram, e que por vezes, tem isenção de impostos. Entretanto, o que se desconsidera na conta final é seu real prejuízo, resultando em contaminação do solo, da água, dos alimentos, da saúde (direta e indiretamente) do trabalhador do campo. Em alguns casos até provoca acidentes levando à morte, ou por vezes de forma indireta, no caso os consumidores, acabam por ingerir tais venenos.

3.5 Educação alimentar e o papel da escola

A alimentação escolar é um direito humano e social de todas as crianças e adolescentes que estão nas escolas e um dever do Estado (governo federal, estadual, distrital e municipal). Esse dever do Estado é efetivado mediante a execução do PNAE, coordenado pelo FNDE.

Por um lado, a escola através das políticas públicas governamentais tem uma função essencial que é a de garantir durante o período escolar pelo

menos uma refeição às crianças e adolescentes, principalmente as mais vulneráveis. Por outro lado, tem uma função também primordial no processo educacional, o de educar para a saúde, incentivando o consumo de alimentos adequados nutricionalmente a cada faixa etária, orientando e claro, oferecendo alimentação saudável de boa qualidade.

O espaço escolar exerce influência sobre as escolhas dos estudantes, principalmente na formação de hábitos alimentares, mais saudáveis. Assim a escola através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN´s), a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) apresenta dentro de sua proposta temática, a Saúde, através dos temas transversais, abordando alimentação e nutrição (MOHR, *et al.,* 2013).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento com caráter normativo que serve de referência para a elaboração dos currículos de todas as escolas que ofertam educação básica no país. Ela orienta não apenas na construção dos currículos, mas na elaboração e revisão das propostas pedagógicas, nas políticas para formação de professores, nos materiais didáticos e avaliações. O referido documento abrange conteúdos considerados essenciais aos alunos desenvolvidos em cada etapa e modalidade de aprendizagem, tendo em vista o Plano Nacional de Educação (PNE). É o que consta a seguir:

> Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (BRASIL, 2017, p. 07).

As BNCC´s buscam a formação integral do indivíduo com abordagem de temas contemporâneos numa perspectiva de ensino interdisciplinar em que destacamos a educação alimentar e nutricional.

> (...) cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e

> integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/199016), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/199717), educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/201218), educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009) (BRASIL, 2017, p. 19).

Estes conteúdos devem ser trabalhados de forma interdisciplinar, ou seja, não é dever de uma única disciplina, mas sim partir de ações coletivas ou, projetos.

Se no início da implantação de políticas públicas voltadas para a alimentação escolar, a grande preocupação era com a desnutrição, na atualidade há uma inversão do quadro com a redução da desnutrição e um aumento significativo da obesidade, considerada doença universal, e vista como principal problema de saúde pública. O excesso de peso geralmente está associado ao excesso de comida e as más escolhas alimentares, com preferências aos alimentos ricos em açúcares e gorduras (FREITAS, *et al.,* 2009).

No que se refere a alimentos saudáveis é necessário falar sobre os orgânicos, contudo, ainda existem muitos desafios para a população em geral ter acesso a estes alimentos. O mesmo acontece com os alunos. Em contrapartida há grande oferta de produtos altamente industrializados, com elevado nível de açúcar e gordura trans, que tem causado mudanças provocadas pela substituição gradual do consumo de alimentos in natura e minimamente processados por alimentos industrializados e altamente processados (LOUZADA, *et al.,* 2015).

A FAO (2017), afirma que a alimentação inadequada baseada em alimentos altamente processados produzidos com grande quantidade de açúcar, gordura e sal, promovem a incidência de várias doenças, dentre elas as doenças crônicas como hipertensão, diabetes e câncer. 70% das pessoas morrem, ou aumentam o risco de sobrepeso e obesidade em decorrência destes problemas de saúde no Brasil (FAO, 2017).

A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) define o que é alimentação saudável:

> Para uma alimentação ser considerada adequada, a regra de ouro é que o indivíduo dê sempre preferência

> ao consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados e preparações culinárias em detrimento aos alimentos ultraprocessados (BRASIL, 2014). Para as crianças e adolescentes, a orientação é o consumo de três a cinco porções de frutas e hortaliças, uma de feijão e três de produtos lácteos (SBP, 2012).

Também o Guia alimentar para a população brasileira conceitua o que são os alimentos processados:

> Alimentos processados são fabricados pela indústria com a adição de sal ou açúcar ou outra substância de uso culinário a alimentos in natura para torná-los duráveis e mais agradáveis ao paladar. São produtos derivados diretamente de alimentos e são reconhecidos como versões dos alimentos originais. São usualmente consumidos como parte ou acompanhamento de preparações culinárias feitas com base em alimentos minimamente processados (BRASIL, 2014, p. 38).

Já os alimentos ultraprocessados podem ser definidos como:

> Alimentos ultraprocessados são formulações industriais feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, amido, proteínas), derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas como petróleo e carvão (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e vários tipos de aditivos usados para dotar os produtos de propriedades sensoriais atraentes). Técnicas de manufatura incluem extrusão, moldagem, e pré-processamento por fritura ou cozimento (BRASIL, 2014, p. 41).

Apesar de todas estas orientações e leis encontradas nos documentos tanto em âmbito estadual, quanto federal, é muito comum nas escolas da rede estadual de educação do Paraná a oferta de alimentos altamente processados, com alto teor calórico como: bolachas industrializadas, salsicha, carnes enlatadas, frango empanado, como pode ser verificado na Tabela de Preços PNAE - 2020 através da Chamada Pública de nº 001/2019 - FUNDEPAR, sob o Protocolo nº 15.879.550-7 e a Chamada Pública nº 001-020/FUNDEPAR, sob o número de Protocolo nº 16.835.403-7 (FUNDEPAR/PR). Havendo pouca oferta de frutas e legumes, e quando se ofertam frutas, verduras e legumes estes não estão livres dos agrotóxicos.

A alimentação escolar deixa de ter uma função apenas de suprimento nutricional e assistencialista como evidenciado principalmente nas décadas de 1940 e 1950 pelas políticas públicas, e passa na atual conjuntura a ter papel formativo, ou seja, educação para uma boa alimentação e por consequência boa saúde.

Desta forma, com a necessidade de se tratar da alimentação saudável em âmbito escolar foi publicada a Portaria Interministerial de Nº 1.010, 2006, que trata da Instituição das diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas em âmbito nacional.

> Art. 5º Para alcançar uma alimentação saudável no ambiente escolar, devem-se implementar as seguintes ações: VII - estimular e auxiliar os serviços de alimentação da escola na divulgação de opções saudáveis e no desenvolvimento de estratégias que possibilitem essas escolhas; X - incorporar o tema alimentação saudável no projeto político pedagógico da escola, perpassando todas as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano das atividades escolares (BRASIL, 2006).

Assim uma mudança do hábito alimentar seria possível a partir da integração da nutrição ao ensino, representaria uma forma mais eficaz de intervenção nutricional (PIETRUZINSKY *et al.,* 2010), pois somente a partir do momento em que o aluno possuir clareza do que está comendo e tiver efetivo conhecimento do resultado desse consumo para seu corpo, para sua saúde, teríamos um caminho para se alcançar uma mudança profunda e consciente. Desta forma, a escola ao ofertar novas informações sobre alimentação e nutrição, auxilia na promoção da ampliação do conhecimento individual que poderá resultar em melhorias no comportamento alimentar do aluno favorecendo não só a manutenção, mas também atuando na recuperação do estado nutricional (SILVA *et al.,* 2013; TORAL, *et al.,* 2009). A escola proporcionando um estilo de vida mais saudável entre crianças e adolescentes, estaria contribuindo para o delineamento adequado de materiais educativos e intervenções nutricionais. Assim, a função do espaço escolar vai além de ofertar alimentos saudáveis, exerce também à função de formar novos hábitos, novos modos de conceber saúde, promovendo boas práticas a fim de gerar

pessoas mais saudáveis e conscientes do quão importante é a escolha de uma alimentação saudável. Portanto, cabe à escola oferecer alimentação saudável e equilibrada, bem como orientar seus alunos na prática de bons hábitos de vida, na busca por um rendimento escolar adequado (PERNETA, 1980; MONTEIRO, 2005).

Na busca pela segurança alimentar através do PNAE, podemos compreender que as relações se interseccionam, ou seja, passa por um processo Intersetorial. Neste sentido Schneider afirma que:

> É sabido e reconhecido que se trata de problemas cujas soluções passam pela presença direta e proativa do Estado, mas também é igualmente consensual que as organizações não governamentais e os atores da sociedade civil organizada, assim como o próprio setor privado, não podem ser deixados de fora dos processos de discussão, decisão e execução de medidas práticas (SCHNEIDER *et al.,* 2011, p. 182).

Ao mesmo tempo segundo Soares e Lazzari (2009), compreende que a escola traz em sua matriz curricular conteúdos escassos sobre alimentação escolar, raras informações nos materiais didáticos e falta de capacitação. Em algumas escolas, a preparação do alimento pode ser ainda mais comprometida devido à falta de estrutura física e recursos humanos.

E ainda em alguns espaços escolares temos as cantinas, que apesar de não poder vender alimentos considerados não saudáveis, eles ainda se fazem presentes, com a venda de doces, chocolates, paçocas e achocolatados. Tais consumos trazem consequências podendo ser caracterizadas como alteração do aprendizado e da atenção, aumento do número de repetências, carências nutricionais ou decorrentes do excesso de alimentos (PECKENPAUGH *et al.,* 1997).

A adolescência representa uma fase de transição entre a infância e a vida adulta em que muitas mudanças ocorrem, mudanças de ordem biológica, psicológica e social (WHO, 1995). Período que surgem conflitos que podem levar a distúrbios, inclusive alimentares. Comumente os jovens preferem ingerir alimentos rápidos (KAZAPI, *et al.,* 2001) também se caracteriza como uma fase de grande preocupação com a estética, e que por vezes levam a dietas

desequilibradas, aumentando a possibilidade de transtornos alimentares (TOSATTI, *et al.,* 2007).

Ao mesmo tempo a influência das mídias se fazem presentes neste mundo juvenil. Elas acabam modelando as escolhas alimentares do consumidor, considerando sua fase de maturação (BOYLAND, *et al.,* 2015). Segundo Lobstein (2005) que analisou os conteúdos presentes nos anúncios sobre alimentos nos programas infantis, e verificou que cerca de 41% abrangem alimentos ultraprocessados, como refrigerantes, biscoitos e salgadinhos, se revelando altamente persuasivos (LOBSTEIN, 2005).

No contexto escolar, apesar da alimentação para a juventude ser um direito, pode haver um processo de resistência que pode estar relacionado ao modo como a comida é preparada, ou que se serve, como por exemplo: sopas ou mingaus, e às vezes associado à ideia de infância, a falta de higiene na manipulação dos alimentos e até a própria associação com a ideia de pobreza podem desestimular a alimentação escolar, mesmo daquele aluno que está com fome (PAIVA, 2016).

Os adolescentes e jovens podem ter uma visão distorcida do alimento escolar na medida em que confere um baixo status ao alimento regional, valorizando alimentos altamente industrializados, produtos muito presentes nas mídias através das propagandas associados à ideia de modernidade o que confere ao jovem, status social. Tais práticas alimentares adotadas pela juventude tem sido rica na ingestão de gorduras, açúcares e sódio, com pequena participação de frutas e hortaliças. Este quadro está relacionado à manifestação cada vez mais precoce de doenças crônicas entre os adolescentes, como a obesidade e o diabetes, o que envolve um grande impacto em saúde pública, se fazendo necessária a intervenção nutricional no espaço escolar (TORAL, *et al.,* 2009). É neste sentido, que a escola pode atuar a fim de contribuir para a construção de sua identidade conforme sua idade (PAIVA, 2016 *et al*.; TORAL, *et al.,* 2009). No espaço escolar, a alimentação para o jovem poderia representar a possibilidade de projetar outras identidades que não a subalterna, como processos de resistência às práticas de dominação e controle e processos de construção de identidade alimentar que agreguem criticamente o tradicional e o moderno, o local e o global (PAIVA, 2016).

Partindo deste pressuposto, podemos afirmar que a escola teria uma função primordial na conscientização das crianças e jovens, uma vez que faz parte das políticas públicas efetivas para garantir uma participação ativa nos processos de decisão e gestão, tendo em vista as relações entre instituições e atores envolvidos (SACHS, 1995). É o ambiente escolar que tem o papel de empoderar os jovens para práticas alimentares saudáveis a fim de garantir saúde, controlar e prevenir distúrbios decorrentes da má alimentação. Através da educação alimentar e nutricional o indivíduo tem a liberdade de fazer suas próprias escolhas (BRASIL, 2012).

É visto que a sociedade tem sofrido mudanças, e estas parecem ocorrer numa velocidade maior e de forma mais dinâmica, e não podemos desconsiderar que a escola faz parte deste cenário. Assim o espaço escolar pode contribuir para novos olhares através da reflexão dos educadores e da comunidade escolar, para que por meio do currículo se desenvolva valores, saberes e fazeres que possibilitem aos alunos autonomia e competência. Nesta perspectiva será analisada a atuação das políticas públicas para segurança alimentar enquanto um direito fundamental para a juventude da rede estadual de educação do Paraná, no município de Toledo, mais especificamente na Escola Estadual do Campo de Novo Sobradinho, tendo em vista o papel exercido pelos diversos atores envolvidos no programa.

4 ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS E FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO (PR)

4.1 Origem e história do município de Toledo

O Oeste Paranaense pertenceu à província de São Paulo até o ano de 1852, abrangendo naquele momento as cidades de Toledo, Foz do Iguaçu e Cascavel, onde viviam indígenas e espanhóis. O território de Toledo até a região de Laranjeiras do Sul estava ocupado por índios Guaranis, que tinham a maior aldeia da nação indígena junto às Cataratas do Iguaçu, até 1870, quando foi criado o Território Federal do Iguaçu (PRIORI, *et al*., 2012).

Com sua emancipação política, em 1853 tornou-se província do Paraná, passando a receber muitos imigrantes de origem europeia, como por exemplo: poloneses, ucranianos, alemães e italianos (PRIORI, *et al.,* 2012).

> No processo de colonização do Oeste do Paraná, destacou-se a ocupação majoritária por migrantes de origem italiana e alemã, originários dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As condições favoráveis para o desenvolvimento da agricultura foi um fator de motivação para a ocupação da região. Isso ocorreu principalmente durante a Segunda Guerra Mundial (1930-1945), quando ficou evidente que alguns setores do país necessitavam ser ampliados, entre eles, a industrialização, a indústria de base e a criação de uma fronteira agrícola forte (PRIORI, *et al.,* 2012, p. 83).

Toledo está situado numa região de colonização recente, que recebeu seus primeiros moradores em 27 de março de 1946, quando colonos vindos do atual município gaúcho de São Marcos, até então distrito de Caxias do Sul, chegaram à área atual, na época pertencente ao Território Federal do Iguaçu.

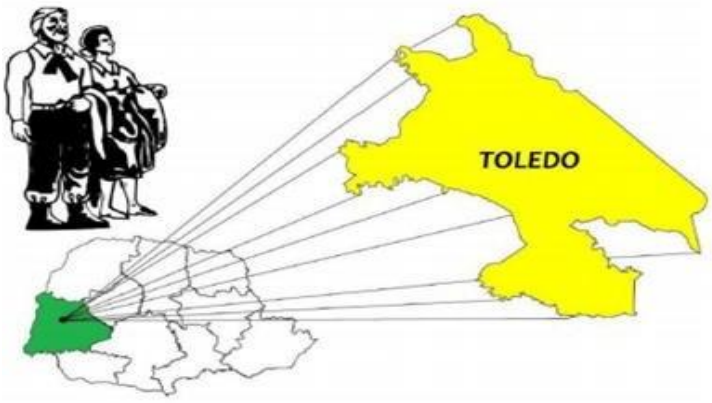
Um passo importante para a criação da cidade foi quando a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A - MARIPÁ adquiriu junto a uma companhia imobiliária inglesa a gleba de terras denominada Fazenda Britânia, para em seguida ocupá-la e desbravá-la com os colonos trazidos do Rio Grande do Sul. Esta madeireira tomou uma série de medidas para formar diversas colônias de agricultores. Segundo Priori (2012) havia uma seleção das famílias interessadas na compra de Terras, é o que nos conta o autor:

> Privilegiou a venda das terras em pequenas propriedades, com tamanho aproximado 10 alq. (24 ha). A companhia colonizadora dividiu as terras de modo que cada propriedade tivesse um curso de água. Os compradores eram selecionados rigorosamente. Chama a atenção que a venda desses lotes era feita de preferência para gaúchos e catarinenses, em sua maioria com descendência alemã ou italiana (PRIORI, *et al.,* 2012, p. 10).

Com a chegada das famílias no município de Toledo, a maioria descendente de imigrantes de origens italiana e alemã vindos dos outros dois estados do Sul do país como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, perceberam-se condições favoráveis para o desenvolvimento da agricultura, fato que se deu principalmente durante a Segunda Guerra Mundial.

Após a autorização das colonizadoras pelo governo brasileiro, houveram várias campanhas para a venda de terras na região Oeste, dentre elas a “marcha para o oeste” foi uma campanha de forte apelo nos meios de comunicação, produção cultural e educação no Brasil no decorrer da década de 1930, ilustração apresentada na figura 05 abaixo:

Figura 05 - Ilustração do Processo de Colonização do Município de Toledo



Fonte: Prefeitura Municipal de Toledo, 2020.

No entanto muitos problemas de natureza legal ocorriam. Grileiros agiam na região ou ainda ações de má fé das colonizadoras que vendiam as terras, áreas já invadidas pelos grileiros, e não se responsabilizavam pela desocupação das mesmas. Segundo Priori (2012) muitos pesquisadores afirmam que a colonizadora Maripá responsável pela venda de terras na região

de Toledo, teria sido a única da região oeste a garantir tranquilidade e segurança na compra dos lotes (PRIORI, *et al.,* 2012, p. 11).

Em 1946 o município foi fundado, por um grupo gaúcho, a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A (Maripá), tornou-se o principal agente de colonização do Oeste do Paraná. Essa firma tinha sede em Porto Alegre e escritório em Toledo. Seu sistema de colonização era embasado na pequena propriedade agrícola, objetivando a cultura diversificada, que era voltada para as necessidades de subsistência e da demanda do mercado local (LIMA, *et al.,* 2006).

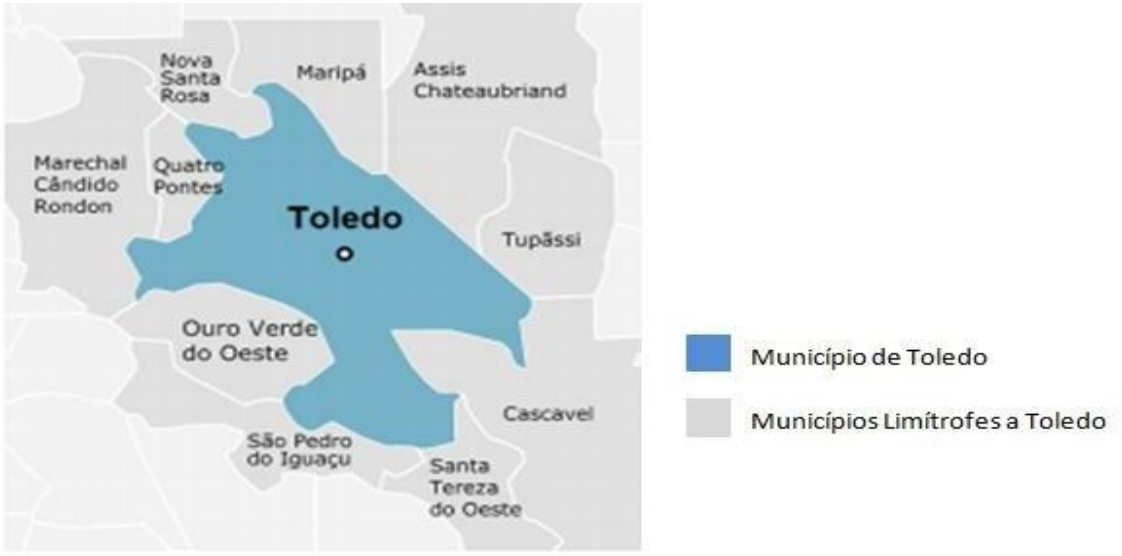
4.2 Características Territoriais e Estruturais do Município de Toledo

O município de Toledo está localizado na região Sul do Brasil, no Oeste Paranaense. Possui uma extensão territorial de 1.194,491 Km^2 de área. A Microrregião de Toledo é uma das microrregiões do Estado do Paraná pertencente à mesorregião Oeste Paranaense que está dividida em 21 municípios, os quais possuem uma área total de 8.754,994 km². O relevo dos distritos de Toledo são ligeiramente ondulados, sendo que o ponto mais elevado fica entre a localidade de Gramado e o Distrito de São Luiz do Oeste, com a altitude de 687 metros. O clima é subtropical úmido-brando e o solo é o latossolo roxo. Com altitude de 550 metros em relação ao nível do mar. Abaixo a figura 06, representado o estado do Paraná, e na sequência a figura 07, mostra os municípios limítrofes ao município de Toledo:

Figura 06 - Mapa Estado do Paraná-Brasil

Fonte: IPARDES, 2021.

Figura 07- Municípios Limítrofes a Toledo (PR)



Fonte: IPARDES, 2021.

O município tem 10 (dez) distritos localizados em áreas rurais, são eles: Concórdia do Oeste, Dez de Maio, Dois Irmãos, Novo Sarandi, São Luiz do Oeste, São Miguel, Vila Ipiranga, Vila Nova, Novo Sobradinho e Bom Princípio.

Toledo, hidrograficamente falando, não está isolado. Suas bacias hidrográficas estão inclusas na bacia do Paraná. Todos os rios que compõem a hidrografia do município de Toledo correm no sentido leste-oeste em direção ao Rio Paraná.

As principais bacias hidrográficas do município de Toledo são as do rio São Francisco e do Marreco (centro), do Rio Guaçu e Dezoito de abril (norte), e Rio Santa Quitéria (sul).

O Rio Toledo é considerado o mais importante, pois corta o perímetro urbano da sede do município e também suas águas são utilizadas para o abastecimento de água tratada pelo Serviço de Saneamento do Paraná (SANEPAR), sendo que o Rio Toledo possui uma extensão territorial de 26,5 km.

A nascente e a foz do Rio Toledo ficam dentro da área territorial do município de Toledo. Suas nascentes ficam a leste entre o distrito de São Luiz do Oeste e Linha Gramado e a sua foz, fica ao sul do município, desaguando no Rio São Francisco.

As sangas, nascentes que compõem a bacia hidrográfica do rio Toledo são as seguintes: Sanga Perdida, Sanga Golondrina, Sanga Guarani, Sanga Manaus, Sanga Pinheirinho, Sanga Capellari, Sanga Lajes e Sanga Mata Sede. Apresenta 57.8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 80.6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização.

4.3 Características Populacionais do Município de Toledo

Após a emancipação do município em 1952, e com a venda de terras, a oferta de trabalho e oportunidades de negócios levou ao rápido crescimento populacional de Toledo, conforme apresentado no quadro 05.

Quadro 05 - Evolução Populacional (ano, população total, população estimada, variação (%)). Toledo - Paraná - Brasil.

Censo	**População**	**Variação (%)**
1950	615	-
1960	24.959	3.958,37
1970	68.885	175,99
1980	81.282	17,99
1991	94.879	16,72
2000	98.200	3,50
2010	119.313	21,50
2021 (estimada)	142.650	19,56

Fonte: Censo, IBGE, 2010.

Tem uma população estimada em 142.645 habitantes para 2021, conforme dados do IBGE (2020). O Censo Cidade do IBGE - 2010 aponta para uma densidade demográfica de 99,68 hab./Km^2, já em 2019 temos uma densidade demográfica em 117,5 hab./Km^2 (TOLEDO, 2019).

Segundo projeção realizada pelo IPARDES (2021), há uma perspectiva de aumento populacional nos próximos 20 anos considerando a projeção do IBGE/IPARDES (2021). Há uma estimativa de crescimento populacional nas próximas décadas no município de Toledo, de 142.000 habitantes em 2021, para 166.000 habitantes em 2040, no qual se destaca o alto índice da população idosa, segundo dados dos IPARDES, conforme apresenta o quadro 06 abaixo:

Quadro 06 - Projeção Populacional - 2021/2040 - (faixa etária, ano). Toledo - Paraná - Brasil.

População por faixa etária	**2021**	**2025**	**2030**	**2035**	**2040**
Total	142.837	147.301	154.696	161.026	166.085
De 0 a 04 anos	8.676	8.670	8.463	8.170	7.872
De 05 a 09 anos	8.654	8.926	8.961	8.739	8.429
De 10 a 14 anos	8.685	9.051	9.456	9.475	9.226
De 15 a 19 anos	9.681	9.328	9.664	10.073	10.070
De 20 a 24 anos	11.297	10.327	9.713	10.053	10.467
De 25 a 29 anos	11.891	11.678	10.557	9.915	10.256
De 30 a 34 anos	12.111	12.080	11.900	10.751	10.090
De 35 a 39 anos	11.504	12.338	12.303	12.124	10.950
De 40 a 44 anos	10.355	11.352	12.420	12.395	12.219
De 45 a 49 anos	9.382	9.976	11.251	12.310	12.285
De 50 a 54 anos	9.100	9.133	9.840	11.107	12.154
De 55 a 59 anos	8.681	8.944	9.035	9.754	11.019
De 60 a 64 anos	6.875	8.388	8.793	8.903	9.627
De 65 e mais	13.945	17.110	22.340	27.257	31.421

Fonte: IBGE/IPARDES, 2021.

O que se percebeu nas últimas décadas foi um esvaziamento da população do campo, caracterizado pelo êxodo rural. Os números revelam que a população rural do município se encolheu nos últimos anos. Conforme o censo de 2010, a população rural do município de Toledo era de 9,27%, do total de 119.353 habilitantes, o que corresponde a pouco mais de 11.000 pessoas, como podemos confirmar no quadro n° 07:

Quadro 07 - População do Município de Toledo (população total, gênero (masculino/feminino), rural, urbana, ano) - Toledo - Paraná - Brasil.

População	**Ano 1991**		**Ano 2000**		**Ano 2010**	
	Pop.	Total (%)	Pop.	Total (%)	Pop.	Total (%)
População Total	86.250	100.00	98.200	100.00	119.313	100.00
População Residente/masculina	43.182	50.07	48.549	49.44	58.337	48.89
População Residente/feminina	43.069	49.93	49.651	50.56	60.976	51.11
População Urbana	70.037	81.20	85.920	87.49	108.259	90.74
População Rural	16.213	180.0	12.280	12.51	11.054	9.26

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

Já a taxa de Crescimento Populacional indica uma redução da taxa de crescimento rural, enquanto a urbana aumentou conforme quadro 08 abaixo:

Quadro 08 - Taxa de Crescimento Geométrico Populacional (rural e urbano). Toledo - Paraná - Brasil.

Tipo de Domicilio	Taxa de Crescimento (%)
Urbano	2,34
Rural	-1,05
Total	1,97

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

A história do município nasce com descendentes de imigrantes europeus vindos principalmente dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas na última década, Toledo tem recebido migrantes de diversas regiões do país, e do mundo. Temos aqui famílias vindas do Norte e Nordeste brasileiro, mas também muitos haitianos e senegaleses. A maioria chega a esta localidade bem como a regiões próximas, em busca de melhor qualidade de vida, isto é, emprego.

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (BRASIL, 2016) apontavam a presença de 13.833 trabalhadores estrangeiros formais no Paraná no ano de 2016. Entre eles, 845 de origem senegalesa. Toledo é uma das cidades que mais recebe senegaleses no Paraná. Segundo Lombardi (2020), até o ano de 2020, Toledo contava com aproximadamente 130 senegaleses.

4.4 Características Econômicas do Município de Toledo

O município de Toledo sempre foi caracterizado por sua grande produção agrícola. Região construída por movimentos migratórios e de colonizadores do Sul do Brasil. Na década de 1940, se estruturou com base nas pequenas propriedades familiares, voltadas para a produção de subsistência, e posteriormente para a produção mercantil.

Já nas décadas de 1960, houve grande movimentação migratória de outras regiões do país na busca por terras, marcada por grandes desigualdades sociais (LIMA, *et al.,* 2006). Na década seguinte o processo de industrialização agrícola se intensifica, conforme Ferreira: “No caso paranaense, a partir dos anos 1970, ocorreu um processo de modernização agrícola intenso, transformando-se em um dos principais exportadores de grãos do País” (LIMA *et al*., 2006, p. 08).

O município está entre as maiores cidades do Paraná em arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com o 10° lugar em Produto Interno Bruto (PIB) em 2018. Foi considerada a 5ª melhor cidade do Paraná e 32° entre os melhores municípios do Brasil para se investir na categoria Agropecuária, segundo a Urban Systems (2020) (TOLEDO, 2021).

Segundo dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) o município ocupa a 2° posição estadual no ranking de Desenvolvimento Municipal e 7° posição nacional (2018).

Está localizado em Toledo, o maior frigorifico do estado e da América Latina. Também há empresas na área de medicamentos e indústria têxtil, atendendo mercado nacional e internacional. Além disso, conta com um parque tecnológico, o Biopark constituído de um ecossistema sinérgico que reúne pessoas, empresas, centros de pesquisa e inovação, com o objetivo de gerar desenvolvimento (TOLEDO, 2021).

4.5 A Produção Agropecuária e o perfil dos produtores rurais de Toledo

O Estado do Paraná é um dos grandes produtores agrícolas do Brasil. Desta receita gerada pelas exportações do Paraná no primeiro quadrimestre deste ano, 80,3% têm origem no agronegócio. Somando cerca de US$ 4,12 bilhões, os produtos que mais participaram deste montante foram do Complexo de Soja, as carnes e os produtos florestais (MAPA, 2020).

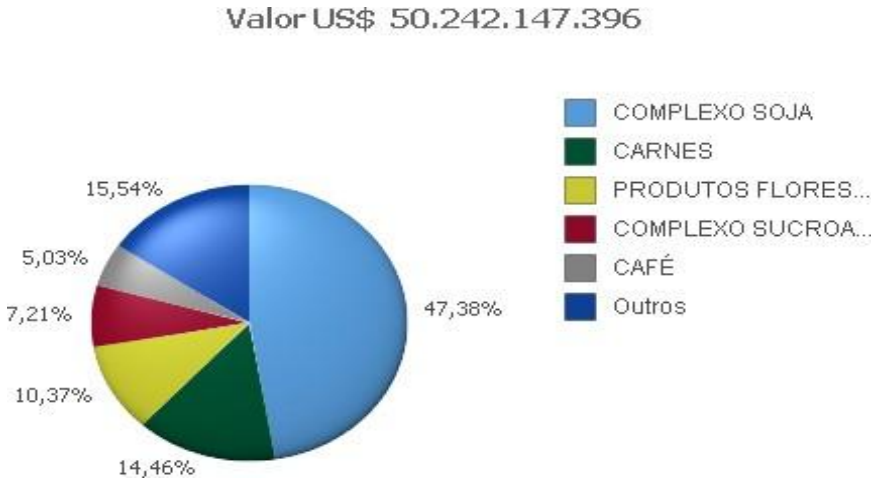
De março a abril de 2021, as exportações brasileiras do agronegócio somaram US$ 31,40 bilhões, alta de 5,9% em relação ao mesmo período no ano anterior. O Paraná é terceiro estado mais expressivo neste valor, sendo responsável por 13,14% deste total, atrás apenas do Mato Grosso (18,33%) e São Paulo (15,38%) (MAPA, 2021).

A receita gerada pela agricultura e pecuária paranaense no período supera em US$ 160 milhões a das exportações dos produtos de janeiro a abril de 2019. Somente a soja representa quase metade (46,7%) das exportações do agro paranaense (MAPA, 2021).

O setor alcançou uma receita de quase US$ 1,93 bilhão. As carnes participam com 23,57%, tendo gerado US$ 972,7 milhões. Os produtos florestais, que representam 16,53% do total exportado pelos produtos

agropecuários, resultaram em receita de cerca de US$ 682,2 milhões. Na sequência das exportações, ainda somam o complexo sucroalcooleiro, café, cereais (farinhas e preparações), entre outros que, juntos, contabilizam US$ 50.242.147.396 (MAPA, 2021), conforme gráfico número 01.

Gráfico 01 - Exportações Brasileiras por setor



Fonte: MAPA, mai/2021.

As exportações de carne (bovino, frango, ovino/caprino, pato, peru, suíno, equídeos, demais carnes e miudezas) no Paraná representam um montante de R$ 1.234.239.837, sendo que o destaque se dá para a carne suína R$ 136.040.003 e frango com R$ 1.053.090,731. (MAPA, maio/2021).

Segundo dado do Departamento de Economia Rural (DERAL) o municipio de Toledo em 2019, possuia o maior rebanho de suínos do Estado, com 893,479 animais, com Valor Bruto de Produção (VBP) de R$ 2.689.201,78, alcançando o faturamento de R$ 1.155.784, o que correspondeu a 43% do VBP. Já o complexo avicultura correspondeu ao faturamento de R$ 769.256.053,00, o que correspondeu a 29% do VBP. Enquanto os grãos tiveram um faturamento de R$ 485.502.942,00 correspondendo a 18% do VBP municipal. A psicultura teve um VBP de R$ 64.748.398,00, o que representa 2%, e demais produtos como fruticultura silagem e hortaliças correspondendo a 3% do faturamento do municipio com R$ 80.676.036,00 (PARANÁ/DERAL, agosto/2020).

Já na fruticultura comercial, a cultura que mais se destaca é o morango com cerca de 20 produtores e de forma secundária a uva, com 15 produtores, conforme quadro 09:

Quadro 09 - Fruticultura Comercial - (Discriminação: banana, caqui, goiaba, limão, maçã, maracujá, melancia, melão, morango, pêssego, uva). Tipo; produtores; área; produtividade; unidade. Toledo - Paraná - Brasil.

Discriminação	Tipo	Produtores	Àrea (ha)	Produtividade	Unidade
Banana	Conv.	5	0,20	30.000	Kg/ha
Caqui	Conv.	1	0,40	20.000	Kg/ha
Goiaba	Conv.	3	1,00	8.000	Kg/ha
Limão	Conv.	3	0,50	12.000	Kg/ha
Maça	Conv.	8	2,00	9.000	Kg/ha
Maracujá	Conv.	5	0,50	20.000	Kg/ha
Melancia	Conv.	3	3,00	24.000	Kg/ha
Melão	Conv.	5	0,50	20.000	Kg/ha
Morango	Conv.	20	1,00	30.000	Kg/ha
Pêssego	Conv.	3	2,00	6.000	Kg/ha
Uva comum de mesa	Conv.	15	10,00	18.000	Kg/ha
Uva rústica (vinho e suco)	Conv.	4	5,00	13.600	Kg/ha

Fonte: EMATER/Toledo, 2020.

Na olericultura se destaca a produção de alface e beterraba com 40 produtores, e de forma secundária os produtores de brócolis, batata-doce e pepino com 30 produtores, conforme quadro n° 10:

Quadro 10 - Olericultura (Comercial) - (Descrição (abóbora, acelga, agrião, aipim, alface, batata doce, berinjela, beterraba, brócolis, cebolinha, cenoura, chuchu, couve-flor, feijão vagem, jiló, pepino, pimentão, quiabo, rabanete) tipo (convencional, certificado, em conversão para certificação) produtores, área, produtividade, unidade). Toledo - Paraná - Brasil.

Descrição	Tipo	Produtores	Área (ha)	Produtividade	Unidade
Abóbora	Convencional	35	22,00	25.000	Kg/ha
Abobrinha	Convencional	25	1,40	24.000	Kg/ha
Acelga	Convencional	17	14,00	9.400	Kg/ha
Agrião	Convencional	05	0,80	10.000	Kg/ha
Aipim de mesa	Convencional	18	10,00	25.000	Kg/ha
Alface	Certificado	02	1,00	26.000	Kg/ha
Alface	Convencional	40	31,00	27.700	Kg/ha
Batata doce	Convencional	30	7,60	11.800	Kg/ha
Berinjela	Convencional	20	0,90	16.000	Kg/ha
Beterraba	Convencional	40	8,00	25.500	Kg/ha
Beterraba	Em conversão para certificação	03	0,20	25.000	Kg/ha

Brócolis	Convencional	30	2,00	15,000	Kg/ha
Cebolinha	Em conversão para certificação	01	0.01	12,000	Kg/ha
Cebolinha	Convencional	20	4,00	15,000	Kg/ha
Cenoura	Convencional	25	6,60	30,000	Kg/ha
Cenoura	Em conversão para certificação	01	0,02	20,000	Kg/ha
Chuchu	Convencional	12	0,80	12.000	Kg/ha
Couve-flor	Convencional	25	1,5	20,000	Kg/ha
Feijão-vagem	Convencional	08	0,60	13,000	Kg/ha
Jiló	Convencional	05	0,20	15,000	Kg/ha
Pepino	Convencional	30	5,50	20,000	Kg/ha
Pimentão	Convencional	18	0,60	10,000	Kg/ha
Quiabo	Em conversão para certificação	02	0,20	10,000	Kg/ha
Rabanete	Em conversão para certificação	01	0,01	12.000	Kg/ha
Rabanete	Convencional	22	1,20	15.000	Kg/ha

Fonte: EMATER/Toledo, 2020.

A suinocultura, bem como avicultura são as atividades econômicas mais importantes para o município ao considerarmos seu aspecto econômico. Para tanto o município conta uma grande estrutura em seu ciclo de produção, como podemos observar no quadro 11 e 12 respectivamente:

Quadro 11 - Suinocultura Comercial - Vinculação ao Mercado (Discriminação (produtores independentes: ciclo completo); (produtores integrados: criadores de leitão, crecheiros, terminadores) produtores, matrizes). Toledo - Paraná - Brasil.

Discriminação	**Produtores**	**Matrizes**
Produtores Independentes – Ciclo completo	15	3.500
Produtores Independentes – Ciclo completo	10	3.000
Produtores Integrados – Criadores de Leitão	50	48.000
Produtores Integrados – Crecheiros	20	1.122.330
Produtores Integrados – Terminadores	890	1.772.840

Fonte: EMATER/Toledo, 2020.

A suinocultura comercial é uma atividade muito importante para o município, uma vez que ele é um dos maiores produtores de suíno do país. Do mesmo modo a avicultura comercial também tem um peso importante nas atividades econômicas, com foco na exportação, como pode ser conferido no quadro 12:

Quadro 12 - Avicultura Comercial - (Discriminação (aves: caipira, de corte, postura) matrizes incubatório (corte, postura), produtores, aves alojadas, produção vendida, unidade). Toledo - Paraná - Brasil.

Discriminação	Produtores	Aves alojadas	Produção vendida	Unidade
Aves Caipiras	1.518	12.000	10.000	Mil Aves
Aves de Corte	317	9.128.070	54.590	Mil Cabeças
Aves de Postura	2	80.000	13.440	Mil Ovos
Matrizes de incubatório para corte	5	8.931.815	97.445	Mil Pintos
Matrizes de incubatório para postura	5	423.500	101.580	Mil Cabeças

Fonte: EMATER/Toledo, 2020.

Segundo Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2017, o município tem 2.338 produtores e produtoras rurais 254. Sendo que deste total a maioria tem idade entre 45 e 55 anos o que corresponde a 829 pessoas, considerando os dados apresentados pelo IBGE, conforme quadro 13:

Quadro 13 - Classe de idade do Produtor - (idade). Toledo - Paraná - Brasil.

Produtor (a) por idade	Total
Menor que 25 anos	22
De 25 a menos de 35 anos	155
De 35 a menos de 45 anos	396
De 45 a menos de 55 anos	829
De 55 a menos de 65 anos	682
De 65 a menos de 75 anos	380
De 75 anos e mais	128
Não se aplica	16

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 2017.

Com estes dados observa-se que a grande maioria dos produtores rurais tem idade acima dos cinquenta e cinco (55) anos, confirmando assim que há uma tendência de redução da população rural.

4.6 Aspectos Educacionais do Município de Toledo

Em 1938, havia nas proximidades ao Rio Paraná, atual município de Pato Bragado, uma escola no interior da Fazenda Britânia, bem antes da fundação de Toledo. Era uma escola de madeira, com uma única sala de aula, janela sem vidros e frequentada por alunos pobres, que falavam mais o espanhol e o guarani, do que o português, ou essas línguas misturadas (TOLEDO, 2008).

Em 1953, Toledo já contava com dezoito (18) escolas, sendo dezessete (17) escolas públicas municipais na área rural e uma (01) privada na cidade. No ano de 1953, a Prefeitura implantou a primeira escola da rede municipal na Zona Urbana, na Vila Brasil, hoje Bairro da Vila Operária (Escola Municipal Reinaldo Arrosi) (TOLEDO, 2008).

No quadro de número 14, está representado o número de alunos, bem como as modalidades atendidas no município de Toledo:

Quadro 14 - Matrícula na Educação Básica - Modalidade (2020) - (Modalidade de ensino (ed. Infantil, creche, pré-escola, ens. fundamental, ensino médio, ed. profissional, ed. especial, EJA) Federal, Estadual, Municipal, Particular). Toledo - Paraná - Brasil.

Modalidade de Ensino	**Federal**	**Estadual**	**Municipal**	**Particular**	**Total**
Ed. Infantil	00	00	5.443	1.315	6.758
Creche	00	00	2.628	652	3.280
Pré-escolar	00	00	2.815	663	3.478
Ensino Fund.	00	6.443	8.485	2.855	17.783
Ensino Médio	00	5.025	00	829	5.854
Ed. Profissional	00	1.698	00	735	2.433
Ed. Especial (Classes exclusivas)	00		03	243	246
Ed. de Jovens e Adultos (EJA)	00	1.289	00	525	1.814
Ensino Fundamental	00	810	00	243	1.053
Ensino Médio	00	479	00	282	761
Total	00	13.366	13.928	6.259	33.553

Fonte: MEC/INEP (2020).

Em junho de 2021 rede a Secretaria Municipal de Educação de Toledo (SMED) tinha cerca de 11.301 alunos e destes 10.105 são da área urbana e 1.196, da área rural. Já a rede Estadual de Educação do Paraná (SEED), no município de Toledo tinha até maio de 2021, cerca de 13.138 alunos, deste total 12.052 alunos eram da área urbana e 1.086 alunos, da área rural.

No cenário atual percebe-se que as políticas públicas adotam medidas visando apenas aspectos econômicos deixando de lado o vínculo do agricultor com seu meio social como, por exemplo, quando o município em acordo com o estado opta por custear o transporte escolar para que o filho do agricultor estude na cidade, e não invista nas escolas das áreas rurais. Abaixo consta o número de alunos da educação básica que utilizam transporte escolar, conforme quadro de número 15 abaixo:

Quadro 15 - Transporte Escolar no Município de Toledo (2020) - (transporte escolar (ed. Infantil, creche, pré-escola, ens. fundamental, ensino médio) rede municipal, rede estadual). Toledo - Paraná - Brasil.

Transporte Escolar	Rede Municipal de Educação	Rede Estadual de Educação
Ed. Infantil	197	
Ens. Fundamenta I	793	
Ensino Fund. II		760
Ensino Médio		824
Total	990	1584
	Total Geral	2574

Fonte: NRE - Núcleo Regional de Educação de Toledo-Paraná, 2020.

No ano letivo de 2020, temos cerca de um mil setecentos e noventa (1.790) alunos matriculados em escolas da área rural, tanto na esfera municipal quanto estadual no município de Toledo, conforme dados no Núcleo Regional de Educação de Toledo de 2020.

Assim podemos perceber que temos mais alunos das áreas rurais estudando na cidade, utilizando transporte escolar, do que alunos moradores das áreas rurais estudando em escolas rurais, cerca de dois mil quinhentos e setenta e quatro (2.574).

O município conta com várias instituições de ensino superior, dentre elas: - Polo Universitário composto por sete Instituições de Ensino Superior; - Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); - Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR); - Universidade Paranaense (UNIPAR); - Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz (FAG); - Universidade Norte do Paraná (UNOPAR); - Universidade Federal (UFPR). Estas instituições oferecem cursos em diversas áreas como, por exemplo: saúde, engenharia, tecnologia, administração, agrárias, licenciaturas e outras.

No ano de 2020, estas instituições tinham um total de alunos matriculados 9.381, sendo que deste total 6.102, referem-se aos alunos de cursos presenciais e 3.279 alunos de cursos à distância (EAD) (MEC/INEP, 2020).

4.7 Um contraste entre economia e desenvolvimento

Apesar de Toledo ser um dos grandes produtores e exportadores alimentícios do Paraná com destaque na produção de carnes, suínos, aves,

grãos, leite dentre outros e por isso ocupar importância no cenário nacional, o município ainda conta com um número expressivo de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Uma parcela das famílias toledanas, não tem poder de compra mínimo, e acabam dependendo de auxílio. São cerca de 1.692 famílias cadastradas no Cadastro Único (CAD) e recebem bolsa auxilio que variam de R$ 41,00 a R$ 375,00 reais por família, conforme dados divulgados no site oficial da Prefeitura de Toledo, referente ao mês de abril de 2021 (TOLEDO, 2021).

É realmente considerável a capacidade produtiva da região oeste paranaense como um todo, contudo, vale ressaltar que esta região vem fazendo uso de muitos agrotóxicos em suas culturas, principalmente soja, milho e aveia. E esse processo vem acarretando consequências nocivas à saúde humana. Segundo Nege (2016), em entrevista a pessoas que desenvolveram câncer no Oeste Paranaense, principalmente moradores de Toledo e Cascavel, relacionou os casos de câncer ao uso de agrotóxicos. Cerca de 74% por cento dos entrevistados com câncer eram da área rural. Sendo que a cultura da soja foi a mais citada entre os entrevistados com câncer, correspondente a 57% dos casos. Entre os entrevistados os tipos de câncer mais citados por eles foram os de próstata e de mama (NEGE, *et al.,* 2016).

Dados apontam que no Brasil são utilizados quase 5 kg de defensivos agrícolas por cada habitante brasileiro. E este efeito não se restringe apenas as pessoas que têm contato direto com o defensivo, mas sua presença pode ser percebida nos alimentos, acumulando em nosso corpo e estar presente até mesmo no leite materno (NEGE, *et al*., 2016).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Contextualizando a Pesquisa

O PNAE é considerado uma política pública consolidada há décadas, dada sua importância social e econômica no cenário nacional. É de caráter completo e complexo, haja vista sua abrangência, envolvendo diversas instâncias e segmentos governamentais e não governamentais.

Fundamentada neste cenário, desenvolveu-se esta pesquisa a fim de perceber a vertente dessa política pública no estado do Paraná, mais especificamente na Escola Estadual de Campo de Novo Sobradinho no município de Toledo, distrito de Novo Sobradinho. É uma busca na tentativa de compreender como os jovens deste espaço percebem a importância da alimentação saudável a partir do referido programa.

Além do espaço escolar, a pesquisa abrangeu outros segmentos da administração pública tais como: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR), Núcleo Regional de Educação de Toledo (NRE) e também o Conselho Estadual de Alimentação Escolar (CEAE). Ressaltamos aqui, que não há setor de alimentação escolar ou correlato na Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED).

É preciso esclarecer que a Escola Estadual do Campo de Novo Sobradinho, localizada na área rural do município de Toledo, apesar de apresentar em sua nomenclatura a palavra “*Campo*”, não pode ser considerada uma escola do campo, tendo em vista a formatação de seu currículo, cuja organização dos componentes curriculares, tanto quanto seu calendário não seguem as diretrizes de uma escola de campo.

No ano de 2021, momento em que a pesquisa foi realizada, a escola contava com quatro (04) turmas de Ensino Fundamental II - 6° ao 9° ano, com aproximadamente sessenta e sete (67) alunos. Trata-se de um espaço compartilhado com uma escola municipal. O estado oferece aulas no turno matutino e a rede municipal oferta aulas nos dois turnos.

Ao concluírem o ensino fundamental II, os alunos da rede estadual, obrigatoriamente vão para escolas urbanas dar sequência aos estudos, uma vez que a escola local não oferta Ensino Médio.

A Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED) com sede na cidade de Curitiba capital paranaense é representada por subsecretarias os chamados Núcleos Regionais de Educação (NRE´s), localizados em trinta e duas (32) cidades do Paraná, que atendem as trezentas e noventa e nove (399) cidades paranaenses, como pode ser visto na figura n° 08:

Figura 08 - Núcleos Regionais de Educação Paraná

Fonte: SEED, 2022.

O Núcleo Regional de Educação de Toledo atende dezesseis (16) cidades na região oeste do Paraná: Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa e Toledo.

Assim serão expostos elementos que retratam o PNAE em âmbito estadual, ou seja, no que tange ao atendimento dos alunos das escolas e colégios estaduais, Ensino Fundamental II, Ensino Médio, sejam eles regulares, cívico-militares, EJA, ou ensino técnico.

5.2 A Gestão do PNAE no Paraná

Buscamos compreender a partir dos gestores/executores do PNAE, como os mesmos percebem o programa, considerando o desafio de oferecer

alimentação saudável, respeitando aspectos como quantidade e qualidade adequada. Para tanto abordamos agentes que atuam diretamente com o PNAE, pertencentes à FUNDEPAR (técnica responsável), ao NRE de Toledo (coordenadora Local), o Conselho Estadual de Alimentação Escolar do Paraná (CEAE/PR) (conselheiros). E em âmbito escolar foram entrevistados: a diretora (gestora), a pedagoga, o secretário, a merendeira, os professores, alunos e para, além disso, e seus respectivos pais ou responsáveis.

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR) é a entidade executora do PNAE na rede estadual de educação, que tem por finalidade administrar o patrimônio material educacional do estado do Paraná, e neste âmbito encontra-se também a aquisição e distribuição da alimentação escolar, conforme consta na página oficial da fundação:

> A FUNDEPAR foi instituída em 1962 com a finalidade de construir prédios escolares para instituições públicas, fornecer equipamentos para as salas de aula e distribuir a alimentação escolar. Na época, pela Lei Nº 4.599/62, a entidade, sem fins lucrativos, administrava o Fundo Estadual de Ensino (FUNDEPAR, 2022).

A página oficial da FUNDEPAR traz muitas informações relevantes sobre o PNAE no estado como, por exemplo: - a função do Conselho Estadual de Alimentação Escolar; - a função do Departamento de Nutrição e Alimentação Escolar vinculado a FUNDEPAR; - chamamentos públicos da agricultura familiar; - agenda de reuniões do CEAE dentre outras informações relevantes. No entanto observa-se também que muitas informações de caráter público encontram-se desatualizadas há mais de um ano, como por exemplo, o cronograma de reuniões do CEAE, bem como membros que compõem o conselho atual.

A entidade executora do PNAE, na rede estadual de educação do Paraná, a FUNDEPAR a partir do Departamento de Nutrição e Alimentação tem por função:

> - executar e gerir o Programa Estadual de Alimentação Escolar, visando a proporcionar atendimento dos alunos da rede estadual de ensino com alimentação saudável e de qualidade, segundo as diretrizes do Ministério da Educação; - elaborar e atualizar as especificações técnicas dos alimentos a serem adquiridos para compor

> os editais de licitação; - participar de reuniões ordinárias e extraordinárias com os representantes do Conselho Estadual de Alimentação Escolar (CEAE), proporcionando as condições adequadas às ações decorrentes; - supervisionar e orientar sobre a oferta de produtos oferecidos nas cantinas comerciais instaladas nas escolas; - acompanhar o processo licitatório em todas as suas fases, e o gerenciamento da execução dos contratos de fornecimento de gêneros alimentícios; - elaborar propostas de inovação com o objetivo de promover direta ou indiretamente a melhoria da qualidade da alimentação escolar com a realização de supervisões periódicas para acompanhamento do programa; - desempenhar outras atividades correlatas. - executar atividades relativas a programas desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Educação (PARANÁ, 2022).

A referida fundação no que tange a alimentação escolar está dividida em subsetores: a Coordenação de Planejamento da Alimentação Escolar realiza o planejamento dos cardápios; orienta sobre a quantidade; organiza os itens a serem comprados através dos editais, inclusive da agricultura familiar; realiza a avaliação nutricional; organiza a formação das merendeiras; elabora materiais técnicos; orienta sobre as refeições para alunos com necessidades nutricionais especificas e faz a visitação nas escolas. Já a Coordenação de Logística e Monitoramento faz a gestão dos contratos, realizando a logística e controle de qualidade dos alimentos; monitora as escolas; administra o registro das refeições com orientação de cardápios; e por fim, a Coordenação Financeira que trabalha com a verificação das notas fiscais e a gestão dos contratos da agricultura familiar. O responsável técnico é o nutricionista vinculado a FUNDEPAR, como previsto na legislação do PNAE.

Para o gerenciamento e controle dos estoques de alimentos nas escolas, ou seja, da aquisição à distribuição, o estado do Paraná adota, o Sistema Merenda Escolar (SME), desenvolvido em conjunto com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), no qual controla as entradas e saídas de produtos do armazém central, calculando a quantidade de produtos a serem enviados (por meio da pauta e da quantidade de refeições informadas pela escola), emite as guias de remessa e controla o estoque das escolas por meio do Acompanhamento do Programa na Escola (APE).

Já o Conselho Estadual de Alimentação Escolar do Paraná (CEAE) é um órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, regulamentado pela Resolução CD/FNDE nº 26/13, e tem como atribuições:

> I - monitorar e fiscalizar a aplicação dos recursos e o cumprimento do disposto nos arts. 2º e 3º da Resolução supracitada; - II - analisar o Relatório de Acompanhamento da Gestão do PNAE, emitido pela Entidade Executora - Secretaria de Estado da Educação, contido no Sistema de Gestão de Conselhos - SIGECON Online, antes da elaboração e do envio do parecer conclusivo;
> - III - analisar a prestação de contas do gestor, conforme os arts. 45 e 46, e emitir Parecer Conclusivo acerca da execução do Programa no SIGECON Online;
> IV - comunicar ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive em relação ao apoio para funcionamento do CAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros; V - fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado; - VI - realizar reunião específica para apreciação da prestação de contas com a participação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares; - VII - elaborar o Regimento Interno, observando o disposto nesta Resolução;
> VIII - elaborar o Plano de Ação do ano em curso e/ou subsequente a fim de acompanhar a execução do PNAE nas escolas de sua rede de ensino, bem como nas escolas conveniadas e demais estruturas pertencentes ao Programa, contendo previsão de despesas necessárias para o exercício de suas atribuições e encaminhá-lo à EEx. antes do início do ano letivo (BRASIL, 2013, p. 41).

Na regional de Toledo, representada pelo Núcleo Regional de Educação, o setor de Alimentação Escolar tem a função de supervisionar e orientar as escolas na execução do PNAE no sentido de informar e instruir as merendeiras sobre as normativas, seguir manual de boas práticas na manipulação de alimentos e do Procedimento Operacional Padronizado (POP), que são roteiros para o cuidado com a higiene dos alimentos na escola e tem como objetivo auxiliar no trabalho prático dos manipuladores de alimentos sobre questões higiênico-sanitárias. Além disso, acompanha os registros do Sistema Merenda Escolar (SME), para que sejam realizados diariamente.

Na escola, compete ao diretor (gestor) a função de acompanhar a execução do PNAE, observando as questões de segurança alimentar como higiene, infraestrutura e equipamentos para armazenamento dos alimentos, bem como condições de trabalho das merendeiras, organização, preparo e distribuição dos alimentos.

5.2.1 O Processo de aquisição e logística dos alimentos adquiridos pelo PNAE no Paraná

O PNAE é uma política pública consolidada que visa atender escolares de todos os níveis da educação básica no intuito de suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos através da oferta de no mínimo uma refeição diária. Essa refeição deve ser adequada aos requisitos nutricionais referentes ao estágio de desenvolvimento em que o educando se encontra, propiciando melhores condições fisiológicas, e consequentemente contribuindo para um melhor desempenho escolar. Promovendo assim, a educação nutricional no âmbito da escola, de forma a reforçar a aquisição de bons hábitos alimentares, bem como reduzir a evasão e a repetência escolar (BRASIL, 2009).

Dentre suas diretrizes busca ofertar alimentação saudável e adequada aos escolares, a fim de contribuir para seu desenvolvimento psíquico e físico como pode ser visto no Art. 5° abaixo:

> Art. 5º São diretrizes da Alimentação Escolar: I – o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica (BRASIL, 2020, p. 26).

Desta forma para compreendermos como pensam os administradores/executores, da política pública PNAE entrevistamos alguns dos atores desse processo. Os referidos entrevistados foram questionados

sobre a função e/ou objetivo do setor em que atua, tendo em vista o cumprimento do PNAE, como descrito no quadro n° 16 abaixo:

Quadro 16 - Caracterização dos Órgãos ou Setores responsáveis pelo PNAE no Paraná

Setor/Função	**- Qual é a função do setor onde atua?**
Órgão: FUNDEPAR Setor: Departamento de Alimentação Escolar Função: Coordenadora de Planejamento (Técnico responsável)	Pesquisar e elaborar mapa de preços, elaborar termos de referencia de compras, padrão de identidade e qualidade, definir quantidades e tipos de alimentos, responder a recursos de âmbito técnico, elaboração de editais para chamamento da agricultura familiar.
Órgão: NRE/Toledo Setor: Alimentação Escolar Função: Coordenador Local	Supervisionar e orientar diretores e merendeiras sobre a execução do PNAE, seguindo as normativas, bem como a realização dos registros no Sistema Merenda.
Órgão/Entidade: CEAE/PR Função: Conselheiro A Presidente do Conselho	Monitorar e fiscalizar a aplicação dos recursos e a execução do PNAE, considerando a legislação vigente.
Órgão/Entidade: CEAE/PR Função: Conselheiro B	Manter a qualidade da alimentação escolar, para garantir a permanência e qualidade educacional.
Órgão/Entidade: Escola Função: Diretor	Garantir a preparação dos alimentos, controlando a validade dos alimentos e garantindo refeições variadas e equilibradas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Assim cada setor através de seus agentes desenvolvem várias ações para garantir o atendimento do PNAE na rede estadual de educação do estado.

Segundo a FUNDEPAR no estado do Paraná, os recursos financeiros destinados ao PNAE, advindos do governo federal através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), são destinados à compra de alimentos da agricultura familiar, enquanto o estado faz uma complementação orçamentária que é direcionada à compra de alimentos não perecíveis, além de carnes e ovos.

No processo de aquisição de alimentos são definidos pela entidade executora (FUNDEPAR) primeiramente os itens a serem comprados, realiza-se pesquisa de preço, elaboram-se os termos de referência, o padrão de identidade e qualidade, e na sequência vai para a autorização do ordenador de despesas. A Procuradoria Geral do Estado analisa a legalidade do processo, e após a autorização, a comissão de licitação realiza os pregões eletrônicos, ou no caso da agricultura familiar as chamadas públicas.

Os alimentos perecíveis em sua maioria são adquiridos da agricultura familiar e os não perecíveis são comprados através do pregão eletrônico, que vem de todo o país. Alimentos como arroz, feijão, farinhas e milho de pipoca também são fornecidos pela agricultura familiar.

O processo de logística dos alimentos não perecíveis passa pelo armazenamento através de uma empresa contratada localizada na região metropolitana de Curitiba. Posteriormente o Instituto de Tecnologia da Paraná (TECPAR) realiza a inspeção dos produtos, coletando amostras dos alimentos para análise laboratorial e após a aprovação, os mesmo são liberados para distribuição. Alimentos como carnes, ovos e aqueles comprados da agricultura familiar são distribuídos pelos próprios fornecedores. Ao longo de um mês são recebidos todos os alimentos, para que no mês seguinte esteja disponível para a escola. Já os alimentos da agricultura familiar são entregues as escolas quinzenalmente.

A distribuição da quantidade de alimentos é calculada por número de alunos matriculados. O setor de Coordenação de Planejamento da Alimentação Escolar (CPAE) - FUNDEPAR é o responsável pelo planejamento da quantidade de alimentos a ser disponibilizada, e remetida aos por NRE´s, cidades e, por conseguinte escolas. Aqui é considerada uma margem de segurança para que não falte. Caso haja algum problema ou imprevisto há a possibilidade de remanejamento de alimentos de uma escola para outra, e neste caso, a escola através do diretor, fica responsável pelo transporte, seja pela falta do alimento, ou pelo excesso.

Os alimentos fornecidos as escolas são padronizados, conforme a pauta em que a escola se enquadra. Cada pauta refere-se ao tipo de escola como, por exemplo: escolas integrais, indígenas ou agrícolas. No caso de baixa aceitação de algum item alimentício, há a possibilidade do gestor da instituição comunicar a FUNDEPAR, através de oficio solicitando a restrição. No caso do feijão a escola precisa escolher um tipo, seja ele preto ou o carioca.

Segundo a responsável técnica da FUNDEPAR, a escola não tem autonomia para escolher os alimentos, mas pode inativar o pedido de algum alimento seja por excesso no estoque ou pela não aceitação deste. A mesma cita o Fundo Rotativo como uma possibilidade de compra de algum item

alimentício de forma direta, principalmente temperos e condimentos. Porém, vale ressaltar que este recurso é eventual.

O Fundo Rotativo é um recurso financeiro advindo do governo estadual, que busca atender as demandas materiais das escolas da rede estadual de educação, e que apesar de bastante limitado financeiramente, permite autonomia as escolas, como apresentado abaixo:

> O Fundo Rotativo é oriundo de programas descentralizados de recursos financeiros desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Educação ao longo dos anos. Foi uma das soluções criativas encontradas, possibilitou aos gestores maior autonomia no gerenciamento dos recursos passando a ser um instrumento ágil, viabilizando com maior rapidez o repasse de recursos aos Estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual, para a manutenção e outras despesas relacionadas com a atividade educacional (PARANÁ, 2021).

No entanto, ao longo das entrevistas e questionamentos, os agentes destacam que não há recursos financeiros disponíveis para a compra de alimentos. O recurso advindo do Fundo Rotativo é escasso, pago em parcelas ao longo do ano letivo e destinado à compra de insumos, realização de pequenos serviços e geralmente não supre as necessidades materiais da escola.

5.3 A oferta de alimentos saudáveis pelo PNAE

Para prover adequadamente as demandas nutricionais dos educandos faz-se necessário atentar sumariamente a dois itens: a quantidade e a qualidade. Partindo desse pressuposto, para uma alimentação saudável é necessário ter: a) Variedade: que inclui vários grupos alimentares, a fim de fornecer diferentes nutrientes (por exemplo: cereais, frutas, hortaliças, carnes, laticínios e feijões); b) Equilíbrio: respeitando o consumo adequado de cada tipo de alimento; c) Suficiência: em quantidade que atendam e respeitem as necessidades de cada pessoa; d) Acessibilidade: baseada em alimentos *in natura*, produzidos e comercializados regionalmente, que são mais baratos que alimentos industrializados (acessibilidade financeira); e) Segurança: os alimentos não devem apresentar contaminantes de natureza biológica, física ou

química ou outros perigos que comprometam a saúde do indivíduo ou da população. Assim, devem-se respeitar regras de higiene, procurando manusear e armazenar adequadamente todos os alimentos, descartando aqueles que possuem o prazo de validade vencido ou que estejam visivelmente estragados (BRASIL, 2007, p. 16).

Assim podemos considerar que uma alimentação saudável é:

> (...) aquela que atende todas as exigências do corpo, ou seja, não está abaixo nem acima das necessidades do nosso organismo. Além de ser a fonte de nutrientes, a alimentação envolve diferentes aspectos, como valores culturais, sociais, afetivos e sensoriais. As pessoas, diferentemente dos demais seres vivos, ao alimentar-se não buscam apenas suprir as suas necessidades orgânicas de nutrientes. Não se "alimentam" de nutrientes, mas de alimentos palpáveis, com cheiro, cor, textura e sabor, portanto, o alimento como fonte de prazer e identidade cultural e familiar também é uma abordagem importante para promover a saúde por meio da alimentação (BRASIL, 2007, p. 16).

A quantidade de alimento consumida deve ser balanceada de forma que não falte, mas também não exceda a necessidade nutricional diária do indivíduo. O PNAE deve fornecer cerca de 20% das necessidades nutricionais do escolar matriculado em escola regular (BRASIL, 2020).

Essa forma de alimentação também é assegurada na Resolução CD/FNDE nº 006/2020, que prevê a oferta mínima de alimentos *in natura* a ser ofertado em escolas de período parcial:

> § 1º Em unidades escolares que ofertam alimentação escolar em período parcial, os cardápios devem ofertar, obrigatoriamente, no mínimo 280g/estudantes/semana de frutas in natura, legumes e verduras, assim distribuídos: - I - frutas in natura, no mínimo, dois dias por semana; II - hortaliças, no mínimo, três dias por semana (BRASIL, 2020).

Para compreendermos melhor esse contexto, questionamos aos entrevistados responsáveis pelo PNAE, se eles consideram que a quantidade de alimentos recebidos na escola é adequada para atender os discentes?

Diante desse questionamento, as informações levantadas estão organizadas no quadro n° 17 abaixo:

Quadro 17 - Avaliação da quantidade de alimentos oferecidos pelo PNAE - rede estadual de educação do estado do Paraná

Setor/Função	**- Os alimentos oferecidos são adequados em quantidade?**
Órgão: FUNDEPAR Setor: Departamento de Alimentação Escolar Função: Coordenadora de Planejamento (Técnico responsável)	Sim, as quantidades são adequadas, exceto até então a frequência de carnes, que foram servidas até o momento 1x por semana, e com a nova resolução deverá passar a ser de 4x na semana.
Órgão: NRE/Toledo Setor: Alimentação Escolar Função: Coordenador Local	Sim.
Órgão/Entidade: CEAE/PR Função: Conselheiro A Presidente do Conselho	Considero que dentro dos recursos disponíveis, estão suprindo as necessidades, mas não estão totalmente adequados em quantidade.
Órgão/Entidade: CEAE/PR Função: Conselheiro B	Sim. Não há nenhuma orientação instituindo a quantidade de alimentos a ser servido para cada criança, há sim o controle nutricional feito pelas nutricionistas, muito raro os momentos na história da alimentação escolar do Paraná que houve falta de muitos produtos nas escolas.
Órgão/Entidade: Escola Função: Diretor	Razoável quanto à oferta de frutas e verduras, pois não atende totalmente, quanto aos demais alimentos são adequados.
Órgão/Entidade: Escola Função: Secretário Escolar	Com relação aos alimentos não perecíveis a quantia enviada ultrapassa o que é consumido, necessitando assim remanejar. E com relação aos alimentos frescos, legumes, frutas e verduras recebemos uma quantidade abaixo do necessário.
Órgão/Entidade: Escola Função: Merendeira	Seria necessário receber mais frutas e verduras, as quantias que chegam não são suficientes.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Os executores do PNAE mais ligados às ações administrativas do PNAE compreendem que as quantidades oferecidas são adequadas, com exceção da carne, que ainda não atende totalmente a resolução, pois no cenário atual se fornece carne apenas uma vez por semana, sendo que deveria ser quatro vezes, conforme relatado pela técnica da FUNDEPAR.

Segundo os agentes que atuam na escola organizando o processo de forma direta, seja no controle dos alimentos, ou em sua preparação ressaltam que nem todos os elementos desse processo se dão satisfatoriamente. Consideram que é necessário rever a quantidade de alimentos fornecidos,

apontando para o excesso de itens não perecíveis e a falta de *in natura* como, por exemplo: frutas, legumes e verduras. E mais recentemente observou-se a oferta de carne empanada, alimento este, que já não era oferecido aos alunos da rede estadual há pelo menos dois anos.

Considerando a oferta do PNAE, na rede estadual de educação do Paraná indagamos ainda aos envolvidos na pesquisa sobre a qualidade dos alimentos. O quadro n° 18, abaixo apresenta sucintamente às informações:

Quadro 18 - Avaliação da qualidade dos alimentos oferecidos pelo PNAE - rede estadual de educação do estado do Paraná.

Setor/Função	**- Os alimentos oferecidos são adequados em qualidade?**
Órgão: FUNDEPAR Setor: Departamento de Alimentação Escolar Função: Coordenadora de Planejamento (Técnico responsável)	Sim, considerando que em torno de 50% dos alimentos são frescos, in natura, fornecidos pela agricultura familiar, e os outros 50% são basicamente alimentos de verdade, a qualidade é adequada.
Órgão: NRE/Toledo Setor: Alimentação Escolar Função: Coordenador Local	Sim, de acordo com a verba, o Paraná é um dos estados que oferece maior diversidade.
Órgão/Entidade: CEAE/PR Função: Conselheiro A Presidente do Conselho	Seriam necessários mais investimentos financeiros, para oferecer uma alimentação com mais diversidade e variedade.
Órgão/Entidade: CEAE/PR Função: Conselheiro B	Sim, desde os industrializados e produtos *in-natura*, ainda os contratos feitos através das chamadas públicas com as Cooperativas da Agricultura Familiar tem proporcionado frutas, verduras, polpas de frutas e produtos lácteos de excelente qualidade.
Órgão/Entidade: Escola Função: Diretor	Razoável quanto à oferta de frutas e verduras, pois não atende totalmente, quanto aos demais alimentos são adequados.
Órgão/Entidade: Escola Função: Secretário Escolar	Com relação aos alimentos não perecíveis a quantia enviada ultrapassa o que é consumido, necessitando assim remanejar. E com relação aos alimentos frescos, legumes, frutas e verduras, recebemos uma quantidade abaixo do necessário.
Órgão/Entidade: Escola Função: Merendeira	Seria necessário receber mais frutas e verduras, as quantias que chegam não são suficientes.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

No que se refere à qualidade dos alimentos em geral, os entrevistados consideraram que os que são fornecidos, apresentam sim. Já os agentes que atuam na escola apontaram para a necessidade de ofertar mais alimentos frescos e com mais variedade.

É possível perceber que os agentes que estão mais distantes do processo apontam para um quadro mais satisfatório, ou seja, consideram a alimentação adequada tanto em quantidade quanto em qualidade.

No tocante aos objetivos do PNAE, dentre eles a oferta de alimentação saudável perguntamos aos entrevistados se eles consideram que os alimentos recebidos podem ser assim considerados. Esse parecer consta no quadro 19 abaixo:

Quadro 19 **-** Avaliação da Alimentação Saudável oferecida pelo PNAE - rede estadual de educação do estado do Paraná.

Setor/Função	**Os alimentos oferecidos são saudáveis?**
Órgão: FUNDEPAR Setor: Departamento de Alimentação Escolar Função: Coordenadora de Planejamento (Técnico responsável)	Sim
Órgão: NRE/Toledo Setor: Alimentação Escolar Função: Coordenador Local	São saudáveis e principalmente os da agricultura familiar.
Órgão/Entidade: CEAE/PR Função: Conselheiro A Presidente do Conselho	Considero dentro da realidade financeira disponibilizada, que tem uma oferta de alimentação saudável sugerida e elaborada.
Órgão/Entidade: CEAE/PR Função: Conselheiro B	Considero excelente a alimentação escolar no Paraná, com o esforço das profissionais que atuam seguindo a orientação das nutricionistas, com os cardápios e utilizando produtos da agricultura familiar! Poderia ser melhor se tivéssemos avançado na produção de orgânicos, sendo este um desafio.
Órgão/Entidade: Escola Função: Diretor	Sim, neste momento.
Órgão/Entidade: Escola Função: Secretário Escolar	Sim
Órgão/Entidade: Escola Função: Merendeira	Sim

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

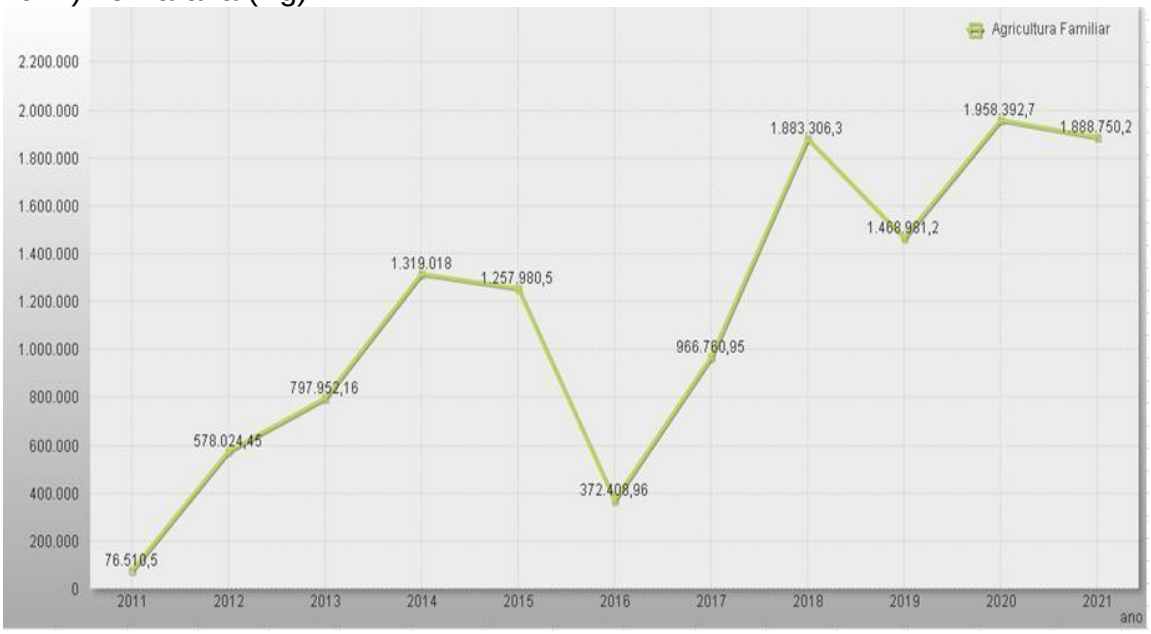
Referindo se ao fornecimento de alimentos saudáveis os entrevistados consideram este aspecto positivo. Entretanto há um apontamento muito relevante feito pela presidente do CEAE, quando atenta para a disponibilidade de recursos financeiros, sendo este um problema, uma vez que o Governo Federal através do FNDE, não atualiza o montante pago por aluno/refeição desde 2017, que é de R$ 0,36, conquanto o cenário atual demonstra uma grande elevação da inflação nos últimos anos, sendo que somente no último (2021), o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a inflação oficial do

país, chegou a 10,06% (IBGE, dez/2021). Diante desse cenário econômico, é imprescindível a atualização dos valores repassados, seja através do FNDE, seja pelo próprio governo estadual, tendo em vista que este fator pode sim comprometer não só a quantidade como também a qualidade dos alimentos oferecidos pelo PNAE.

Outro ponto importante é sobre a oferta de alimentos orgânicos, que como afirmam os entrevistados, ainda é um grande desafio, tendo em vista que muitas escolas ainda não recebem qualquer alimento orgânico, como é o caso da escola aqui estudada.

De acordo com a FUNDEPAR a compra de alimentos orgânicos chegou a 18% em 2021, no estado do Paraná. Percebe-se que ao longo dos últimos anos, o percentual de orgânicos adquiridos pelo estado tem apresentado crescimento como é possível observar no gráfico 02, a seguir:

Gráfico 02 - Evolução da compra de alimentos orgânicos para o PNAE (2011 a 2021) no Paraná (Kg).



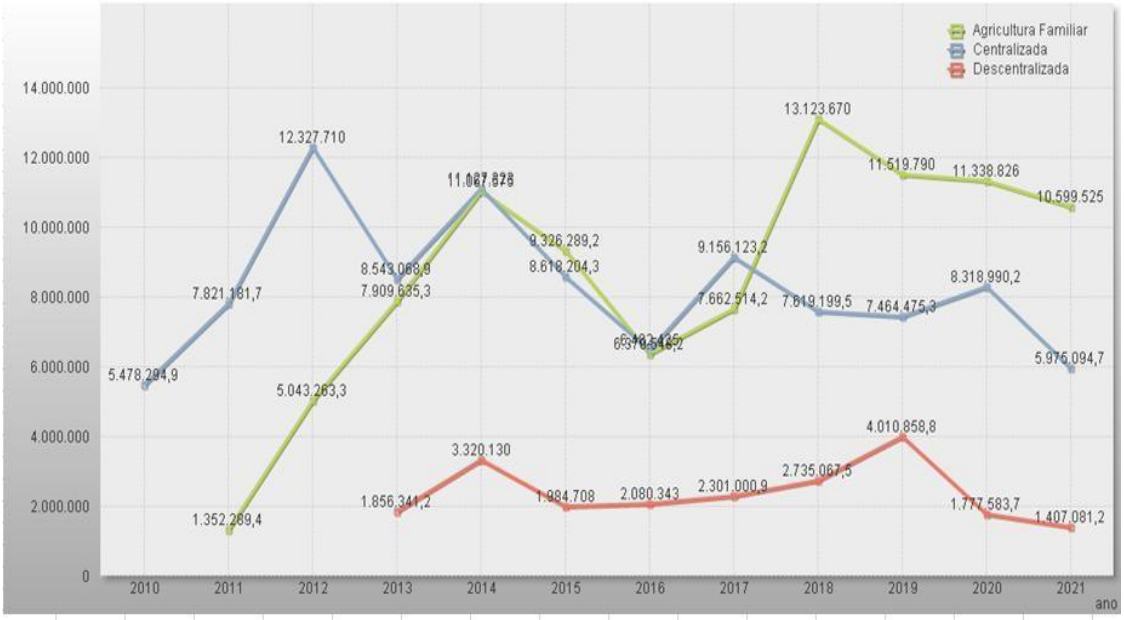
Fonte: FUNDEPAR, dez/2021.

Analisando o gráfico constata-se que entre os anos de 2016 a 2018 houve um salto na quantidade de alimentos orgânicos adquiridos, e após 2018 apresenta uma oscilação maior. No momento atual (2021) há uma queda. Ou seja, está muito aquém de atender a Lei Estadual nº 16.751/2010, e

regulamentada pelo Decreto Estadual nº 4.211/2020, que prevê a oferta de alimentação escolar 100% orgânica.

Na sequência temos o gráfico n° 03, no qual está representada a evolução ao longo de uma década, dos alimentos comprados da agricultura familiar, compras centralizadas e descentralizadas. É o que vemos a seguir:

Gráfico 03 - Alimentos comprados através do PNAE (2010 a 2021) no Paraná (Kg).



Fonte: FUNDEPAR, dez/2021.

As compras centralizadas correspondem àquelas realizadas por pregão eletrônico para ser distribuído a todo o estado do Paraná, são os chamados alimentos não perecíveis. Compras descentralizadas são as que ocorrem regionalmente/localmente. E as da agricultura familiar, que busca fortalecer a agricultura local, com foco em alimentos *in natura*, também de caráter descentralizado.

No gráfico é possível perceber que as compras realizadas nas três modalidades: centralizada, descentralizada e da agricultura familiar, foram reduzidas em quantidade desde 2018 e assim sucessivamente.

No que se refere à organização dos cardápios nas escolas a legislação do PNAE prevê conforme Artigo 17, que:

> Os cardápios da alimentação escolar devem ser elaborados pelo RT do PNAE, tendo como base a utilização de alimentos in natura ou minimamente processados, de modo a respeitar as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável (BRASIL, 2020, p. 27).

Da mesma forma que prevê que a quantidade a ser ofertada por aluno conforme faixa etária: “§ 5º A porção ofertada deve ser diferenciada por faixa etária dos estudantes, conforme suas necessidades nutricionais diárias” (BRASIL, 2020, p. 27).

Os executores do PNAE, na rede estadual de educação com formação em nutrição, concentram-se na FUNDEPAR, localizada na capital do estado do Paraná, Curitiba. Já nos Núcleos Regionais de Educação, bem como nas escolas estes profissionais não se fazem presentes, considerando que estes profissionais são essenciais nas ações do PNAE, com responsabilidade técnica de execução e por consequência na elaboração dos cardápios.

Assim buscou-se compreender como esta orientação se dá na prática. E ao entrevistar a merendeira da escola, a mesma relatou que o cardápio é pensado um dia antes de ser servido, considerando principalmente a disponibilidade dos alimentos em quantidade e validade dos mesmos. Ainda sobre a organização das refeições a gestora informou que geralmente em três (03) dias da semana são servidas refeições salgadas e nos outros dois (02) são servidas refeições doces. O NRE envia frequentemente sugestões de cardápios às escolas, com materiais elaborados pelas nutricionistas da FUNDEPAR. Mas os cardápios ainda ficam no campo da sugestão e/ou orientação, mas não se efetivam como norma a ser cumprida, como previsto no PNAE.

Sobre a estrutura de armazenamento dos alimentos tanto a gestora quanto a merendeira relataram dificuldade de armazenamento dos alimentos. A escola possui um freezer pequeno para as necessidades diárias, além da falta de prateleiras pra esta finalidade.

É preciso considerar que se trata de uma escola com espaço compartilhado, onde as refeições são preparadas e servidas no mesmo espaço, utilizando a mesma cozinha, os mesmos utensílios e o mesmo

refeitório (município e estado). Essa opção por preparar as refeições juntas acaba mascarando os aspectos negativos, deste processo, ou seja, vela esconde as não ações do estado, nesta ação conjunta o município acaba compensando mesmo que parcialmente aquilo que o estado deixa de oferecer.

Sendo que de modo diferente, a alimentação não poderia ser disponibilizada com a mesma qualidade e quantidade, conforme relatado pelo secretário, pela merendeira e também pela diretora, onde afirma que alguns alimentos fornecidos pelo estado são insuficientes. Entretanto, esse fator fica oculto aos olhos daqueles que recebem a alimentação: os educandos.

Segundo relatado nas entrevistas, é o município quem disponibiliza maior quantidade de alimentos, principalmente frutas e verduras se comparado ao estado. Esse acordo entre ambas as gestões, suprem as necessidades das duas escolas, favorecendo a oferta como mais de uma opção.

O ambiente compartilhado favorece a preparação do lanche, no entanto, possui alguns contrapontos: ambiente menos atrativo aos alunos da rede estadual. O espaço é um tanto quanto infantil. Na maioria das vezes o refeitório é ocupado pelos alunos do município que sentam a mesa enquanto os alunos da rede estadual em geral, ficam dispersos pela escola, quase sempre se alimentam em pé. Outro elemento negativo é o aspecto visual do refeitório, no qual há uma pintura do personagem de desenho animado americano Garfield, como pode ser vista na imagem 01 abaixo:

Imagem 01 - Refeitório da Escola Estadual do Campo de Novo Sobradinho, Toledo-Paraná.

Fonte: Fotografado pela autora, out/2021.

A imagem do mural mostra o personagem de desenho animado Garfield ao lado de pães, frutas e legumes, muito sorridente, mas que ao mesmo tempo acaba por infantilizar o espaço. Além disso, a mesma porção que é servida às crianças também é servida aos alunos do estado, o que pode gerar desperdício por parte das crianças, ou insuficiência para os alunos maiores.

Através destas observações constata-se que o trabalho conjunto entre estas duas escolas (Escola Estadual do Campo de Novo Sobradinho e Escola Municipal Washington Luiz) é de suma importância na hora de oferecer qualidade adequada na alimentação escolar, ou até mesmo quantidade, o contrário do que ocorre comumente em escolas compartilhadas que é a separação total do que é do estado e do que é do município, evidenciando assim também a diferença da oferta da alimentação, ao mesmo tempo em que não desabona a função do estado.

Embora nosso objeto de estudo aqui seja o PNAE em âmbito estadual com foco na Escola Estadual de Novo Sobradinho, vale ressaltar que escolas onde não há esse trabalho colaborativo como observado *in loco*, percebe-se de modo geral, que há mais variedade e quantidade de frutas e verduras sendo ofertada em âmbito municipal do que estadual. É importante evidenciar que o fato de haver um trabalho conjunto entre as duas escolas não exime o papel do estado.

Sobre o aspecto da participação social do PNAE, o que compreende ao CAE, no caso da rede estadual o CEAE, o PNAE prevê que o conselho seja composto por:

> I – um representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;
> II – dois representantes dentre as entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelos respectivos órgãos de representação, escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata;
> III – dois representantes de pais de alunos matriculados na rede de ensino a qual pertença a EEx, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata;
> IV – dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica para tal fim, registrada em ata. § 1º Preferencialmente, um dos representantes a que se refere o inciso II deste

> artigo deve pertencer à categoria de docentes (BRASIL, 2020, p. 35).

Questionamos a diretora da escola sobre se haveria espaço direto para a participação da escola ou da comunidade escolar sobre o planejamento e execução do PNAE, mesmo em âmbito local, ou seja, na própria escola, ou ainda em nível de NRE, a mesma nos informou que não.

O Conselho Estadual de Alimentação Escolar do Paraná (CEAE) é composto por pessoas de diversos segmentos da sociedade civil. No estado do Paraná a indicação é realizada da seguinte forma: a representação dos professores e funcionários é feita por indicação da Associação dos Professores do Paraná (APP), a indicação dos discentes é realizada pela União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES), a representação de pais e mães da rede pública estadual de ensino é feita pela Federação de Pais, Mães ou Responsáveis Legais de Alunos e Alunas das Escolas Públicas do Estado do Paraná (FEPAMEF-PR), o representante do poder executivo se dá por indicação da FUNDEPAR e do Instituto de Desenvolvimento Rural-PR (IDR), e da sociedade civil ocorre por indicação do Conselho Estadual de Nutricionistas. a microrregião, ou seja, em âmbito de NRE esta participação não ocorre.

O PNAE não prevê a participação direta da comunidade escolar, mas em se tratando de estado as ações ficam muito centralizadas, e se dão em forma de orientação ou instruções a serem seguidas. Instruções estas que vem da FUNDEPAR, através dos NRE´s e, por conseguinte para a escola. Assim mesmo considerando a microrregião, ou seja, em âmbito de NRE esta participação não ocorre.

Toda a disposição do PNAE deve se dar em âmbito intersetorial, ou seja, envolve diversos setores e/ou segmentos da administração pública bem como da sociedade civil. Ações estas que poderiam ocorrer de forma cooperativa, mas que nem sempre se efetivam.

Tendo em vista a proposta intersetorial previsto no PNAE e diante das afirmativas apresentadas pelos entrevistados podemos perceber que há sim intersetorialidade no que concerne a oferta dos alimentares e em alguns momentos na oferta de formação.

Segundo a responsável técnica pela FUNDEPAR cabe a ela a definição dos alimentos a serem adquiridos, no entanto ouvem-se também pessoas da

agricultura familiar para buscar a inserção de novos alimentos. Além disso, compreende-se que a FUNDEPAR sendo uma autarquia vinculada a SEED, as ações conjuntas se dão de forma automática.

Já um dos representantes do CEAE, compreende que o aspecto intersetorial ocorre também ao longo das reuniões do conselho considerando que o Departamento de Economia Rural (DERAL) faz as pesquisas de preço.

No entanto é preciso destacar que a Secretaria Estadual de Educação do Paraná não tem setor de alimentação escolar ou correlato, reforçando a ideia de que o PNAE está muito bem estruturado para atender materialmente as escolas, ou seja, no que diz respeito à oferta de alimentos, mas no que tange a outros aspectos intersetoriais como educação alimentar e/ou propostas voltadas a saúde de forma ampla, nem sempre atende ou pelo menos não de forma satisfatória. A intersetorialidade não diz respeito apenas aos setores ou secretarias que envolvem o fornecimento de alimentos, mas para, além disso, envolve a área de saúde entre outras.

Ao realizar a pesquisa possibilitou-se aos entrevistados espaço para apontamentos relacionados a pontos negativos ou melhorias a serem efetivadas, no qual destacamos no quadro 20:

Quadro 20 - Possíveis melhorias no processo do PNAE no Paraná

Órgão/Entidade/Função:	**- O que pode melhorar no processo do PNAE?**
Órgão/Entidade: Escola Função: Diretor(a)	Deveria haver preocupação maior com relação a qualidade dos alimentos e não tanto com o preço, cita o exemplo do achocolatado.
Órgão/Entidade: CEAE/PR Função: Conselheiro A Presidente do Conselho	Haveria a necessidade de aplicação de mais recursos financeiros, frequentemente são discutidas nas reuniões do conselho tratam dos baixos valores repassados congelados desde 2017, na modalidade ensino fundamental II e médio é de R$ 0,36 por aluno, e, além disso, maior incentivo de produção e garantia de compra de produtos orgânicos das cooperativas; melhoramento da infraestrutura das cozinhas e depósitos; investimento em funcionários com cargo especifico de merendeira, afim de dedicar-se exclusivamente a alimentação.
Órgão/Entidade: CEAE/PR Função: Conselheiro B	O primeiro desafio é o da não terceirização, onde a grande maioria dos funcionários tem vinculo efetivo e formação na área de atuação ou experiência. Outro desafio relatado é impedir que o estado voltasse a ofertar produtos enlatados e ainda avançar na aquisição e produção de orgânicos.
Órgão: NRE/Toledo Setor: Alimentação Escolar	Seriam necessárias mais pessoas para atuarem na coordenação local, tendo em vista que são 115 escolas

Função: Coordenador Local	em 16 municípios, escolas atendidas por apenas uma pessoa, o que impossibilita a visitação *in loco* das mesmas. Além disso, sugere que a escola poderia ter a possibilidade de escolher os alimentos consumidos, bem como ter menor rotatividade de merendeiras devido à terceirização dos serviços ou a falta dela.
Órgão: FUNDEPAR Setor: Departamento de Alimentação Escolar. Função: Coordenadora de Planejamento (Técnico responsável)	Uma das dificuldades a aquisição dos alimentos orgânicos, haja vista que, os orgânicos dependem de serem propostos nos projetos de venda, mas como constituem o 3º nível de prioridade segundo a lei federal nº 11.947/2009, muitas vezes o produtor local de alimento convencional ganha do produtor da região imediata de orgânicos, atualmente 18% do volume alimentos fornecido é orgânico.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Esta dificuldade no fornecimento de alimentos orgânicos foi relatada pela diretora da escola ao afirmar que a escola não recebe alimentos orgânicos.

Na Escola Estadual do Campo de Novo Sobradinho, conforme a demanda da escola ela pode ter apenas dois funcionários agentes I, uma merendeira e uma zeladora. Ao longo do ano de 2021, observou-se em vários momentos que o secretário e até mesmo a diretora precisaram auxiliar na cozinha. Além disso, a escola ficou sem zeladora por quase um mês, mesmo com todas as dificuldades e protocolos de higienização que a pandemia exigiu.

No cenário atual o que se percebe é uma grande demanda aberta, onde muitas escolas tem falta de funcionários (merendeiras e zeladoras), e quando estes são contratados pelas empresas terceirizadas, os baixos salários causam uma alta rotatividade e, além disso, não se oferta nenhum treinamento.

5.4 O que pensam os jovens atendidos pelo PNAE?

Para além daqueles que executam o previsto no PNAE seja de forma consciente de seu papel tanto quanto os que estão envoltos neste processo mesmo que sem tanta clareza, também se faz importante conhecer como pensam os jovens, ou seja, os que recebem a política pública PNAE, seu público alvo.

Vale recordar que o público aqui escolhido foram jovens com idade entre treze (13) a dezesseis (16) anos matriculados nos 8° e 9° anos do Ensino Fundamental II, da Escola Estadual de Novo Sobradinho área rural do município de Toledo.

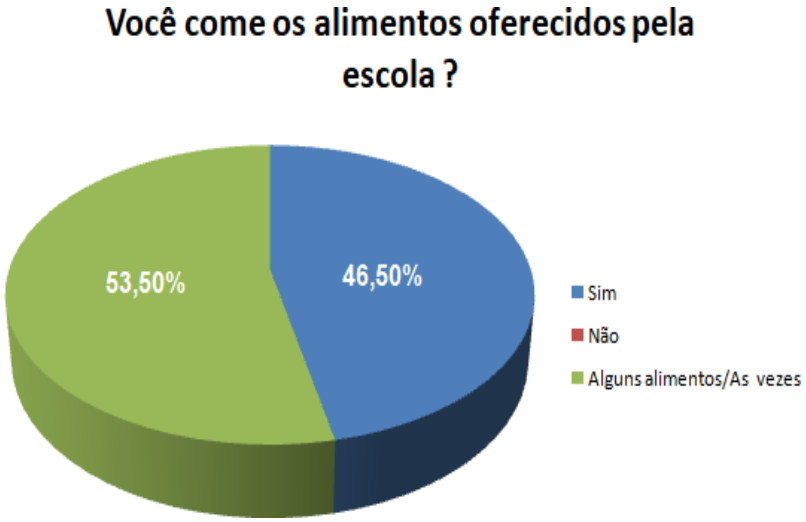
Vale recordar que o público aqui escolhido foram jovens com idade entre treze (13) a dezesseis (16) anos matriculados nos 8° e 9° anos do Ensino Fundamental II, da Escola Estadual do Campo de Novo Sobradinho, área rural do município de Toledo.

Foram entrevistados dezesseis (16) jovens, sendo que destes são dez (10) do sexo feminino e seis (06) do sexo masculino. Deste total sete (07) são do 8° ano e nove (09) do Ensino Fundamental II. A escola está localizada no distrito de Novo Sobradinho de mesmo nome da escola, que esta localiza na vila, um local com mais comércio e ligação direta com a área urbana. Dos jovens entrevistados cinco (05) moram na vila, e nove (09) moram no interior, dois (02) na cidade (área urbana) sendo que doze (12) utilizam transporte escolar.

Nenhum dos alunos entrevistados recebe qualquer beneficio social. Com relação às atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias, seis (06) delas têm como principal fonte de renda a lavoura, e seis (06) produção animal, os demais têm outras atividades tais como: vendas, mecânica, pedreiro, diarista. Ao considerar mais especificamente as atividades rurais sete (07) jovens disseram trabalhar com a família, sendo três (03) do sexo masculino e quatro (04) do sexo feminino.

Uma alimentação saudável e adequada é sempre uma opção em qualquer circunstância, mas nem sempre é aceita pelos alunos, por isso, quando falamos de alimentação escolar muitos podem ser os motivos da não aceitação. É por esse motivo que é importante disponibilizar o maior número de informações possíveis aos educandos e sensibilizá-los para os problemas que uma alimentação inadequada pode ocasionar, tanto no presente quanto para o futuro (BARBOSA, 2009). Partindo desse pressuposto perguntamos aos alunos se eles comem os alimentos oferecidos pela escola. As considerações foram registradas no gráfico de n° 04 abaixo:

Gráfico 04 - Alunos que comem o alimento oferecido pela escola, através do PNAE.



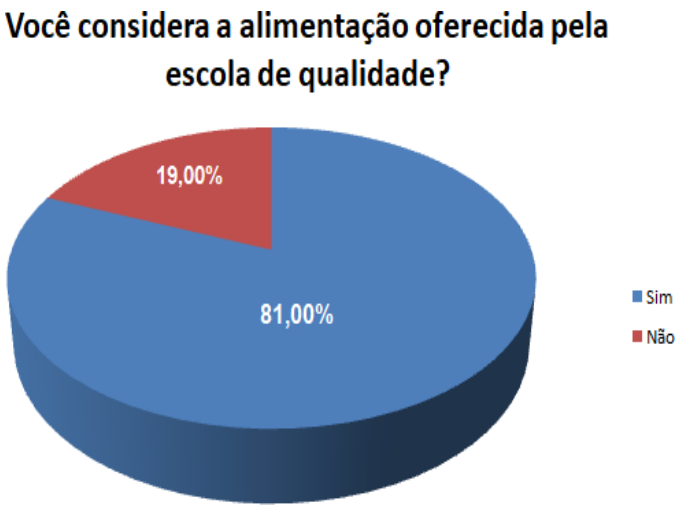
Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O gráfico acima nos mostra que todos os alunos entrevistados se alimentam do que a escola oferece, se diferenciando os que comem sempre ou às vezes. E esse resultado pode estar relacionado também ao tipo de alimento ofertado, alguns alunos relataram que pela manhã não costumam comer comida propriamente (arroz, feijão, macarrão, etc.) e preferiam alimentos que estivessem mais próximos a um lanche ou café da manhã, como por exemplo: pão, leite, cereal dentre outros.

Em relação à qualidade, deve-se levar em consideração a ausência de contaminantes e a composição química e nutricional de cada alimento, ou seja, quais nutrientes ele pode oferecer ao corpo humano (DUTRA *et al.*, 2007).

Nesta perspectiva questionamos aos escolares sobre o que pensam sobre a qualidade de alimentos ofertados. A partir dos relatos, as informações estão apresentadas no gráfico n° 05 abaixo:

Gráfico 05 - Alunos que consideram os alimentos oferecidos pela escola de qualidade.

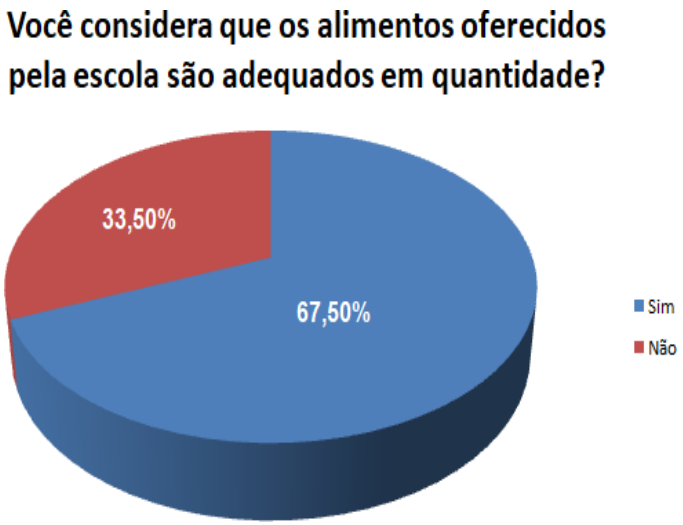


Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

No que tange a qualidade dos alimentos os alunos foram mais categóricos, ao afirmarem na grande maioria, que os alimentos fornecidos são de boa qualidade, cerca de 81% dos alunos entrevistados contra apenas 19% que compreendem não serem de qualidade.

Na sequência foram realizadas entrevistas sobre a quantidade, ou seja, o que a escola oferece é suficiente? Baseando-se neste diagnóstico os resultados podem ser vistos no gráfico n° 06 na sequência:

Gráfico 06 - Alunos que consideram os alimentos oferecidos pela escola de suficientes em quantidade.

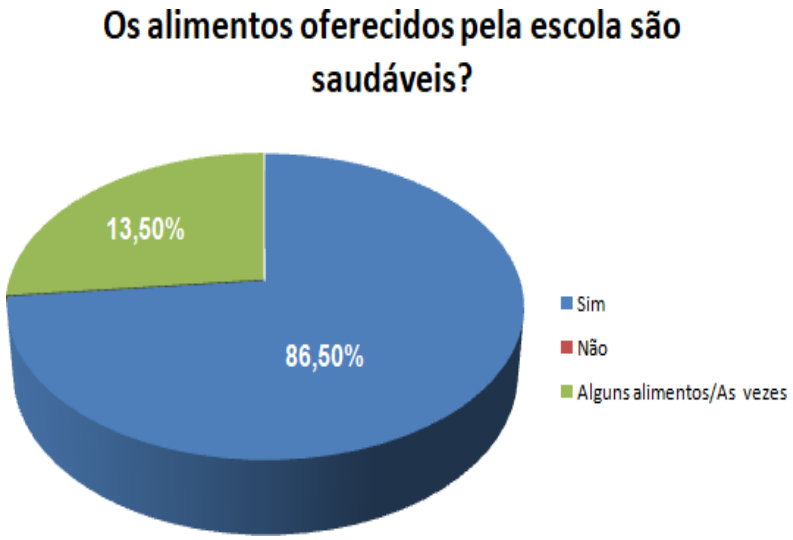


Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Pelo gráfico acima, é possível constatar que apesar da maioria dos alunos, cerca de 67,50% (2/3), estarem satisfeitos e considerar que a quantidade de alimentos oferecidos é suficiente, revela também que cerca de 1/3 e mais exatamente 33,5% dos alunos entrevistados, consideram que não atende as necessidades.

Perguntamos ainda aos mesmos alunos se eles consideram a alimentação oferecida pelo PNAE saudável, como mostra o gráfico de n° 07:

Gráfico 07 - Alunos que consideram os alimentos oferecidos pelo PNAE saudáveis.

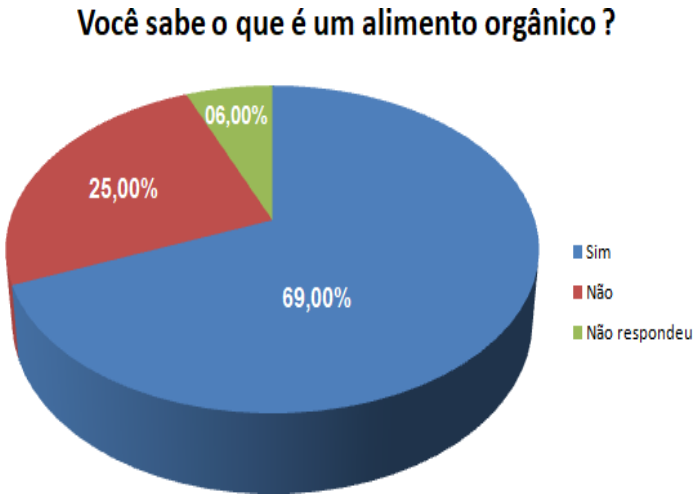


Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Nenhum dos alunos respondeu que não. A grande maioria considerou que os alimentos são sim saudáveis, cerca de 86,50% dos alunos entrevistados. Enquanto a minoria 13,50% considerou que apenas alguns alimentos oferecidos, não seriam saudáveis.

Questionamos os entrevistados sobre o que são alimentos orgânicos, e suas considerações podem ser vistas no gráfico n° 08:

Gráfico 08 - Alunos que afirmam saber o que é um alimento orgânico.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Do total de alunos entrevistados cerca de dezesseis (16), onze (11), ou seja, (2/3) deles afirmaram saber o que é um alimento orgânico. Sendo que destes cinco (05) apresentaram conceito correto, três (03) se equivocam, pois compreendem que alimentos orgânicos são todos os alimentos de origem vegetal e/ou alimentos que podem ser transformados em adubos. Os demais alunos (03) não explicaram. A partir disso é possível entender então que a maioria dos alunos não compreende o conceito de orgânico, considerando os que responderam não saber, os que se equivocam, e os que não conseguiram explicar, o que corresponde a 69% do total de alunos (16 alunos)

Perguntamos aos alunos o que poderia melhorar, em relação à oferta de alimentos pela escola, o que pode ser visto no quadro n°21 abaixo:

Quadro 21 - Sugestões de melhorias na qualidade dos alimentos do PNAE-alunos da Escola Estadual do Campo de Novo Sobradinho

	O que poderia melhorar na alimentação, tendo em vista a qualidade?
Sugestões apresentadas	- Mais temperos (01 aluno); - Mais quantidade de alimento ofertado (06 alunos); - Ofertar mais lanches e menos comida: leite, bolachas e cereal (02 alunos); - Serem mais saudáveis (01 aluno); - Ofertar mais lanches e menos comida (01 aluno); - Sem sugestões (06 alunos).

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

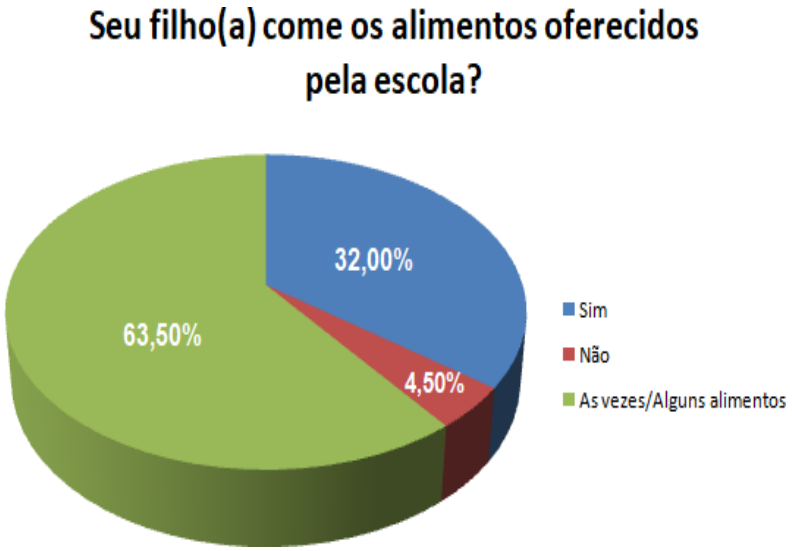
Entre as sugestões apresentadas a maioria (06 alunos) elencou a quantidade como algo a ser melhorado. Foi apresentado ainda a possibilidade de melhoria, no preparo dos alimentos com a utilização de mais temperos (01 aluno), a oferta de alimentos mais saudáveis (01 aluno) a variedade com mais lanches e menos comida.

5.5 O que pensam os pais sobre o PNAE?

Outro foco da pesquisa foi detectar como os pais percebem o PNAE, considerando que seu filho (a) é quem vai se beneficiar ou não deste programa. Foram entrevistadas vinte e duas (22) pessoas entre pais e mães dos alunos dos 8° e 9° anos da Escola Estadual do Campo de Novo Sobradinho.

Neste momento, solicitamos aos pais a participação informando se os filhos comem o alimento oferecido pela escola. De posse das informações levantadas elaboramos o gráfico 09, abaixo:

Gráfico 09 - Alunos que comem os alimentos oferecidos pela escola, na visão dos pais.



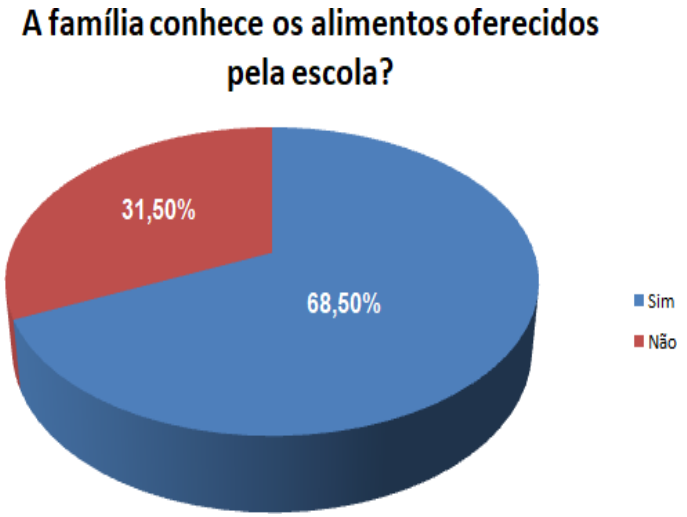
Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A maioria dos pais tem afirmado que o filho se alimenta às vezes, considerando o tipo de alimento, o que corresponde a 63,00% do total. A minoria afirmou que os filhos não se alimentam, o que representa 4,50%, e

cerca de 32,00% deste total respondeu que os filhos comem os alimentos oferecidos escola.

Nesta perspectiva ainda, fizemos um levantamento se os pais conhecem os alimentos que são fornecidos pela PNAE na escola. De acordo com as colocações dos mesmos, as informações foram elencadas no gráfico n° 10, na sequência:

Gráfico 10 - Pais que conhecem os alimentos oferecidos pelo PNAE.



Fonte: Elaborado pela autora, Nov/2021.

É evidente que a maioria dos pais entrevistados tem conhecimento dos alimentos oferecidos na escola através do PNAE, o que corresponde a cerca de 2/3 dos entrevistados. O resultado acima mostra ainda que um percentual considerável de pais não sabe o que a escola oferta, o que corresponde a 1/3, indicando que uma parcela significativa dos pais não conhece como se efetiva o PNAE na escola.

5.6 O Aspecto Educacional do PNAE

A população como um todo tem incorporado cada vez mais alimentos processados e ultraprocessados na alimentação diária. E estas mudanças trazem consigo consequências, que afetam um número cada vez maior de pessoas, com doenças associadas a estes novos comportamentos.

Segundo dados apresentados pela Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (ABESO), publicado em 2020,

realizado em 2019 pelo IBGE, através da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) em parceria com o Ministério da Saúde, no qual apresenta um aumento significativo de brasileiros obesos. Os dados demonstram que entre os anos de 2002 e 2003, cerca de quatro em cada dez brasileiros apresenta excesso de peso, e no último levantamento de dados de 2019, este número chega a seis em cada dez brasileiros, ou seja, cerca de noventa e seis milhões de brasileiros encontram-se com sobrepeso ou obesos (ABESO, 2020).

A referida pesquisa trouxe ainda um quadro alarmante ao considerarmos os adolescentes. Os dados levantados indicam que entre os jovens com idade entre quinze (15) a dezessete (17) anos, cerca de 19,4% deles estão acima do peso, ou seja, apresentam excesso de peso, isso representa cerca de 1,8 milhões de brasileiros, e 6,7% com quadro de obesidade. Entre as jovens essa taxa ainda é mais alta com 8% e contra 5,4% dos jovens (ABESO, 2020). E não podemos desconsiderar que há uma tendência natural que ao longo da vida adulta se continue ganhando peso por uma série de fatores. Bueno (2019), afirma que vivemos no Brasil um momento de transição nutricional, conforme argumenta:

> A população brasileira encontra-se num momento de transição do ponto de vista demográfico, social, epidemiológico e nutricional em dois extremos da má nutrição: desnutrição pela carência e obesidade pelo excesso, que compartilham o mesmo cenário (BUENO, 2019, p. 10).

A população brasileira bem como a de outros países tem inserido cada vez mais alimentos processados e ultraprocessados na alimentação diária. Alimentos processados podem ser definidos, como aqueles fabricados pela indústria, com a adição de sal, açúcar, amido e proteínas. Enquanto os alimentos ultraprocessados podem ser definidos como formulações industriais feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, amido e proteínas) derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) sintetizadas em laboratório (BRASIL, 2014).

Muitas vezes as escolhas alimentares contemporâneas justificam-se na indisponibilidade de tempo para o preparo do alimento bem como para o próprio ato de alimentar-se, como apresenta Garcia:

> Produto deste *modus vivendi* urbano, a comensalidade contemporânea se caracteriza pela escassez de tempo para o preparo e consumo de alimentos; pela presença de produtos gerados com novas técnicas de conservação e de preparo, que agregam tempo e trabalho; pelo vasto leque de itens alimentares; pelo deslocamento das refeições de casa para estabelecimentos que comercializam alimentos – restaurantes, lanchonetes, vendedores ambulantes, padarias, entre outros; pela crescente oferta de preparações e utensílios transportáveis; pela oferta de produtos provenientes de várias partes do mundo; pelo arsenal publicitário associado aos alimentos; pela flexibilização de horários para comer agregada à diversidade de alimentos; pela crescente individualização dos rituais alimentares (GARCIA, 2003, p. 07).

Considerando que a educação contemporânea deve buscar tratar de temáticas ou assuntos relevantes para nossa vida, abordar a educação alimentar também é relevante. Desta forma é de competência do Ministério da Educação promover ações de cunho educativo sobre alimentação e nutrição na escola como disposto no art. 15: “Compete ao Ministério da Educação propor ações educativas que perpassem pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional” (BRASIL, 2020, p. 15).

Ao abordar a educação alimentar no contexto escolar todos os entrevistados concordam sobre sua importância, principalmente no cenário atual em que os brasileiros tem modificado os hábitos alimentares e consequentemente o aparecimento cada vez mais precoce de doenças ligadas aos maus hábitos alimentares aliado ao sedentarismo.

Ao considerarmos os objetivos do PNAE, não podemos deixamos fora seu aspecto educativo. Para iniciarmos esta discussão é importante frisar que a alimentação escolar não se caracteriza apenas pela oferta do PNAE, mas que diz respeito a tudo que é consumido no ambiente escolar, como definido pelo PNAE no Art. 1º: “(...) entende-se por alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo” (BRASIL, 2020, p. 22). Nesta perspectiva a educação alimentar é de suma importância, seja ela desenvolvida através de praticas por alimentos oferecidos pelo PNAE ou não.

O PNAE trás como um de seus objetivos principais: - O fornecimento de alimentos saudáveis e adequados no período letivo, a fim de contribuir para o crescimento, desenvolvimento e aprendizagem para a obtenção do rendimento escolar. Ainda nesta perspectiva busca contribuir na formação de hábitos alimentares saudáveis e ações de educação alimentar e nutricional (BRASIL, 2020).

Tratando da inclusão desta temática em suas diretrizes, como pode ser visto no Art. 5º São diretrizes da Alimentação Escolar:

> II – a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2020, p. 22).

Assim o programa traz como uma de suas prerrogativas ações de EAN (Educação Alimentar e Nutricional) como previsto no parágrafo a seguir:

> § 1º Para fins do PNAE, considera-se EAN o conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo (BRASIL. 2020, p. 143).

Destaca-se aqui seu caráter transdisciplinar, e multiprofissional, ou seja, não cabe apenas a escola e a seus educadores esta função. Cabendo aos educadores, nutricionistas e outros profissionais da saúde, através de ações conjuntas de caráter cooperativo para a realização deste objetivo.

Ao entrevistar os alunos sobre a possibilidade de a escola ensinar ou orientar a respeito de uma alimentação saudável, todos os entrevistados foram unanimes em afirmar que a escola deveria, ou poderia desenvolver este conteúdo.

Assim o PNAE prevê ainda:

> Art. 14 É de responsabilidade da SEDUC, da Prefeitura Municipal e da escola federal, no âmbito de sua respectiva jurisdição administrativa, mediante atuação

> coordenada dos profissionais de educação e do responsável técnico e demais nutricionistas, a inclusão da educação alimentar e nutricional – EAN no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa de maneira transversal o currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas e habilidades que promovam modos de vida saudáveis, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. (BRASIL, 2020, p. 25).

Nesta perspectiva ouvimos os gestores e executores entrevistados falaram sobre o aspecto educacional da alimentação, conforme demonstrado no quadro de n° 22 abaixo:

Quadro 22 - O ensino e a formação de hábitos alimentares saudáveis na escola.

Setor/Função	**- A escola pode ensinar ou contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis?**
Órgão: FUNDEPAR Setor: Departamento de Alimentação Escolar Função: Coordenadora de Planejamento (Técnica Responsável)	Sem dúvida a escola é um lócus privilegiado no desenvolvimento de ações de EAN, e o PNAE pode e deve ser à base destas ações.
Órgão: NRE/Toledo Setor: Alimentação Escolar Função: Coordenador Local	Com certeza, o que atrapalha é o fato das escolas terem cantinas comerciais.
Órgão/Entidade: CEAE/PR Função: Conselheiro A Presidente do Conselho	Considero que o programa já é uma ferramenta importante na educação alimentar e nutricional.
Função: Conselheiro B Representante sindical	Pode sim, desde que os governantes cumpram o que determina a LDBEN e definam a transitoriedade para que todos e todas que atuam na escola obtenham a formação profissional e também cumpra o que esta na LDBEN e a alimentação escolar passem a fazer parte do currículo nos conteúdos transversais.
Órgão/Entidade: Escola Função: Diretora	Sim, pois é fundamental trabalhar sobre alimentação saudável e nutrição em todos os períodos da vida, estimulando os alunos a comer frutas, vegetais. Adquirir hábitos saudáveis para garantir uma boa saúde.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Entre os entrevistados percebeu-se que há concordância da importância de ações educativas. Sendo que o PNAE prevê em sua legislação que sejam realizadas ações no espaço escolar a fim de tratar da temática educação alimentar e nutricional, seja através de hortas escolares ou outras ferramentas didático pedagógicas, como citado no § 2º:

> Em termos de transversalidade curricular e de transdisciplinaridade, as ações de EAN podem se valer dos diferentes saberes e temas relacionados à alimentação, nos campos da cultura, da história, da geografia, dentre outros, para que os alimentos e a alimentação sejam conteúdo de aprendizado específico e também recurso para aprendizagem de diferentes temas. Assim, as ações de EAN devem utilizar o alimento, a alimentação escolar e/ou a horta escolar como ferramenta pedagógica, quando couber (BRASIL, 2020, p. 143).

Nesse contexto, buscamos entender como a pedagoga bem como os professores da escola, podem contribuir para as ações de EAN. Tais informações se encontram explícitas no quadro n° 23 a seguir:

Quadro 23 - Ensino ou contribuições da escola para a formação de hábitos alimentares saudáveis

Setor/ Função	**- A escola pode ensinar ou contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis?**
Setor: Escola Função: Pedagoga	Considero que a escola pode contribuir para alimentação saudável, todos os professores devem trabalhar de forma interdisciplinar a alimentação saudável.
Setor: Escola Função: Professor(a) Participante: A	Sim, compreendo que a escola pode adotar várias estratégias como capacitação e/ou formação dos estudantes, mostrando as consequências do consumo excessivo de alimentos calóricos e ultraprocessados; ampliar a oferta de alimentos *in natura*.
Setor: Escola Função: Professor(a) Participante: B	Sim, por meio de um trabalho de conscientização que pode ser realizado durante as aulas e também no momento do lanche das crianças de forma orientada. Também sobre o valor nutricional dos alimentos, bem como de seu desperdício.
Setor: Escola Função: Professor(a) Participante: C	Sim, através de material explicativo, cultivo de uma horta escolar, e no lanche ter sempre a opção de frutas e saladas.
Setor: Escola Função: Professor(a) Participante: D	Sim, no incentivo do consumo de lanches saudáveis.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Apesar de o PNAE prever a inserção deste tema na escola através do Art. 5°, ao considerar que para alcançar uma alimentação saudável no ambiente escolar, deve-se implementar as seguintes ações: “(...) incorporar o tema alimentação saudável no projeto político pedagógico da escola, perpassando todas as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano das atividades escolares” (BRASIL, 2020, p.79).

Analisando o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola na qual o estudo se desencadeia, este não contempla nenhum projeto ou ação voltada para a educação alimentar ou horta escolar. É importante ressaltar também que na escola em questão não tem cantina comercial.

Ao longo da pesquisa os docentes afirmam não terem recebido na escola, ou em momentos de formação, qualquer material relacionado à alimentação saudável.

Apesar destas afirmações por parte dos docentes, nota-se que nas páginas oficiais do estado do Paraná - Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED) existem muitos materiais didáticos como arquivos de texto em formato *pdf,* e vídeos que estão disponíveis podendo ser utilizado pelos educadores no contexto da educação escolar. Alguns deles foram elencados no quadro de n° 24 abaixo:

Quadro 24 - Materiais Didático-Pedagógicos Elaborados ou disponibilizados pela SEED- Paraná, sobre Alimentação Saudável.

Título do Material	**Link de Acesso ao material**	**Formato**
Possibilidades Pedagógicas da Educação Alimentar e Nutricional	https://www.youtube.com/watch?v=pXJa-c6d8fI&list=PLv0LxbgLZEKcRTW0p1dDV0rjwJnorPsSo&index=11	Manual em pdf
Os 10 passos para uma alimentação saudável	http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1805	Manual em pdf
Alimentação Saudável e Sustentabilidade Ambiental nas escolas do Paraná	http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1805	Manual em pdf
Horta Escolar Orgânica	http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1805	Manual em pdf
Caminhos da Comida	http://www.comunidade.diaadia.pr.gov.br/modules/video/showVideo.php?video=20214	Vídeo
Agricultura no quintal e na internet	https://www.youtube.com/watch?v=HgqcGmMCcpQ	Vídeo
Educação Alimentar e Nutricional	https://www.youtube.com/watch?v=U5g1Dx3FF7g&list=PLv0LxbgLZEKcRTW0p1dDV0rjwJnorPsSo&index=12	Vídeo

Fonte: SEED-PR, 2022.

Na tabela acima foram listados alguns dos materiais didático-pedagógicos disponíveis na página oficial da Secretaria Estadual de Educação do Paraná e Esportes (SEED).

A não oferta desta temática em âmbito escolar não é um fato isolado nas escolas da rede estadual de educação. Apesar de nas páginas oficiais do estado termos diversos materiais didático/pedagógicos sobre este tema, ainda não se debate nos momentos de estudo e consequentemente, na prática pouco se vê.

Ainda sobre a educação alimentar nas escolas no art. 2° do PNAE prevê o desenvolvimento de atividades de ensino e aprendizagem na perspectiva da segurança alimentar, como pode ser visto abaixo:

> II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2020, p. 08).

A partir de então o estudo se baseou em pressupostos, tais como os professores imaginam ser possível trabalhar esta temática na escola considerando que a educação alimentar enquanto conteúdo interdisciplinar está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN´s), e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), assim consideraram, conforme quadro 25:

Quadro 25 - Possibilidades metodológicas para ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Setor/Função	Como seria possível desenvolver ações de EAN, na escola?
Setor: Escola Função: Professor A	Considera que o tema pode ser abordado pelos professores durante determinado período, sob orientação da escola, produzindo banners afixando-os nas salas de aula, colando em prática no próprio cardápio.
Setor: Escola Função: Professor B	Entende que dentro de sua disciplina pode trabalhar conteúdos específicos por meio da contextualização.
Setor: Escola Função: Professor C	Todas as disciplinas podem trabalhar com conteúdos relacionados.
Setor: Escola Função: Professor D	Compreende que seria possível através da introdução do tema no convívio familiar.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Podemos perceber que há unanimidade no que diz respeito à importância desta temática em âmbito escolar através das diversas possibilidades metodológicas, no entanto as proposições apresentadas pelos docentes revelam também que se trata de um trabalho ainda a ser desenvolvido, sendo um conteúdo transversal a ser trabalhado de forma interdisciplinar, é um tema que muitas vezes é deixado de lado e acaba não se efetivando. No entanto nenhum dos docentes entrevistados afirmou trabalhar ou fazer associações de seus conteúdos a esta temática. Comumente vemos ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) mais presentes na Educação Infantil e Ensino Fundamental I, que conforme a LDBEN fica a cargo do município.

Um ponto que chama atenção é que a maioria dos docentes ao longo da entrevista afirmou não conhecer o PNAE, desconhece os objetivos do programa e nem mesmo sabe de onde vêm os recursos financeiros. Este cenário se repetiu mesmo entre os docentes que fizeram algum curso de formação sobre alimentação escolar ou do próprio PNAE. Diante destas afirmações, é muito provável que desenvolver este tema na escola será um certame.

5.6.1 A Formação dos Educadores

Com relação aos cursos de formação sobre o PNAE, ou relacionados à educação alimentar e nutricional, os participantes da pesquisa atuantes na escola como: a diretora, o secretário, a merendeira e a pedagoga todos afirmaram ter participado de algum curso sobre a temática. Já entre os professores, dos quatro (04) pesquisados, dois (02) disseram ter participado, sendo que um deles antes de atuar como docente no estado.

Quanto à formação dos agentes educacionais I com cargo efetivo, ou seja, concursados, o que corresponde ao cargo de merendeira e/ou zeladora, o estado ofertou entre os anos de 2005 a 2019, os cursos de formação técnica para funcionários que tinham concluído o ensino médio, buscando direcionar a formação o mais próximo possível da atuação agente na escola. No caso das merendeiras foi ofertado o Técnico em Alimentação Escolar. Este curso fazia parte de uma proposta do governo federal e adotado por muitos estados, o

curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (PROFUNCIONÁRIO). Os cursos tinham a duração média de 18 meses, e eram utilizados para promoção funcional. Desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação e os estados, pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, com material didático elaborado pela Universidade Federal de Cuiabá.

No currículo do referido curso eram ofertados dentre os componentes curriculares as seguintes disciplinas: a) Alimentação e Nutrição no Brasil; b) Alimentação Saudável e Sustentável; c) Políticas de Alimentação Escolar; d) Produção e industrialização de alimentos no Brasil; e) Organização e operação de Cozinhas Escolares; f) Planejamento e Preparo de Alimentos; g) Cardápios Saudáveis. Estes são módulos específicos da área de alimentação escolar, e ainda são trabalhados os módulos específicos da área da educação tais como: h) Educação e Diversidade; i) Informática; j) Produção textual; l) Direito administrativo entre outros.

O curso era oferecido presencialmente aos sábados, e tinham uma carga horária de estagio em cada módulo, realizado em duas escolas, na escola de lotação do funcionário e, em outra de sua escolha.

Esta proposta de formação foi certamente a mais importante ofertada até o momento no Estado em cooperação com o governo federal. Como a Secretaria Estadual de Educação do Paraná e Esportes (SEED) não oferta concursos para agentes educacionais desde 2005, neste momento o referido curso não está em vigor. Ressaltamos que este era ofertado apenas para agentes públicos com vínculo efetivo. A merendeira da escola pesquisada não fez o curso técnico, pois na época da vigência ainda não havia concluído o ensino médio e nos últimos anos o estado não voltou a ofertar. O que chama atenção é que para os agentes contratados por empresas terceirizadas não há oferta de cursos de formação.

5.7 Programas e ações interdisciplinares e intersetoriais

O Programa Saúde na Escola (PSE) vem de encontro com as ações previstas no PNAE, tendo como prerrogativa conforme disposto no Art. 4:

> As ações em saúde previstas no âmbito do PSE considerarão a atenção, promoção, prevenção e assistência, e serão desenvolvidas articuladamente com a rede de educação pública básica e em conformidade com os princípios e diretrizes do SUS, podendo compreender as seguintes ações, entre outras: I - avaliação clínica; II - avaliação nutricional; III - promoção da alimentação saudável; (BRASIL, 2007, p. 342).

Na escola fica a cargo do professor de educação física a pesagem e a medição dos adolescentes. Após essa ação, o mesmo computa os dados numa ficha que posteriormente é repassada a Secretaria Estadual de Educação. E aqui fica uma questão para reflexão: - Quais são os resultados destas avaliações? Quais são ou serão as ações diante dos resultados encontrados?

Este programa vem de encontro com os objetivos do PNAE, na medida em que também busca a promoção da saúde das crianças, adolescentes e jovens seja através do suprimento das necessidades calóricas e nutricionais de alunos em condições de vulnerabilidade social, ou no intuito de oferecer tanto alimentos quanto educação alimentar. Como está publicada na página oficial da FUNDEPAR, seção Alimentação Escolar, e pode ser visto abaixo:

> - O que é a avaliação nutricional de escolares? É a verificação do peso e altura dos alunos efetuada pelos professores de educação física, que ocorre anualmente, e permite monitorar o estado nutricional dos alunos da rede pública estadual de ensino.
> Estes resultados são utilizados no planejamento das ações do Programa, desde a aquisição de alimentos até o desenvolvimento de projetos de educação alimentar e nutricional (PARANÀ, 2022).

Outro programa que vinha de encontro com a referida temática, era o Programa Mais Educação (PME) de proposta do governo federal que ofertava dentro das atividades, a horta escolar. Oferecido apenas às escolas com baixo índice do IDEB, ou seja, não era uma proposta para todas as escolas, e acontecia em contraturno escolar. Geralmente um professor com mais afinidade era designado para a atividade. Nem todos os alunos da escola eram atendidos, apenas um percentual selecionado devido ao baixo rendimento no Ensino Fundamental II. Para tanto a escola recebia um recurso extra. Neste

projeto os alunos estudavam sobre as plantas e cultivam a horta no espaço escolar.

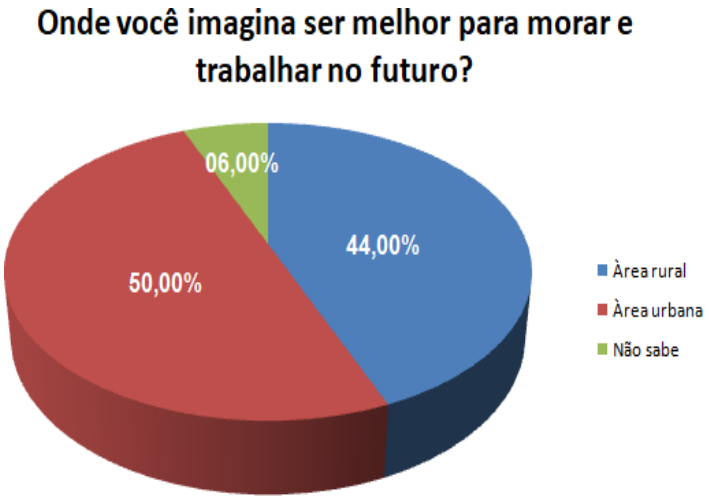
Estes dois programas, bem como o PNAE objetivam melhorar a saúde dos escolares, tendo em vista seu caráter intersetorial, interdisciplinar e multiprofissional.

5.8 Um pouco sobre as perspectivas e o futuro da juventude rural

A juventude pode ser considerada um grupo importante na perspectiva da segurança alimentar, principalmente a juventude rural, na medida em que estão mais próximos do processo produtivo. Na possibilidade de produzir alimentos, mas mais do que isso, alimentos saudáveis.

Nesse contexto, perguntamos aos jovens sobre as perspectivas do próprio futuro, tendo em vista trabalho e moradia. E a partir de suas convicções representamos no gráfico n° 11:

Gráfico 11 - O que pensam os alunos sobre o futuro, morar/trabalhar na cidade ou no campo.



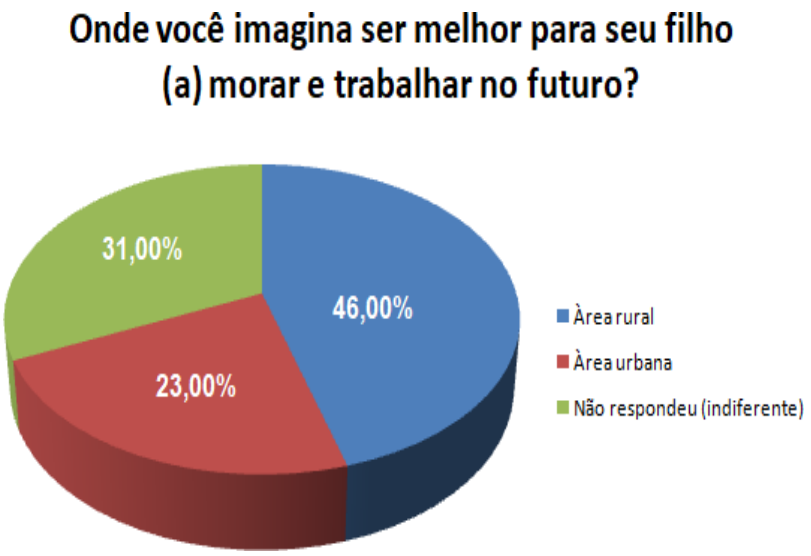
Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Diante das respostas apresentadas pelos alunos é possível inferir que prevalece a vontade da maioria dos jovens viverem nas áreas urbanas o que corresponde a 50% do total. Muitas destas respostas foram justificadas considerando principalmente as oportunidades de trabalho futuro.

Entre os que afirmaram ter a intenção de permanecer no campo cerca 44%, compreendem que o campo é um espaço mais tranquilo. Outro fator apresentado é já possuir afinidade com alguma atividade desempenhada pela própria família. Também é visível uma certa ausência de perspectiva ainda na opinião de alguns jovens, do total pesquisado apenas 0,6% deles respondeu não saber.

Nesse mesmo sentido, o trabalho de campo, coleta de informações foi realizado também com os pais a fim de conhecer as expectativas destas famílias em relação ao futuro dos próprios filhos. Foi baseado nestas informações se construiu gráfico n° 12:

Gráfico 12 - O que pensam os alunos sobre o futuro, morar/trabalhar na cidade ou no campo, na visão dos pais.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A maioria dos pais dos jovens acredita que seria melhor para seu filho continuar morando na área rural, opinião de 46% do total. Já 23% pensam que seria melhor que os filhos fossem morar na área urbana. E um percentual importante dos entrevistados 31% do total, considerou que essa escolha cabe ao jovem, ou ainda que ele (pai/mãe) é indiferente à escolha do filho.

Ao compararmos as respostas dos pais em relação às dos filhos (resultado anterior - gráfico de n° 11), os jovens em maior percentual preferem viver nas cidades.

5.9 Algumas considerações

Diante da pesquisa realizada podemos perceber que tanto em âmbito escolar quanto no espaço da administração pública paranaense (FUNDEPAR, NRE), e no do Conselho Estadual de Alimentação Escolar (CEAE), que existe uma estrutura administrativa muito organizada, seja na compra, na distribuição e na orientação do PNAE. É importante ressaltar que o PNAE, no estado do Paraná não se dá apenas por ações da FUNDEPAR e do NREs, mas abrange também várias secretarias e/ou setores da administração pública paranaense.

Ficou evidente, em relação à alimentação, que o fato de a escola ser compartilhada, na qual o município supre parcialmente a demanda alimentar dos escolares da rede estadual é muito negativa, pois confirma que o estado não está cumprindo com o previsto na legislação em vigência do PNAE.

Ao mesmo tempo em que esse compartilhamento não exime o estado e a federação de ofertar alimentos em maior quantidade e variedade. Existem muitos desafios a serem superados visando manter aquilo que se considera positivo, mas também resolver algumas problemáticas. Dentro desta perspectiva, apresentamos alguns pontos a serem melhorados neste processo considerando os apontamentos realizados pelos entrevistados e percebido ao longo da pesquisa temos: a) Inserir mais alimentos como frutas, legumes e verduras; b) Incluir carne mais vezes por semana; c) Ofertar aos docentes materiais didáticos e formação sobre alimentação escolar; d) Elaborar ações conjuntas entre escolas e setores da saúde; e) Adequar as cozinhas escolares com estruturas físicas e equipamentos para armazenamento dos alimentos; f) Priorizar mais alimentos orgânicos; g) Efetivar ações de EAN na escola (com ações e projetos permanentes), dentre elas temáticas voltadas para a educação alimentar, bem como sustentabilidade ambiental; h) Garantir formação permanente aos educadores, abrangendo os terceirizados; i) Possibilitar mais espaços de discussão entre comunidade escolar e NRE; j) Garantir remuneração adequada aos agentes, principalmente os terceirizados,

evitando a alta rotatividade ou mesmo a falta de funcionários; l) Maior envolvimento da comunidade escolar nas demandas do PNAE; m) Mais investimento financeiro e/ou atualização dos valores repassados pelo FNDE, melhorar os valores complementares repassados pelo governo estadual.

Uma vez que as ações acima estão previstas no PNAE, são desafios permanentes a serem enfrentados pelos gestores e executores envolvidos no programa, sejam eles governamentais ou não. Todas estas ações estão voltadas no sentido de atender de forma plena os alunos da Educação Básica, visando suprir as necessidades nutricionais dos mesmos, e mais especificamente aqueles que se encontram em vulnerabilidade social. Além disso, podem ser entendida também como ferramenta educacional propiciando tanto as crianças, adolescentes e jovens para que possam fazer escolhas alimentares de forma consciente visando uma vida mais saudável.

No que diz respeito à oferta de alimentos orgânicos pelo PNAE, entende-se que o problema é bastante amplo, pois o PNAE reflete uma realidade brasileira, ou seja, a dificuldade dessa produção, que comumente está ligada à falta de incentivo, e ações governamentais mais efetivas e permanentes. Fator preponderante que foi apontado pela pesquisa, uma vez que ainda há muita falta de conhecimento por parte dos produtores rurais sobre esse sistema de produção agrícola e como resultado a grande maioria das famílias que vivem no meio rural, não produzem nem mesmo alimentos saudáveis para a própria subsistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas são ações que tem por objetivo atender a coletividade, isto porque a partir de problemas detectados ou demandas sociais reconhecidas, medidas públicas são adotadas como formas de interferências na busca por soluções. Tais medidas são extremamente relevantes em qualquer situação, ainda mais quando se trata de situações de desigualdade social.

Estas demandas sociais podem surgir a partir de uma necessidade generalizada, ou seja, muitas pessoas ou grupos atingidos por uma dada situação. Ou ainda por pressão de determinadores atores sociais, que podem ser os recebedores ou os fornecedores da própria política, podendo se manifestar através da pressão social, seja através das massas ou das mídias.

Importante destacar que as políticas públicas nem sempre atendem prioritariamente os que necessitam dela, ou ainda problemas de caráter coletivo, por vezes elas atendem a interesses daqueles que podem lucrar com determinadas ações governamentais, seja através da oferta de um serviço ou produto.

Em uma dada dinâmica muitos autores apontam que uma política pública, deve seguir um ciclo, ou seja, se inicia quando existe a demanda e quando esta demanda é suprida deixa de existir, seja pelo seu êxito ou porque já não é mais relevante naquele cenário. Muito se discute ainda em torno de que, se diante de um determinado problema da sociedade, o governo resolve não agir, ou seja, quando nenhuma medida é tomada, pode-se compreender que neste contexto esta estratégia, a não ação seria política pública? Assim, com esta generalização tudo aquilo que se deixa de fazer passaria a ser também política pública.

No Brasil o que se percebe são políticas públicas caracterizadas como incrementalistas, onde entre a entrada de um governante e a saída de outro, poucas mudanças são efetivadas, ou seja, a base de algumas medidas quase sempre permanecem sem a promoção de melhorias, são realizados apenas alguns ajustes, sem grandes transformações.

Na dimensão do contexto aqui estudado, voltado para a promoção da segurança alimentar, enfatiza-se que ela só ocorre plenamente quando todas as pessoas têm acesso ao alimento seguro, ou seja em quantidade e qualidade suficiente, sendo considerada condição mínima para sobrevivência dos seres humanos como previsto na Constituição Federal Brasileira.

Nesta perspectiva a política pública do PNAE, é sem dúvida uma ação consolidada há décadas no Brasil e reconhecida inclusive internacionalmente. Inicialmente, tal medida pretendia suprir uma demanda social muito grande devido às altas taxas de desnutrição em que o Brasil enfrentava, cujas grandes vitimas deste cenário eram as crianças. Os índices de mortalidade infantil devido à fome, desde a década de 1940, eram altíssimos. Nas décadas posteriores a segurança alimentar ganha mais força, sendo incluída como política pública, reconhecida pela Constituição Federal, ainda de cunho totalmente assistencialista e com isso beneficiando também as grandes empresas fornecedoras de alimentos.

A partir do ano 2000, o PNAE, passa a ter novas proposições, deixando de ser apenas um fornecedor de alimentos e passando a ser uma ferramenta para a educação alimentar como previsto no PNAE, LDBEN e BNCC mais recentemente. Ao longo dos anos algumas mudanças foram necessárias e com reformulações para um maior engajamento com a realidade, contudo, como demonstrado através da pesquisa aqui realizada, ainda existe um longo e desafiador caminho a ser percorrido. Sabe-se ainda que a visão minimalista do PNAE, apenas como fornecedora de alimentos ainda prevalece até mesmo para os atores que planejam e executam o PNAE.

O trabalho de pesquisa aconteceu em uma escola localizada no município de Toledo, região Oeste do Paraná, que sempre se caracterizou como uma região altamente agrícola, desde seus primórdios até a contemporaneidade. E muito do que se produz é destinado a exportação como, por exemplo: milho, soja, aves e carnes dentre outros. Apesar de o município ser um polo produtivo alimentício, rural e agropecuário, ainda há muitas famílias que não possuem renda mínima para garantir a própria alimentação, dependendo assim de políticas públicas para o suprimento desta necessidade, e em âmbito escolar o PNAE é uma delas.

A investigação desvendou os muitos desafios a serem superados para ofertar alimentos em quantidade e qualidade suficiente aos nossos escolares. Tudo começa com a necessidade de uma boa estrutura física para o preparo dos alimentos quanto agentes treinados e valorizados na função que desempenham até a atualização de valores financeiros advindos do FNDE.

Para os atores que planejam a compra e a distribuição dos alimentos, de uma forma geral, apresentam um cenário mais positivo. Já para os atores que atuam de forma mais direta, isto é, no espaço escolar na preparação dos alimentos, controlando a quantidade, informando os estoques, e mesmo os que recebem o alimento, compreendem que o PNAE atende parcialmente os quesitos quantidade e qualidade, pois consideram que: a variedade e quantidade de frutas e verduras poderiam ser bem maiores. Diante destes apontamentos detectamos que um dos entraves para que isso se efetive é a necessidade de maior investimento financeiro. Assunto desvelado pelos participantes da pesquisa: os recursos são insuficientes e estão desatualizados há cerca quatro anos.

Quanto ao atendimento dos educandos a rede estadual de educação do Paraná de uma forma geral, conta com uma estrutura muito organizada em cada etapa, desde a aquisição da alimentação até o recebimento nas escolas, salvo em alguns espaços da administração pública em que ainda há falta de agentes como no caso do NRE de Toledo, onde há apenas uma pessoa responsável por atender dezesseis municípios e cerca de cento e duas (102) escolas.

A busca pela qualidade de vida deveria ser um objetivo permanente de todos nós enquanto seres humanos pertencentes a uma sociedade. Nesse sentido é inegável a importância do PNAE, ao considerar o atendimento aos mais vulneráveis, principalmente quando lidamos com um cenário de pobreza em plena expansão devido a questões econômicas. Diante desse contexto, a educação alimentar no espaço escolar, é uma condição desafiadora, considerando o crescente número de crianças, adolescentes e jovens com sobrepeso e doenças ligadas a má alimentação e ao sedentarismo. Socialmente é evidente a carência alimentar. Cabe ao estado amenizar essa realidade através da promoção de programas de alimentação adequada e saudável nas instituições de ensino.

Mas que ao mesmo tempo alguns temas podem ser mais aprofundados, temas como: a) O impacto do curso de Alimentação Escolar - PROFUNCIONÁRIO no espaço escolar; b) A relação alimentação saudável e sustentabilidade no contexto escolar; c) O PNAE e a participação das cooperativas locais; d) Os impactos e as ações intersetoriais e multiprofissionais do PNAE; e) O impacto da política pública do Plano Nacional PNMJ para a juventude rural; f) A oferta de alimentos orgânicos para o PNAE, na região oeste do Paraná.

REFERÊNCIAS

ABESO - Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. Disponível em: <https://abeso.org.br/os-ultimos-numeros-da-obesidade-no-brasil/>. Acesso em: set/2021.

AMABILE, A. E. N.; In: GONTIJO, C. R. B.: (orgs.) Dicionário de políticas públicas. Belo Horizonte: EdUEMG, 2012.

BARBOSA, N. V. S. Alimentação e Nutrição: Caminhos para uma vida. Caderno 3 . 3. ed. Brasília, 2009.

BOBBIO, N. Política. In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de Política. 12. ed. Brasília: Editora da UNB, 2002. v. 2.

BOFF, L. Sustentabilidade: o que é: o que não é?. 7 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

BOYLAND, E. J.; WHALEN, R. Food advertising to children and its effects on diet: review of recent prevalence and impact data. Pediatric Diabetes, Denmark, n. 16, v. 5, p. 331-337, 2015.

BRAGA, J. S. S. Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado. In: FIORI, J. L. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 191-221.

BRASIL. MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária Abastecimento) - AGROSTAR - Estatística de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro. Disponível em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm> Acesso em: jun/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Mo692 Módulo 11: Alimentação saudável e sustentável. / Eliane Said Dutra...[et al.]. – Brasília: Universidade de Brasília, 2007. 92 p. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:IXY8rdbouA0J:portal.mec.gov.br/docman/documentos-pdf/611-alimentacao-saudavel+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: jan/2022.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNS. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12640-parametros-curriculares-nacionais-1o-a-4o-series> Acesso em: jun/2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) de 1996, Brasília, Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: jun/2020.

BRASIL. Decreto 7.272 de 25agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema

Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm>. Acesso em: maio/2021.

BRASIL. Lei n°. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília: DOU. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: jun/2020.

BRASIL. Resolução n° 6, de maio de 2020. Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília. Brasil: Publicado em: 12/05/2020 | Edição: 89 | Seção: 1 | Página: 38. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972>. Acesso em: jun/2020.

BRASIL. MEC (Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Nota técnica: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam>. Acesso em: jun./2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referencia da Educação Alimentar e Nutricional/Ministério da Saúde. Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, Brasília, DF, 2012, p 68. Disponível em: <http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/marco-de-referencia-de-educacao-alimentar-e-nutricional-para-as-politicas-publicas>. Acesso em: jan/2022.

BRASIL. CONSEA. Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional, 2006. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acesso em: jan/2022.

BRASIL. FNDE/Programa de Alimentação Escolar – PNAE. Guia Cadernos de Legislação 2019. Normativas do PNAE. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-area-gestores/pnae-manuais-cartilhas/item/12094-caderno-de-legisla%C3%A7%C3%A3o-2019. Acesso em: abril/2020.

BRASIL. Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: jun/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Comitê gestor da Base Nacional Comum Curricular e reforma do ensino médio. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-ontent/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF _110518 _versaofinal_site.pdf> Acesso em: jul/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução/CD/ FNDE n° 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Diário Oficial da União 2009. Jun/2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3341-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-38-de-16-de-julho-de-2009>. Acesso em: jun/2020.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Casal Civil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: jun/2020.

BRASIL. CONSEA - Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional - Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional CONSEA. Brasília, Julho de 2004. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/textos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf>. Acesso em: jun/2020.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. - Brasília, DF: CAISAN, 2011. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/Plano_Caisan.pdf>. Acesso em: jun/2020**.**

BRASIL. Ministério do Trabalho. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): 2010-2015. Brasília: 2016.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3345-lei-n%C2%BA-11947-de-16-de-junho-de-2009> Acesso em: jun/2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em:<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2014/novembro/05/Guia-Alimentar-para-a-pop-brasiliera-Miolo-PDF-Internet.pdf>. Acesso em: Nov/2019.

BRASIL. O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2013, Brasília. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf> Acesso em: jun/2020.

BUENO, L. F. (2019). Políticas e Programas para a alimentação e nutrição escolar. Indaial; UNIASSELVI, 2019, 165p.

BURITY, V. Direito Humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília: ABRANDH, 2010; 204 p.

CARNEIRO, F. F.; AUGUSTO, L. G. S.; RIGOTTO, R. M.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A. C.. Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CASTORIADIS, C. Encruzilhadas do Labirinto: os domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Pobreza e Mercados no Brasil, Brasília: Cepal, 2003.

COBB, R. W.; ELDER, C. D. Participation in American politics: the dinamycs of agenda-bilding. Baltimore: Jhons Hopkins University Press, 1983.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Safra 2019/2020. Brasília. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/3371-levantamento-de-graos-confirma-producao-acima-de-250-milhoes-de-toneladas-na-safra-2019-2020>. Acesso em: ago/2020.

DIAS, S. D. CASTRO, C. L. F.; Atores Sociais. In: GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. N. (orgs.). Dicionário de políticas públicas. Belo Horizonte: EdUEMG, 2012.

DUTRA, E. S. et. al. Alimentação Saudável e Sustentável. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

DUPAS, G. (2007). O mito do progresso: ou progresso como ideologia. São Paulo, UNESP.

DYE, T. R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Org.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora UNB, 2009; 99-129 p.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). América Latina e o Caribe. Panorama da Segurança Alimentar e nutricional: sistemas alimentares sustentáveis para acabar com a fome a má nutrição, 2017, Santiago, Chile.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil. Disponível em:<https://www.fao.org/family-farming/detail/fr/c/1392789/>. Acesso em: jan/2022.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. The State of Food Security and Nutrition in the World. Roma. 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>. Acesso em: out/2020.

FINLEY, M. Democracia Antiga e moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FITTIPALDI, I.; COSTA, S. F.; ARAÚJO, C. M. O gasto público federal brasileiro: um perfil incrementalista? Rev. Serv. Público Brasília 68 (3) 611-630 jul/set 2017.

FONSECA, F. Dimensões críticas das políticas públicas. Cad. EBAPE. BR, v. 11, n. 3, p. 402-418, set./nov. 2013.

FREITAS, A. S. S.; COELHO, S. C.; RIBERIRO, R. L. Obesidade infantil: influência de hábitos alimentares inadequados. Saúde & Ambiente em Revista, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p9-14. 2009.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas. N. 21, junho de 2000. pp. 211-259.

FUKS, M. Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Socais: Uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social. GT Mídia, Opinião Pública e Eleições Sessão 1 – Agenda, Propaganda e Política Brasileira. XXIV Encontro Anual da ANPOCS, 23-27 de outubro de 2000, Petrópolis, Rio de Janeiro.

GARCIA M. Limites da ciência: dignidade da pessoa humana, ética da responsabilidade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

GARCIA, R. Wanda Diez. Revista de Nutrição. Rev. Nutr., Campinas, 16(4): 483-492, out./dez., 2003.

GONÇALVES, T. R. Z. Panorama agroecológico: atores e processos no Oeste do Paraná. 2011. 105 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011. Disponível em:<http://tede.unioeste.br/bitstream/ted190 e/1419/1/Thiago_Gonçalves_2011>. Acesso em: jan/2022.

GOMES, F. G. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. RAP Rio de Janeiro 40 (2): 201-36, Mar./Abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a03.pdf>. Acesso em: jun/2021.

GÓMEZ, R. D. Gestión de políticas públicas: aspectos operativos. Revista Facultad Nacional de Salud Pública, v. 30, n. 2, p. 223-236, 2012.

GUIMARÃES, J. Marxismo e democracia: um novo campo analítico-normativo para o século XXI. En publicacion: Filosofia Política Contemporânea: Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania. Atilio A. Boron, 1a ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; São Paulo: Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Abril 2006. ISBN-13: 978-987-1183-40-1

HOWLETT, M. O contexto da política pública. In: HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. Política Pública: seus ciclos e subsistemas – uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 57-100 p.

HOFFMANN, R. A insegurança alimentar no Brasil. Revista Cadernos de Debate - UNICAMP, v. 2, p. 1-11, 1994.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Brasília: IBGE, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário, 2017. Brasília: IBGE, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2018. Brasília: IBGE, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Escolar. 2019. Brasília.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desemprego chega a 13,8% no trimestre encerrado em julho, maior taxa desde 2012**.** 2020a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29000-desemprego-chega-a-13-8-no-trimestre-encerrado-em-julho-maior-taxa-desde-2012>. Acesso em: out/2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IPCA acumulado de 12 meses, dez/2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php> Acesso em: jan/2022.

KAZAPI, I. M. Consumo de energia e macronutrientes por adolescentes de escolas públicas e privadas. Revista de Nutrição, Campinas, v. 14, (Suppl.), p. 27-33, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LIMA, J. F.; ALVES, L. R.; PIFFER, M.; PIACENTI, C. A. Análise regional das mesorregiões do estado do Paraná no final do século XX. Análise Econômica (UFRGS), v. 24, p. 7-26, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10845> Acesso em: mai/ 2021.

LOBSTEIN, T.; DIBB, S. Evidence of a possible link between obesogenic food advertising and child overweight. Obesity Reviews, England, v. 6, n. 3, p. 203-208, 2005.

LOMBARDI, B. V. N. Migração e identidade: a presença islâmico-senegalesa em Toledo, Pr (2014-2020). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia - UNIOESTE, 2020. Mal. C. Rondon. Brasil.

LOTTA, G. Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2019.

LOUZADA, M. L. C.; MARTINS, A. P. B.; CANELLA, D. S.; BARALDI, L. G.; LEVY, R. B.; CLARO, R. M.; CANNON, J. M. G.; MONTEIRO, C. A. Alimentos ultraprocessados e perfil nutricional da dieta no Brasil. Rev. Saúde Pública 2015; 49:38. DOI:10.1590/S0034-8910.2015049006132.

LOWI, T. J. The state in politics: the relation between policy and administration. In: NOLL, R. G. (Org.). Regulatory politicy and the social sciences. Berkeley: University of California Press, 1985. P. 67-105.

MACHADO, P. P; OLIVEIRA, N. R.; MENDES, Á. N. O indigesto sistema do alimento mercadoria. Saúde Soc. São Paulo, v.25, n.2, p.505-515, 2016, 505. DOI 10.1590/S0104-12902016151741

MADEIRA, L. M.; PAPI, L., P.; HELLMANN, A.; POSSAMAI, A., J. Monitoramento e Avaliação: qualificando a Gestão da Assistência Social na Região Metropolitana de Porto Alegre. Avaliação de Políticas Públicas- Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. 254 p.

MOHR, A.; VENTURINI, T. Fundamentos e objetivos da educação em saúde na escola: contribuições do conceito de alfabetização científica. Enseñanza de las ciencias: revista de investigación y experiencias didácticas, [en línea], 2013, nº Extra, pp. 2348-52.

MONTEIRO, C. A. Análise do Inquérito “Chamada Nutricional 2005”. Ministério da Saúde. 2005. Brasília.

MOTTA, F. C. P. A teoria geral dos sistemas na teoria das organizações. R. Adm. Emp. Rio de Janeiro. 11(1):17-33. Jan/Mar-1971. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901971000100003>. Acesso em: jun/2021.

NEGE, K. K.; NADALETI, W. C.; BORTOLOTTI, S. L. V.; SILVA, R. F.; FAVARETTO, A. P.; MANZINI, V. Incidência de cânceres e o uso de agrotóxicos na região oeste do Paraná, 2016. Revista Brasileira de Engenharia e Sustentabilidade.

ONU - Organização das Nações Unidas. Declaração sobre o direito de desenvolvimento. Nova York: 1986.

ONU - Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU; 2015.

PAIVA, J. B.; FREITAS, M. C. S.; SANTOS, L. A. 2016. Significados da alimentação escolar segundo alunos atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. Ciências e Saúde Coletiva. V. 21, (8), p. 2507-2516. DOI: 10.1590/1413-81232015218.07562015.

PARANÁ, Decreto Estadual nº 4.211/2020 - de 06 de março de 2020. Regulamenta a Lei n° 16751/2010, institui alimentação escolar orgânica no âmbito do sistema estadual de ensino fundamental e médio. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-10/decreto4211merendaorganica_0.pdf> Acesso em: jan/2022.

PARANÁ. DERAL (Departamento de Economia Rural). Boletim Informativo: Análise Preliminar do VBP 2019 – NR -TOLEDO - Agosto de 2020.

PARANÁ. EMATER (Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Paraná) Toledo - Perfil da Realidade Agrícola Municipal, levantamento, 2019.

PARANÁ. FUNDEPAR (Fundação Paranaense de Desenvolvimento Educacional). Informação Nº 150/2020 - FUN/DIT/DNA, 2020, Curitiba. Paraná.

PARANÁ. FUNDEPAR (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional). Alimentação Escolar. Disponível em: <http://www.fundepar.pr.gov.br/Pagina/Departamento-de-Nutricao-e-Alimentacao> Acesso em: jan/2022.

PARANÁ. FUNDEPAR (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional). Disponível em:<https://www.fundepar.pr.gov.br/Pagina/Chamamento-Publico>. Acesso em jan/2022.

PARANÁ. IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e social). Caderno Estatístico - Município de Toledo, junho/2021. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85900&btOk=ok> Acesso em: jun./2021.

PARANÁ, LEI Nº 16751 - 29 de Dezembro de 2010. Institui alimentação escolar orgânica no âmbito do sistema estadual de ensino fundamental e médio. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-16751-2010-parana-institui-no-ambito-do-sistema-estadual-de-ensino-fundamental-e-medio-a-merenda-escolar-organica>. Acesso em: maio/2021.

PARANÁ. II Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, 2016-2019. NITSCHE, V.; TSUPAL, P. A.; OLIVEIRA, S.; RIBEIRO, M. C.: Curitiba: SEAB/CAISAN-PR, 2017.

PARANÁ. SEAB (Secretária Estadual de Abastecimento). Regimento Interno – Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA/PR, 2003.

PARANÁ. SEED (Secretaria Estadual de Educação e Esportes). Núcleo Regional de Educação (NRE). Toledo, 2020. Disponível em: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java/pages/templates/initial2.jsf?windowId=091&codigoMunicipio=2790>. Acesso em: jul/2020.

PARANÁ. SEED (Secretaria Estadual de Educação e Esportes). Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Curitiba, 2006.

PARANÁ. SEED (Secretaria Estadual de Educação e Esportes). Mapa dos Núcleos Regionais de Educação do Paraná. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Novo-site-dos-Nucleos-Regionais-de-Educacao>. Acesso em: jan/2022.

PECKENPAUCH, N. J.; POLEMAN, C. M. Nutrição: essência e dietoterapia. 7° ed. São Paulo: Rocha, 1997.

PEREIRA, M. P.; OLIVEIRA, N. R.; MENDES, A. N. (2016). O indigesto sistema do alimento mercadoria. Saúde soc. [online]. 2016, vol.25, n.2, pp.505-515. ISSN 1984-0470. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-1290201615174>. Acesso em: jan/2021.

PERES, Paulo, Sergio, COMPORTAMENTO OU INSTITUIÇÕES? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. RBCS Vol. 23, n°. 68 outubro/2008.

PERNETA, C. Alimentação da criança. 7 ed. São Paulo: Fundo Editoral Byk-Procienx, 1980.

PIETRUSKYNSKI, E. B., ALBIERO, K. A.; POPPER, G.; TEIXEIRA, P.F. Práticas pedagógicas envolvendo a alimentação no ambiente escolar: apresentação de uma proposta. Revis: Teoria e Prática da Educação, v. 13, n.2, p. 223-229, 2010.

POLANYI, K. A grande transformação. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PRIORI, A., POMARI, L. R.; AMÂNCIO, S. M.; IPÓLITO, V. K. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. A história do Oeste Paranaense. pp. 75-89. ISBN 978-85-7628-587-8. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-00.pdf>. Acesso em: jun/2021.

RAITER, Joel, Ricardo; DALLABONA, Sandra, Helena. Gestão de políticas públicas. Indaial: UNIASSELVI, 2015.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br>. Acesso em: jan/2022.

ROSENDO. D.; KUHNEN. T. A. Direito à Alimentação: direito, consumo, política e ética no Brasil. Novos Estudos Jurídicos, 2019. UNIVALI. Disponível: <DOI: https://doi.org/10.14210/nej.v24n2.p562-588>. Acesso em: jan/2022.

RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, M. G; CARVALHO, M. I. V. (Org.). O estudo da política: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998. Coleção Relações Internacionais e Política. Disponível em: <https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/processo-seletivo/SiteAssets/Paginas/default/RUA.pdf> Acesso em: ago/2021

RUA, M. G. Gestão Pública Municipal, 3°. ed. rev. atua. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014. 130p.

SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. Estudos Avançados. 9 (25), 1995.

SANTOS, M. P. G. Políticas públicas e sociedade / Maria Paula Gomes dos Santos. – 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2016. 100p.

SANTOS, M. P. G O Estado e os problemas contemporâneos / Maria Paula Gomes dos Santos. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC. Brasília: CAPES: UAB, 2014. 138p.

SANTOS, P. M.; LORETO, M. D. S. Política nacional do meio ambiente brasileira: uma análise à luz do ciclo de políticas públicas. Oikos: Família e Sociedade em Debate, v. 30, n. 2, p. 211-236, 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.31423/oikos.v30i2.9706

SARLET, I. W. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SBP - SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Manual de orientação: grupo de trabalho em atividade física. Promoção da atividade física na infância e adolescência/Sociedade de Pediatria. n° 1, 2017.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. Sociologias [online]. 2011, vol.13, n.27, pp.180-219. ISSN 1517-4522. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000200008>. Acesso em: jan/2021.

SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos, questões de concursos. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SEN, Amartya. A Ideia de Justiça. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA. E. O.; SANTOS. L. A.; SOARES. M. D., 2018. Alimentação escolar e constituição de identidades dos escolares: da merenda para pobres ao direito à alimentação. Caderno de Saúde Pública. V 34(4), p. 1-13.

SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. Fome Zero: a experiência brasileira. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

SILVA, M. B. PÓLIS E POLÍTICA: A BUSCA PELA AÇÃO NA GRÉCIA ANTIGA Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, Suplemento especial – e ISSN 21783748 – I EPHIS/PUCRS - 27 a 29.05.2014, p.434-448.

SILVA, M.; COSTA, J. D.; UEHARA, A.; FREITAS, E. C. B.; PIERUCCI, A. P. T. R.; PORTO, C. P. M. Projeto piloto: considerações de alunos do ensino fundamental sobre métodos de educação alimenttar. Revista em Extensão, Uberlândia, v. 12, n. 12, p. 51=64, 2013.

SILVÉRIO, F. O.; SILVA, J. G. S.; AGUIAR, M. C. S.; CACIQUE, A.P.; PINHO, G. P. (2012) Análise de agrotóxicos em água usando extração líquido-líquido com partição em baixa temperatura por cromatografia líquida de alta eficiência. Química Nova, v. 35, n. 10, p. 2052-2056.

SOARES, A. C. F.; LAZZARI, A. C. M.; FERDINANDI, M.. Análise da importância dos conteúdos da disciplina de Educação Nutricional no ensino fundamental segundo professores de escolas públicas e privadas da cidade de Maringá/Paraná. Revista Saúde e Pesquisa, Maringá, v. 2, n. 2, p. 179-184, 2009.

SOARES, C. S.; PERES, K. O.; ZANINI, O. P.; ROESLER, M. R. v. B. ROESLER RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E A QUESTÃO HÍDRICA COMO DESAFIO CONTEMPORÂNEO. IJERRS - ISSN 2675 3456 - V.3, N.1, 2021 p. 75-88. International Journal of Environmental Resilience Research and Science.

SOARES, D. F.; FARIA, A. M.; ROSA, A. H. Análise de risco de contaminação de águas subterrâneas por resíduos de agrotóxicos no município de Campo Novo do Parecis (MT), Brasil, 2017.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias. Ano 8 (16), (pp. 20-45) jul-dez. Porto Alegre, UFRGS. 2006.

SOUZA, Y. H., SECCHI, L. Extinção de políticas públicas: síntese teórica sobre a fase esquecida do *policy cycle*. Cadernos de Gestão pública e Cidadania, São Paulo, v. 20, n. 66, jan-jun, 2015.

TEIXEIRA, E. C. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. Políticas Públicas - O Papel das Políticas Públicas - 2002 - AATR-BA.

TOLEDO. Prefeitura Municipal de Toledo. Conhecendo Toledo, nosso município. 4º Ano. Toledo (PR): Secretaria Municipal de Educação de Toledo, 2008. Disponível em: <https://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/livro_conhecendo_toledo_-_4_ano_vf.pdf> Acesso em: jun/2021.

TOLEDO. SMED (Secretaria Municipal de Educação de Toledo). Alunos matriculados na rede municipal de educação, ref. Junho/2021.

TOLEDO. Prefeitura Municipal de Toledo. Dados Cadastro Único (CAD), maio/2021. Disponível em: <https://www.toledo.pr.gov.br/portal/secretaria-municipal-de-assistencia-social-smas/secretaria-municipal-de-assistencia-social--0>. Acesso em: abril/2021.

TORAL, N.; CONTI, M. A.; SLATER, B. A alimentação saudável na ótica dos adolescentes: percepções e barreiras à sua implementação e caracteríticas esperadas em materiais educativos. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 25, n. 11, p. 2386-2394, 2009.

TOSATTI, A. M.; PERES, L.; PREISSLE, R. H. Corporal e as influências para os transtornos alimentares nas adolescentes jovens. Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento, v. 1, n. 4, p. 34-47, 2007.

TUDE, J. M. Conceitos gerais de políticas públicas. In: TUDE, João Martins, FERRO, Daniel e SANTANA, Fabio Pablo (Orgs.). Políticas Públicas; IESDE Brasil S. A.; 2010.

VALENTE, F. L. S. Do combate à fome à Segurança Alimentar e Nutricional: o direito humano à alimentação adequada. In:_____. Direito humano à alimentação adequada: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez Editora, 2002, p.40-43.

VERNANT, J. P. As origens do pensamento grego. Rio de Janeiro: DIFEL, 2013.

WHO - World Health Organization. Physical status: use and interpretation of anthropometry. Report of a WHO Expert Committee. Geneva: WHO Technical Report Series, 834. 1995.

APÊNDICE A - MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (FUNDEPAR)

Aprovado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação CONEP em 04/08/2000
Comitê e Ética em Pesquisa – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: O Desafio das Políticas Públicas de Segurança Alimentar através do PNAE: Práticas alimentares e identidades juvenis na rede estadual de educação do Estado do Paraná, município de Toledo.

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética:
V. 2 - CAEE: 50290021.6.0000.0107 - Número do Parecer: 5.015.891 Aprovado em 03/09/2021

Pesquisadora para contato: Simone Cesario Soares - Telefone: (45) 99813 - 3497
Endereço de contato (Institucional): Rua Pernambuco, 1777. *Marechal Cândido Rondon* - PR - Brasil Caixa Postal: 91 - CEP: 85960-000. *Fone*: (45) 3284-7878.

Convidamos *o Senhor (a)* integrante do **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional *(FUNDEPAR)* a** participar de nossa pesquisa que tem o objetivo avaliar as das políticas públicas de segurança alimentar no Estado do Paraná, e mais especificamente no município de Toledo, voltadas para a alimentação escolar. A pesquisa busca analisar o papel do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da escola, bem como de outras instituições governamentais, considerando o processo de formação de hábitos alimentares da juventude, trazendo reflexões acerca de seu desenvolvimento através da alimentação saudável dos adolescentes.

Se ocorrer algum transtorno, decorrente de sua participação em qualquer etapa desta pesquisa, nós pesquisadores, providenciaremos acompanhamento e a assistência imediata, integral e gratuita. Havendo a ocorrência de danos, previstos ou não, mas decorrentes de sua participação nesta pesquisa, caberá a você, na forma da Lei, o direito de solicitar a respectiva indenização.

Também você poderá a qualquer momento desistir de participar da pesquisa sem qualquer prejuízo. Para que isso ocorra, basta informar, por qualquer modo que lhe seja possível, que deseja deixar de participar da pesquisa e qualquer informação que tenha prestado será retirada do conjunto dos dados que serão utilizados na avaliação dos resultados.

Você não receberá e não pagará nenhum valor para participar deste estudo, no entanto, terá direito ao ressarcimento de despesas decorrentes de sua participação.

Nós pesquisadores garantimos a privacidade e o sigilo de sua participação em todas as etapas da pesquisa e de futura publicação dos resultados. O seu nome *(e/ou seu filho)*, endereço, voz e imagem nunca serão associados aos resultados desta pesquisa, exceto quando você desejar. Nesse caso, você deverá assinar um segundo termo, específico para essa autorização e que deverá ser apresentado separadamente deste.

As informações que você *(e/ou seu filho)* fornecerem serão utilizadas exclusivamente nesta pesquisa. Caso as informações fornecidas e obtidas com este consentimento sejam consideradas úteis para outros estudos, você será procurado para autorizar novamente o uso.

Este documento que você vai assinar contém (03) páginas. Você deve **vistar (rubricar) todas às páginas, exceto a última**, onde você assinará com a mesma assinatura registrada no cartório (caso tenha). Este documento está sendo apresentado a você em duas vias, sendo que uma via é sua. Sugerimos que guarde a sua via de modo seguro.

Caso você precise informar algum fato ou decorrente da sua participação na pesquisa e se sentir desconfortável em procurar o pesquisador, você poderá procurar pessoalmente o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIOESTE (CEP), de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00 as 15h30min, na Reitoria da UNIOESTE, sala do Comitê de Ética, PRPPG, situado na Rua Universitária, 1619 – Bairro Universitário, Cascavel – PR. Caso prefira, você pode entrar em contato via Internet pelo e-mail: cep.prppg@unioeste.br ou pelo telefone do CEP que é (45) 3220-3092.

Declaro estar ciente e suficientemente esclarecido sobre os fatos informados neste documento.

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável:

_____

Nome Legível

Assinatura:_____

Eu, Simone Cesario Soares, declaro que forneci todas as informações sobre este projeto de pesquisa ao participante (e/ou responsável).

Assinatura do pesquisador

Cascavel, 10 de novembro de 2021.

Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (NRE/Toledo)

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Aprovado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação CONEP em 04/08/2000
Comitê e Ética em Pesquisa – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: O Desafio das Políticas Públicas de Segurança Alimentar através do PNAE: Práticas alimentares e identidades juvenis na rede estadual de educação do Estado do Paraná, município de Toledo.

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética:
V. 2 - CAEE: 50290021.6.0000.0107 - Número do Parecer: 5.015.891 Aprovado em 03/09/2021

Pesquisadora para contato: Simone Cesario Soares - Telefone: (45) 99813 - 3497
Endereço de contato (Institucional): Rua Pernambuco, 1777. *Marechal Cândido Rondon* - PR - Brasil Caixa Postal: 91 - CEP: 85960-000. *Fone*: (45) 3284-7878.

Convidamos *o Senhor (a)* ***representante do Núcleo Regional de Educação de Toledo – NRE- Setor de Alimentação Escolar*** a participar de nossa pesquisa que tem o objetivo avaliar as das políticas públicas de segurança alimentar no Estado do Paraná, e mais especificamente no município de Toledo, voltadas para a alimentação escolar. A pesquisa busca analisar o papel do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da escola, bem como de outras instituições governamentais, considerando o processo de formação de hábitos alimentares da juventude, trazendo reflexões acerca de seu desenvolvimento através da alimentação saudável dos adolescentes.

Se ocorrer algum transtorno, decorrente de sua participação em qualquer etapa desta pesquisa, nós pesquisadores, providenciaremos acompanhamento e a assistência imediata, integral e gratuita. Havendo a ocorrência de danos, previstos ou não, mas decorrentes de sua participação nesta pesquisa, caberá a você, na forma da Lei, o direito de solicitar a respectiva indenização.

Também você poderá a qualquer momento desistir de participar da pesquisa sem qualquer prejuízo. Para que isso ocorra, basta informar, por qualquer modo que lhe seja possível, que deseja deixar de participar da pesquisa e qualquer informação que tenha prestado será retirada do conjunto dos dados que serão utilizados na avaliação dos resultados.

Você não receberá e não pagará nenhum valor para participar deste estudo, no entanto, terá direito ao ressarcimento de despesas decorrentes de sua participação.

Nós pesquisadores garantimos a privacidade e o sigilo de sua participação em todas as etapas da pesquisa e de futura publicação dos resultados. O seu nome *(e/ou seu filho)*, endereço, voz e imagem nunca serão

associados aos resultados desta pesquisa, exceto quando você desejar. Nesse caso, você deverá assinar um segundo termo, específico para essa autorização e que deverá ser apresentado separadamente deste.

As informações que você *(e/ou seu filho)* fornecerem serão utilizadas exclusivamente nesta pesquisa. Caso as informações fornecidas e obtidas com este consentimento sejam consideradas úteis para outros estudos, você será procurado para autorizar novamente o uso.

Este documento que você vai assinar contém (03) páginas. Você deve vistar (rubricar) todas às páginas, exceto a última, onde você assinará com a mesma assinatura registrada no cartório (caso tenha). Este documento está sendo apresentado a você em duas vias, sendo que uma via é sua. Sugerimos que guarde a sua via de modo seguro.

Caso você precise informar algum fato ou decorrente da sua participação na pesquisa e se sentir desconfortável em procurar o pesquisador, você poderá procurar pessoalmente o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIOESTE (CEP), de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00 as 15h30min, na Reitoria da UNIOESTE, sala do Comitê de Ética, PRPPG, situado na Rua Universitária, 1619 – Bairro Universitário, Cascavel – PR. Caso prefira, você pode entrar em contato via Internet pelo e-mail: cep.prppg@unioeste.br ou pelo telefone do CEP que é (45) 3220-3092.

Declaro estar ciente e suficientemente esclarecido sobre os fatos informados neste documento.

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável:

_____

Nome Legível

Assinatura:

_____

Eu, Simone Cesario Soares, declaro que forneci todas as informações sobre este projeto de pesquisa ao participante (e/ou responsável).

Assinatura do pesquisador

Cascavel, 17 de novembro de 2021.

Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (SEED)

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Aprovado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação CONEP em 04/08/2000
Comitê e Ética em Pesquisa – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Título do Projeto: O Desafio das Políticas Públicas de Segurança Alimentar através do PNAE: Práticas alimentares e identidades juvenis na rede estadual de educação do Estado do Paraná, município de Toledo.

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética: V. 2 - CAEE: 50290021.6.0000.0107 - Número do Parecer: 5.015.891 Aprovado em 03/09/2021

Pesquisador para contato: Simone Cesario Soares - Telefone: (45) 99813 – 3497 Endereço de contato (Institucional): Rua Pernambuco, 1777. *Marechal Cândido Rondon* - PR - Brasil Caixa Postal: 91 - CEP: 85960-000. *Fone*: (45) 3284-7878.

Convidamos *o Senhor (a) representante da* **Secretaria Estadual de Educação e Esporte (SEED) - Setor de Alimentação Escolar** a participar de nossa pesquisa que tem o objetivo avaliar as das políticas públicas de segurança alimentar no Estado do Paraná, e mais especificamente no município de Toledo, voltadas para a alimentação escolar. A pesquisa busca analisar o papel do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da escola, bem como de outras instituições governamentais, considerando o processo de formação de hábitos alimentares da juventude, trazendo reflexões acerca de seu desenvolvimento através da alimentação saudável dos adolescentes.

Se ocorrer algum transtorno, decorrente de sua participação em qualquer etapa desta pesquisa, nós pesquisadores, providenciaremos acompanhamento e a assistência imediata, integral e gratuita. Havendo a ocorrência de danos, previstos ou não, mas decorrentes de sua participação nesta pesquisa, caberá a você, na forma da Lei, o direito de solicitar a respectiva indenização.

Também você poderá a qualquer momento desistir de participar da pesquisa sem qualquer prejuízo. Para que isso ocorra, basta informar, por qualquer modo que lhe seja possível, que deseja deixar de participar da pesquisa e qualquer informação que tenha prestado será retirada do conjunto dos dados que serão utilizados na avaliação dos resultados.

Você não receberá e não pagará nenhum valor para participar deste estudo, no entanto, terá direito ao ressarcimento de despesas decorrentes de sua participação.

Nós pesquisadores garantimos a privacidade e o sigilo de sua participação em todas as etapas da pesquisa e de futura publicação dos resultados. O seu nome *(e/ou seu filho)*, endereço, voz e imagem nunca serão associados aos resultados desta pesquisa, exceto quando você desejar. Nesse

caso, você deverá assinar um segundo termo, específico para essa autorização e que deverá ser apresentado separadamente deste.

As informações que você *(e/ou seu filho)* fornecerem serão utilizadas exclusivamente nesta pesquisa. Caso as informações fornecidas e obtidas com este consentimento sejam consideradas úteis para outros estudos, você será procurado para autorizar novamente o uso.

Este documento que você vai assinar contém (03) páginas. Você deve vistar (rubricar) todas às páginas, exceto a última, onde você assinará com a mesma assinatura registrada no cartório (caso tenha). Este documento está sendo apresentado a você em duas vias, sendo que uma via é sua. Sugerimos que guarde a sua via de modo seguro.

Caso você precise informar algum fato ou decorrente da sua participação na pesquisa e se sentir desconfortável em procurar o pesquisador, você poderá procurar pessoalmente o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIOESTE (CEP), de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00 às 15h30min, na Reitoria da UNIOESTE, sala do Comitê de Ética, PRPPG, situado na Rua Universitária, 1619 – Bairro Universitário, Cascavel – PR. Caso prefira, você pode entrar em contato via Internet pelo e-mail: cep.prppg@unioeste.br ou pelo telefone do CEP que é (45) 3220-3092.

Declaro estar ciente e suficientemente esclarecido sobre os fatos informados neste documento.

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável:

Assinatura:

Eu, Simone Cesario Soares, declaro que forneci todas as informações sobre este projeto de pesquisa ao participante (e/ou responsável).

Assinatura do pesquisador

Cascavel, 05 de novembro de 2021.

Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (Autorização dos alunos)

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Aprovado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação CONEP em 04/08/2000
Comitê e Ética em Pesquisa – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: O Desafio das Políticas Públicas de Segurança Alimentar através do PNAE: Práticas alimentares e identidades juvenis na rede estadual de educação do Estado do Paraná, município de Toledo.

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética:
V. 2 - CAEE: 50290021.6.0000.0107 - Número do Parecer: 5.015.891 Aprovado em 03/09/2021

Pesquisadora para contato: Simone Cesario Soares - Telefone: (45) 99813 - 3497
Endereço de contato (Institucional): Rua Pernambuco, 1777. *Marechal Cândido Rondon* - PR - Brasil Caixa Postal: 91 - CEP: 85960-000. *Fone*: (45) 3284-7878.

Convidamos *os* **alunos matriculados nos *8° ano e 9° anos da Escola Estadual do Campo Novo Sobradinho*** a participar de nossa pesquisa que tem o objetivo avaliar as das políticas públicas de segurança alimentar no Estado do Paraná, e mais especificamente no município de Toledo, voltadas para a alimentação escolar. A pesquisa busca analisar o papel do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da escola, bem como de outras instituições governamentais, considerando o processo de formação de hábitos alimentares da juventude, trazendo reflexões acerca de seu desenvolvimento através da alimentação saudável dos adolescentes.

Se ocorrer algum transtorno, decorrente de sua participação em qualquer etapa desta pesquisa, nós pesquisadores, providenciaremos acompanhamento e a assistência imediata, integral e gratuita. Havendo a ocorrência de danos, previstos ou não, mas decorrentes de sua participação nesta pesquisa, caberá a você, na forma da Lei, o direito de solicitar a respectiva indenização.

Também você poderá a qualquer momento desistir de participar da pesquisa sem qualquer prejuízo. Para que isso ocorra, basta informar, por qualquer modo que lhe seja possível, que deseja deixar de participar da pesquisa e qualquer informação que tenha prestado será retirada do conjunto dos dados que serão utilizados na avaliação dos resultados.

Você não receberá e não pagará nenhum valor para participar deste estudo, no entanto, terá direito ao ressarcimento de despesas decorrentes de sua participação.

Nós pesquisadores garantimos a privacidade e o sigilo de sua participação em todas as etapas da pesquisa e de futura publicação dos resultados. O seu nome *(e/ou seu filho)*, endereço, voz e imagem nunca serão associados aos resultados desta pesquisa, exceto quando você desejar. Nesse

caso, você deverá assinar um segundo termo, específico para essa autorização e que deverá ser apresentado separadamente deste.

As informações que você *(e/ou seu filho)* fornecerem serão utilizadas exclusivamente nesta pesquisa. Caso as informações fornecidas e obtidas com este consentimento sejam consideradas úteis para outros estudos, você será procurado para autorizar novamente o uso.

Este documento que você vai assinar contém (03) páginas. **Você deve vistar (rubricar) todas às páginas**, exceto a última, onde você assinará com a mesma assinatura registrada no cartório (caso tenha). Este documento está sendo apresentado a você em duas vias, sendo que uma via é sua. Sugerimos que guarde a sua via de modo seguro.

Caso você precise informar algum fato ou decorrente da sua participação na pesquisa e se sentir desconfortável em procurar o pesquisador, você poderá procurar pessoalmente o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIOESTE (CEP), de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00 às 15h30min, na Reitoria da UNIOESTE, sala do Comitê de Ética, PRPPG, situado na Rua Universitária, 1619 – Bairro Universitário, Cascavel – PR. Caso prefira, você pode entrar em contato via Internet pelo e-mail: cep.prppg@unioeste.br ou pelo telefone do CEP que é (45) 3220-3092.

Declaro estar ciente e suficientemente esclarecido sobre os fatos informados neste documento e autorizo meu filho a participar da referida pesquisa:

Nome do responsável pelo sujeito de pesquisa **(pais ou responsáveis):**

_____

Nome Legível

Assinatura: _____

Nome do sujeito de pesquisa - **aluno (a):**

Assinatura: _____

Eu, Simone Cesario Soares, declaro que forneci todas as informações sobre este projeto de pesquisa ao participante (e/ou responsável).

Simone Cesario Soares

Assinatura do pesquisador

Cascavel, 18 de novembro de 2021.

Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (Conselho Estadual de Alimentação Escolar - PR (CEAE))

Aprovado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação CONEP em 04/08/2000
Comitê e Ética em Pesquisa – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: O Desafio das Políticas Públicas de Segurança Alimentar através do PNAE: Práticas alimentares e identidades juvenis na rede estadual de educação do Estado do Paraná, município de Toledo.

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética:
V. 2 - CAEE: 50290021.6.0000.0107 - Número do Parecer: 5.015.891 Aprovado em 03/09/2021

Pesquisador para contato: Simone Cesario Soares - Telefone: (45) 99813 - 3497
Endereço de contato (Institucional): Rua Pernambuco, 1777. *Marechal Cândido Rondon* - PR - Brasil Caixa Postal: 91 - CEP: 85960-000. *Fone*: (45) 3284-7878.

Convidamos *o Senhor (a) membro* ***do*** **Conselho Estadual de Alimentação Escolar (CEAE-PR)** a participar de nossa pesquisa que tem o objetivo avaliar as das políticas públicas de segurança alimentar no Estado do Paraná, e mais especificamente no município de Toledo, voltadas para a alimentação escolar. A pesquisa busca analisar o papel do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da escola, bem como de outras instituições governamentais, considerando o processo de formação de hábitos alimentares da juventude, trazendo reflexões acerca de seu desenvolvimento através da alimentação saudável dos adolescentes.

Se ocorrer algum transtorno, decorrente de sua participação em qualquer etapa desta pesquisa, nós pesquisadores, providenciaremos acompanhamento e a assistência imediata, integral e gratuita. Havendo a ocorrência de danos, previstos ou não, mas decorrentes de sua participação nesta pesquisa, caberá a você, na forma da Lei, o direito de solicitar a respectiva indenização.

Também você poderá a qualquer momento desistir de participar da pesquisa sem qualquer prejuízo. Para que isso ocorra, basta informar, por qualquer modo que lhe seja possível, que deseja deixar de participar da pesquisa e qualquer informação que tenha prestado será retirada do conjunto dos dados que serão utilizados na avaliação dos resultados.

Você não receberá e não pagará nenhum valor para participar deste estudo, no entanto, terá direito ao ressarcimento de despesas decorrentes de sua participação.

Nós pesquisadores garantimos a privacidade e o sigilo de sua participação em todas as etapas da pesquisa e de futura publicação dos

resultados. O seu nome *(e/ou seu filho)*, endereço, voz e imagem nunca serão associados aos resultados desta pesquisa, exceto quando você desejar. Nesse caso, você deverá assinar um segundo termo, específico para essa autorização e que deverá ser apresentado separadamente deste.

As informações que você *(e/ou seu filho)* fornecerem serão utilizadas exclusivamente nesta pesquisa. Caso as informações fornecidas e obtidas com este consentimento sejam consideradas úteis para outros estudos, você será procurado para autorizar novamente o uso.

Este documento que você vai assinar contém (03) páginas. Você deve vistar (rubricar) todas às páginas, exceto a última, onde você assinará com a mesma assinatura registrada no cartório (caso tenha). Este documento está sendo apresentado a você em duas vias, sendo que uma via é sua. Sugerimos que guarde a sua via de modo seguro.

Caso você precise informar algum fato ou decorrente da sua participação na pesquisa e se sentir desconfortável em procurar o pesquisador, você poderá procurar pessoalmente o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIOESTE (CEP), de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00 as 15h30min, na Reitoria da UNIOESTE, sala do Comitê de Ética, PRPPG, situado na Rua Universitária, 1619 – Bairro Universitário, Cascavel – PR. Caso prefira, você pode entrar em contato via Internet pelo e-mail: cep.prppg@unioeste.br ou pelo telefone do CEP que é (45) 3220-3092.

Declaro estar ciente e suficientemente esclarecido sobre os fatos informados neste documento.

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável:

_____

Assinatura: _____

Eu, Simone Cesario Soares, declaro que forneci todas as informações sobre este projeto de pesquisa ao participante (e/ou responsável).

Assinatura do pesquisador

Cascavel, 05 de novembro de 2021.

Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (Diretora)

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Aprovado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação CONEP em 04/08/2000
Comitê e Ética em Pesquisa – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: O Desafio das Políticas Públicas de Segurança Alimentar através do PNAE: Práticas alimentares e identidades juvenis na rede estadual de educação do Estado do Paraná, município de Toledo.

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética:
V. 2 - CAEE: 50290021.6.0000.0107 - Número do Parecer: 5.015.891 Aprovado em 03/09/2021

Pesquisadora para contato: Simone Cesario Soares - Telefone: (45) 99813 - 3497
Endereço de contato (Institucional): Rua Pernambuco, 1777. *Marechal Cândido Rondon* - PR - Brasil Caixa Postal: 91 - CEP: 85960-000. *Fone*: (45) 3284-7878.

Convidamos *a Senhora Diretora da Escola Estadual do Campo de Novo Sobradinho* a participar de nossa pesquisa que tem o objetivo avaliar as das políticas públicas de segurança alimentar no Estado do Paraná, e mais especificamente no município de Toledo, voltadas para a alimentação escolar. A pesquisa busca analisar o papel do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da escola, bem como de outras instituições governamentais, considerando o processo de formação de hábitos alimentares da juventude, trazendo reflexões acerca de seu desenvolvimento através da alimentação saudável dos adolescentes.

Se ocorrer algum transtorno, decorrente de sua participação em qualquer etapa desta pesquisa, nós pesquisadores, providenciaremos acompanhamento e a assistência imediata, integral e gratuita. Havendo a ocorrência de danos, previstos ou não, mas decorrentes de sua participação nesta pesquisa, caberá a você, na forma da Lei, o direito de solicitar a respectiva indenização.

Também você poderá a qualquer momento desistir de participar da pesquisa sem qualquer prejuízo. Para que isso ocorra, basta informar, por qualquer modo que lhe seja possível, que deseja deixar de participar da pesquisa e qualquer informação que tenha prestado será retirada do conjunto dos dados que serão utilizados na avaliação dos resultados.

Você não receberá e não pagará nenhum valor para participar deste estudo, no entanto, terá direito ao ressarcimento de despesas decorrentes de sua participação.

Nós pesquisadores garantimos a privacidade e o sigilo de sua participação em todas as etapas da pesquisa e de futura publicação dos resultados. O seu nome *(e/ou seu filho)*, endereço, voz e imagem nunca serão

associados aos resultados desta pesquisa, exceto quando você desejar. Nesse caso, você deverá assinar um segundo termo, específico para essa autorização e que deverá ser apresentado separadamente deste.

As informações que você *(e/ou seu filho)* fornecerem serão utilizadas exclusivamente nesta pesquisa. Caso as informações fornecidas e obtidas com este consentimento sejam consideradas úteis para outros estudos, você será procurado para autorizar novamente o uso.

Este documento que você vai assinar contém (03) páginas. Você deve vistar (rubricar) todas as páginas, exceto a última, onde você assinará com a mesma assinatura registrada no cartório (caso tenha). Este documento está sendo apresentado a você em duas vias, sendo que uma via é sua. Sugerimos que guarde a sua via de modo seguro.

Caso você precise informar algum fato ou decorrente da sua participação na pesquisa e se sentir desconfortável em procurar o pesquisador, você poderá procurar pessoalmente o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIOESTE (CEP), de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00 às 15h30min, na Reitoria da UNIOESTE, sala do Comitê de Ética, PRPPG, situado na Rua Universitária, 1619 – Bairro Universitário, Cascavel – PR. Caso prefira, você pode entrar em contato via Internet pelo e-mail: cep.prppg@unioeste.br ou pelo telefone do CEP que é (45) 3220-3092.

Declaro estar ciente e suficientemente esclarecido sobre os fatos informados neste documento.

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável:

_____

Nome Legível

Assinatura:

_____

Eu, Simone Cesario Soares, declaro que forneci todas as informações sobre este projeto de pesquisa ao participante (e/ou responsável).

Assinatura do pesquisador

Cascavel, 18 de novembro de 2021.

Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (Merendeira)

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Aprovado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação CONEP em 04/08/2000
Comitê e Ética em Pesquisa – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: O Desafio das Políticas Públicas de Segurança Alimentar através do PNAE: Práticas alimentares e identidades juvenis na rede estadual de educação do Estado do Paraná, município de Toledo.

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética:
V. 2 - CAEE: 50290021.6.0000.0107 - Número do Parecer: 5.015.891 Aprovado em 03/09/2021

Pesquisadora para contato: Simone Cesario Soares - Telefone: (45) 99813 - 3497
Endereço de contato (Institucional): Rua Pernambuco, 1777. *Marechal Cândido Rondon* - PR - Brasil Caixa Postal: 91 - CEP: 85960-000. *Fone*: (45) 3284-7878.

Convidamos *a* Senhora **Agente Educacional I (cozinheira) da Escola Estadual do Campo de Novo Sobradinho** a participar de nossa pesquisa que tem o objetivo avaliar as das políticas públicas de segurança alimentar no Estado do Paraná, e mais especificamente no município de Toledo, voltadas para a alimentação escolar. A pesquisa busca analisar o papel do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da escola, bem como de outras instituições governamentais, considerando o processo de formação de hábitos alimentares da juventude, trazendo reflexões acerca de seu desenvolvimento através da alimentação saudável dos adolescentes.

Se ocorrer algum transtorno, decorrente de sua participação em qualquer etapa desta pesquisa, nós pesquisadores, providenciaremos acompanhamento e a assistência imediata, integral e gratuita. Havendo a ocorrência de danos, previstos ou não, mas decorrentes de sua participação nesta pesquisa, caberá a você, na forma da Lei, o direito de solicitar a respectiva indenização.

Também você poderá a qualquer momento desistir de participar da pesquisa sem qualquer prejuízo. Para que isso ocorra, basta informar, por qualquer modo que lhe seja possível, que deseja deixar de participar da pesquisa e qualquer informação que tenha prestado será retirada do conjunto dos dados que serão utilizados na avaliação dos resultados.

Você não receberá e não pagará nenhum valor para participar deste estudo, no entanto, terá direito ao ressarcimento de despesas decorrentes de sua participação.

Nós pesquisadores garantimos a privacidade e o sigilo de sua participação em todas as etapas da pesquisa e de futura publicação dos resultados. O seu nome *(e/ou seu filho)*, endereço, voz e imagem nunca serão

associados aos resultados desta pesquisa, exceto quando você desejar. Nesse caso, você deverá assinar um segundo termo, específico para essa autorização e que deverá ser apresentado separadamente deste.

As informações que você *(e/ou seu filho)* fornecerem serão utilizadas exclusivamente nesta pesquisa. Caso as informações fornecidas e obtidas com este consentimento sejam consideradas úteis para outros estudos, você será procurado para autorizar novamente o uso.

Este documento que você vai assinar contém (03) páginas. Você deve vistar (rubricar) todas às páginas, exceto a última, onde você assinará com a mesma assinatura registrada no cartório (caso tenha). Este documento está sendo apresentado a você em duas vias, sendo que uma via é sua. Sugerimos que guarde a sua via de modo seguro.

Caso você precise informar algum fato ou decorrente da sua participação na pesquisa e se sentir desconfortável em procurar o pesquisador, você poderá procurar pessoalmente o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIOESTE (CEP), de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00 às 15h30min, na Reitoria da UNIOESTE, sala do Comitê de Ética, PRPPG, situado na Rua Universitária, 1619 – Bairro Universitário, Cascavel – PR. Caso prefira, você pode entrar em contato via Internet pelo e-mail: cep.prppg@unioeste.br ou pelo telefone do CEP que é (45) 3220-3092.

Declaro estar ciente e suficientemente esclarecido sobre os fatos informados neste documento.

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável:

_____

Nome Legível

Assinatura:

_____

Eu, Simone Cesario Soares, declaro que forneci todas as informações sobre este projeto de pesquisa ao participante (e/ou responsável).

Assinatura do pesquisador

Cascavel, 18 de novembro de 2021.

Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (Pais)

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Aprovado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação CONEP em 04/08/2000
Comitê e Ética em Pesquisa – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: O Desafio das Políticas Públicas de Segurança Alimentar através do PNAE: Práticas alimentares e identidades juvenis na rede estadual de educação do Estado do Paraná, município de Toledo.

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética:
V. 2 - CAEE: 50290021.6.0000.0107 - Número do Parecer: 5.015.891 Aprovado em 03/09/2021

Pesquisadora para contato: Simone Cesario Soares - Telefone: (45) 99813 - 3497
Endereço de contato (Institucional): Rua Pernambuco, 1777. *Marechal Cândido Rondon* - PR - Brasil Caixa Postal: 91 - CEP: 85960-000. *Fone*: (45) 3284-7878.

Convidamos *os* **Senhores pais dos alunos matriculados nos 8° ano e 9° anos da Escola Estadual do Campo Novo Sobradinho** a participar de nossa pesquisa que tem o objetivo avaliar as das políticas públicas de segurança alimentar no Estado do Paraná, e mais especificamente no município de Toledo, voltadas para a alimentação escolar. A pesquisa busca analisar o papel do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da escola, bem como de outras instituições governamentais, considerando o processo de formação de hábitos alimentares da juventude, trazendo reflexões acerca de seu desenvolvimento através da alimentação saudável dos adolescentes.

Se ocorrer algum transtorno, decorrente de sua participação em qualquer etapa desta pesquisa, nós pesquisadores, providenciaremos acompanhamento e a assistência imediata, integral e gratuita. Havendo a ocorrência de danos, previstos ou não, mas decorrentes de sua participação nesta pesquisa, caberá a você, na forma da Lei, o direito de solicitar a respectiva indenização.

Também você poderá a qualquer momento desistir de participar da pesquisa sem qualquer prejuízo. Para que isso ocorra, basta informar, por qualquer modo que lhe seja possível, que deseja deixar de participar da pesquisa e qualquer informação que tenha prestado será retirada do conjunto dos dados que serão utilizados na avaliação dos resultados.

Você não receberá e não pagará nenhum valor para participar deste estudo, no entanto, terá direito ao ressarcimento de despesas decorrentes de sua participação.

Nós pesquisadores garantimos a privacidade e o sigilo de sua participação em todas as etapas da pesquisa e de futura publicação dos resultados. O seu nome *(e/ou seu filho)*, endereço, voz e imagem nunca serão

associados aos resultados desta pesquisa, exceto quando você desejar. Nesse caso, você deverá assinar um segundo termo, específico para essa autorização e que deverá ser apresentado separadamente deste.

As informações que você *(e/ou seu filho)* fornecerem serão utilizadas exclusivamente nesta pesquisa. Caso as informações fornecidas e obtidas com este consentimento sejam consideradas úteis para outros estudos, você será procurado para autorizar novamente o uso.

Este documento que você vai assinar contém (03) páginas. **Você deve vistar (rubricar)** todas às páginas, exceto a última, onde você assinará com a mesma assinatura registrada no cartório (caso tenha). Este documento está sendo apresentado a você em duas vias, sendo que uma via é sua. Sugerimos que guarde a sua via de modo seguro.

Caso você precise informar algum fato ou decorrente da sua participação na pesquisa e se sentir desconfortável em procurar o pesquisador, você poderá procurar pessoalmente o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIOESTE (CEP), de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00 as 15h30min, na Reitoria da UNIOESTE, sala do Comitê de Ética, PRPPG, situado na Rua Universitária, 1619 – Bairro Universitário, Cascavel – PR. Caso prefira, você pode entrar em contato via Internet pelo e-mail: cep.prppg@unioeste.br ou pelo telefone do CEP que é (45) 3220-3092.

Declaro estar ciente e suficientemente esclarecido sobre os fatos informados neste documento.

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável **(pais ou responsável):**

_____

Nome Legível

Assinatura:

_____

Eu, Simone Cesario Soares, declaro que forneci todas as informações sobre este projeto de pesquisa ao participante (e/ou responsável).

Assinatura do pesquisador

Cascavel, 08 de novembro de 2021.

Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (Pedagoga)

Aprovado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação CONEP em 04/08/2000
Comitê e Ética em Pesquisa – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: O Desafio das Políticas Públicas de Segurança Alimentar através do PNAE: Práticas alimentares e identidades juvenis na rede estadual de educação do Estado do Paraná, município de Toledo.

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética:
V. 2 - CAEE: 50290021.6.0000.0107 - Número do Parecer: 5.015.891 Aprovado em 03/09/2021

Pesquisadora para contato: Simone Cesario Soares - Telefone: (45) 99813 - 3497
Endereço de contato (Institucional): Rua Pernambuco, 1777. *Marechal Cândido Rondon* - PR - Brasil Caixa Postal: 91 - CEP: 85960-000. *Fone*: (45) 3284-7878.

Convidamos *a* **Senhora Pedagoga da Escola Estadual do Campo de Novo Sobradinho** a participar de nossa pesquisa que tem o objetivo avaliar as das políticas públicas de segurança alimentar no Estado do Paraná, e mais especificamente no município de Toledo, voltadas para a alimentação escolar. A pesquisa busca analisar o papel do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da escola, bem como de outras instituições governamentais, considerando o processo de formação de hábitos alimentares da juventude, trazendo reflexões acerca de seu desenvolvimento através da alimentação saudável dos adolescentes.

Se ocorrer algum transtorno, decorrente de sua participação em qualquer etapa desta pesquisa, nós pesquisadores, providenciaremos acompanhamento e a assistência imediata, integral e gratuita. Havendo a ocorrência de danos, previstos ou não, mas decorrentes de sua participação nesta pesquisa, caberá a você, na forma da Lei, o direito de solicitar a respectiva indenização.

Também você poderá a qualquer momento desistir de participar da pesquisa sem qualquer prejuízo. Para que isso ocorra, basta informar, por qualquer modo que lhe seja possível, que deseja deixar de participar da pesquisa e qualquer informação que tenha prestado será retirada do conjunto dos dados que serão utilizados na avaliação dos resultados.

Você não receberá e não pagará nenhum valor para participar deste estudo, no entanto, terá direito ao ressarcimento de despesas decorrentes de sua participação.

Nós pesquisadores garantimos a privacidade e o sigilo de sua participação em todas as etapas da pesquisa e de futura publicação dos resultados. O seu nome *(e/ou seu filho)*, endereço, voz e imagem nunca serão

associados aos resultados desta pesquisa, exceto quando você desejar. Nesse caso, você deverá assinar um segundo termo, específico para essa autorização e que deverá ser apresentado separadamente deste.

As informações que você *(e/ou seu filho)* fornecerem serão utilizadas exclusivamente nesta pesquisa. Caso as informações fornecidas e obtidas com este consentimento sejam consideradas úteis para outros estudos, você será procurado para autorizar novamente o uso.

Este documento que você vai assinar contém (03) páginas. Você deve vistar (rubricar) todas às páginas, exceto a última, onde você assinará com a mesma assinatura registrada no cartório (caso tenha). Este documento está sendo apresentado a você em duas vias, sendo que uma via é sua. Sugerimos que guarde a sua via de modo seguro.

Caso você precise informar algum fato ou decorrente da sua participação na pesquisa e se sentir desconfortável em procurar o pesquisador, você poderá procurar pessoalmente o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIOESTE (CEP), de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00 às 15h30min, na Reitoria da UNIOESTE, sala do Comitê de Ética, PRPPG, situado na Rua Universitária, 1619 – Bairro Universitário, Cascavel – PR. Caso prefira, você pode entrar em contato via Internet pelo e-mail: cep.prppg@unioeste.br ou pelo telefone do CEP que é (45) 3220-3092.

Declaro estar ciente e suficientemente esclarecido sobre os fatos informados neste documento.

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável:

_____

Nome Legível

Assinatura:

_____

Eu, Simone Cesario Soares, declaro que forneci todas as informações sobre este projeto de pesquisa ao participante (e/ou responsável).

Assinatura do pesquisador

Cascavel, 18 de novembro de 2021.

Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (Professor (a))

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Aprovado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação CONEP em 04/08/2000
Comitê e Ética em Pesquisa – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: O Desafio das Políticas Públicas de Segurança Alimentar através do PNAE: Práticas alimentares e identidades juvenis na rede estadual de educação do Estado do Paraná, município de Toledo.

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética:
V. 2 - CAEE: 50290021.6.0000.0107 - Número do Parecer: 5.015.891 Aprovado em 03/09/2021

Pesquisadora para contato: Simone Cesario Soares - Telefone: (45) 99813 - 3497
Endereço de contato (Institucional): Rua Pernambuco, 1777. *Marechal Cândido Rondon* - PR - Brasil Caixa Postal: 91 - CEP: 85960-000. *Fone*: (45) 3284-7878.

Convidamos *o* **Senhor (a) professor (a) da Escola Estadual do Campo de Novo Sobradinho** a participar de nossa pesquisa que tem o objetivo avaliar as das políticas públicas de segurança alimentar no Estado do Paraná, e mais especificamente no município de Toledo, voltadas para a alimentação escolar. A pesquisa busca analisar o papel do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da escola, bem como de outras instituições governamentais, considerando o processo de formação de hábitos alimentares da juventude, trazendo reflexões acerca de seu desenvolvimento através da alimentação saudável dos adolescentes.

Se ocorrer algum transtorno, decorrente de sua participação em qualquer etapa desta pesquisa, nós pesquisadores, providenciaremos acompanhamento e a assistência imediata, integral e gratuita. Havendo a ocorrência de danos, previstos ou não, mas decorrentes de sua participação nesta pesquisa, caberá a você, na forma da Lei, o direito de solicitar a respectiva indenização.

Também você poderá a qualquer momento desistir de participar da pesquisa sem qualquer prejuízo. Para que isso ocorra, basta informar, por qualquer modo que lhe seja possível, que deseja deixar de participar da pesquisa e qualquer informação que tenha prestado será retirada do conjunto dos dados que serão utilizados na avaliação dos resultados.

Você não receberá e não pagará nenhum valor para participar deste estudo, no entanto, terá direito ao ressarcimento de despesas decorrentes de sua participação.

Nós pesquisadores garantimos a privacidade e o sigilo de sua participação em todas as etapas da pesquisa e de futura publicação dos resultados. O seu nome *(e/ou seu filho)*, endereço, voz e imagem nunca serão

associados aos resultados desta pesquisa, exceto quando você desejar. Nesse caso, você deverá assinar um segundo termo, específico para essa autorização e que deverá ser apresentado separadamente deste.

As informações que você *(e/ou seu filho)* fornecerem serão utilizadas exclusivamente nesta pesquisa. Caso as informações fornecidas e obtidas com este consentimento sejam consideradas úteis para outros estudos, você será procurado para autorizar novamente o uso.

Este documento que você vai assinar contém (03) páginas. Você deve **vistar (rubricar) todas às páginas**, exceto a última, onde você assinará com a mesma assinatura registrada no cartório (caso tenha). Este documento está sendo apresentado a você em duas vias, sendo que uma via é sua. Sugerimos que guarde a sua via de modo seguro.

Caso você precise informar algum fato ou decorrente da sua participação na pesquisa e se sentir desconfortável em procurar o pesquisador, você poderá procurar pessoalmente o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIOESTE (CEP), de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00 as 15h30min, na Reitoria da UNIOESTE, sala do Comitê de Ética, PRPPG, situado na Rua Universitária, 1619 – Bairro Universitário, Cascavel – PR. Caso prefira, você pode entrar em contato via Internet pelo e-mail: cep.prppg@unioeste.br ou pelo telefone do CEP que é (45) 3220-3092.

Declaro estar ciente e suficientemente esclarecido sobre os fatos informados neste documento.

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável:

_____

Nome Legível

Assinatura:

_____

Eu, Simone Cesario Soares, declaro que forneci todas as informações sobre este projeto de pesquisa ao participante (e/ou responsável).

Assinatura do pesquisador

Cascavel, 11 de novembro de 2021.

Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (Secretário Escolar)

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Aprovado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação CONEP em 04/08/2000
Comitê e Ética em Pesquisa – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: O Desafio das Políticas Públicas de Segurança Alimentar através do PNAE: Práticas alimentares e identidades juvenis na rede estadual de educação do Estado do Paraná, município de Toledo.

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética:
V. 2 - CAEE: 50290021.6.0000.0107 - Número do Parecer: 5.015.891 Aprovado em 03/09/2021

Pesquisadora para contato: Simone Cesario Soares - Telefone: (45) 99813 - 3497
Endereço de contato (Institucional): Rua Pernambuco, 1777. *Marechal Cândido Rondon* - PR - Brasil Caixa Postal: 91 - CEP: 85960-000. *Fone*: (45) 3284-7878.

Convidamos *o* **Senhor Secretário Escolar da Escola Estadual do Campo de Novo Sobradinho** a participar de nossa pesquisa que tem o objetivo avaliar as das políticas públicas de segurança alimentar no Estado do Paraná, e mais especificamente no município de Toledo, voltadas para a alimentação escolar. A pesquisa busca analisar o papel do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da escola, bem como de outras instituições governamentais, considerando o processo de formação de hábitos alimentares da juventude, trazendo reflexões acerca de seu desenvolvimento através da alimentação saudável dos adolescentes.

Se ocorrer algum transtorno, decorrente de sua participação em qualquer etapa desta pesquisa, nós pesquisadores, providenciaremos acompanhamento e a assistência imediata, integral e gratuita. Havendo a ocorrência de danos, previstos ou não, mas decorrentes de sua participação nesta pesquisa, caberá a você, na forma da Lei, o direito de solicitar a respectiva indenização.

Também você poderá a qualquer momento desistir de participar da pesquisa sem qualquer prejuízo. Para que isso ocorra, basta informar, por qualquer modo que lhe seja possível, que deseja deixar de participar da pesquisa e qualquer informação que tenha prestado será retirada do conjunto dos dados que serão utilizados na avaliação dos resultados.

Você não receberá e não pagará nenhum valor para participar deste estudo, no entanto, terá direito ao ressarcimento de despesas decorrentes de sua participação.

Nós pesquisadores garantimos a privacidade e o sigilo de sua participação em todas as etapas da pesquisa e de futura publicação dos resultados. O seu nome *(e/ou seu filho)*, endereço, voz e imagem nunca serão associados aos resultados desta pesquisa, exceto quando você desejar. Nesse

caso, você deverá assinar um segundo termo, específico para essa autorização e que deverá ser apresentado separadamente deste.

As informações que você *(e/ou seu filho)* fornecerem serão utilizadas exclusivamente nesta pesquisa. Caso as informações fornecidas e obtidas com este consentimento sejam consideradas úteis para outros estudos, você será procurado para autorizar novamente o uso.

Este documento que você vai assinar contém (03) páginas. Você deve vistar (rubricar) todas às páginas, exceto a última, onde você assinará com a mesma assinatura registrada no cartório (caso tenha). Este documento está sendo apresentado a você em duas vias, sendo que uma via é sua. Sugerimos que guarde a sua via de modo seguro.

Caso você precise informar algum fato ou decorrente da sua participação na pesquisa e se sentir desconfortável em procurar o pesquisador, você poderá procurar pessoalmente o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIOESTE (CEP), de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00 às 15h30min, na Reitoria da UNIOESTE, sala do Comitê de Ética, PRPPG, situado na Rua Universitária, 1619 – Bairro Universitário, Cascavel – PR. Caso prefira, você pode entrar em contato via Internet pelo e-mail: cep.prppg@unioeste.br ou pelo telefone do CEP que é (45) 3220-3092.

Declaro estar ciente e suficientemente esclarecido sobre os fatos informados neste documento.

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável:

_____

Nome Legível

Assinatura:

_____

Eu, Simone Cesario Soares, declaro que forneci todas as informações sobre este projeto de pesquisa ao participante (e/ou responsável).

Assinatura do pesquisador

Cascavel, 18 de novembro de 2021.

Termo de assentimento - TA - Crianças ≥ 07 anos de idade (Alunos)

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Aprovado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação CONEP em 04/08/2000
Comitê e Ética em Pesquisa – CEP

TERMO DE ASSENTIMENTO - TA (Crianças ≥ 07 anos de idade)

Título do Projeto: O Desafio das Políticas Públicas de Segurança Alimentar através do PNAE: Práticas alimentares e identidades juvenis na rede estadual de educação do Estado do Paraná, município de Toledo.

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética:
V. 2 - CAEE: 50290021.6.0000.0107 - Número do Parecer: 5.015.891 Aprovado em 03/09/2021

Pesquisadora para contato: Simone Cesario Soares - Telefone: (45) 99813 - 3497
Endereço de contato (Institucional): Rua Pernambuco, 1777. *Marechal Cândido Rondon* - PR - Brasil Caixa Postal: 91 - CEP: 85960-000. *Fone*: (45) 3284-7878.

Convidamos você **aluno (a) da Escola Estadual do Campo de Novo Sobradinho** a participar de nossa pesquisa que tem o objetivo avaliar as das políticas públicas de segurança alimentar no Estado do Paraná, e mais especificamente no município de Toledo, voltadas para a alimentação escolar. A pesquisa busca analisar o papel do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da escola, bem como de outras instituições governamentais, considerando o processo de formação de hábitos alimentares da juventude, trazendo reflexões acerca de seu desenvolvimento através da alimentação saudável dos adolescentes.

Para participar deste estudo, o seu responsável legal deverá autorizar a sua participação mediante a assinatura de um Termo de Consentimento. A não autorização do seu responsável legal invalidará este Termo de Assentimento e você não poderá participar do estudo (Adequar esta informação conforme o nível intelectual do participante).

Durante a execução do estudo pode haver algum desconforto ao considerar os hábitos alimentares do (a) adolescente, ao descrever que tipo de alimento ingere com mais ou menos frequência, e ao descrever as atividades realizadas no contexto familiar.

Enquanto beneficio buscar-se-á a conscientização da juventude a partir da escola, refletindo sobre um futuro sustentável, promovendo mudanças de hábito e principalmente na possibilidade de escolha de uma vida saudável, a partir do alimento de qualidade, na medida em que o jovem tem direito a um meio ambiente sadio.

Para questionamentos, dúvidas ou relatos de acontecimentos os pesquisadores poderão ser contatados a qualquer momento pelo telefone.

O participante do projeto de pesquisa poderá ter como beneficio uma reflexão sobre suas escolhas alimentares, a fim de melhorar suas condições de saúde.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar do projeto**:** O Desafio das Políticas Públicas de Segurança Alimentar através do PNAE: Práticas alimentares e identidades juvenis na rede estadual de educação do Estado do Paraná, município de Toledo.

Nome do participante:

Assinatura:

Eu, Simone Cesario Soares, declaro que forneci todas as informações sobre este projeto de pesquisa ao participante (e/ou responsável).

Assinatura do pesquisador

Cascavel, 18 de novembro de 2021.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Questionário A - Pais

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável
Campus de Marechal Cândido Rondon Centro de Ciências Agrárias – CCA
Mestrado e Doutorado

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética: V. 2 - CAEE: 50290021.6.0000.0107 - Número do Parecer: 5.015.891 - Aprovado em 03/09/2021 - Pesquisadora para contato: Simone Cesario Soares - Telefone: (45) 99813-3497 - Endereço de contato (Institucional): Rua Pernambuco, 1777. *Marechal Cândido Rondon* - PR - Brasil Caixa Postal: 91 - CEP: 85960-000. *Fone*: (45) 3284-7878.

Questionário – A

PAIS

Dados Pessoais:

01) Nome:_____

Idade:_____

Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Grau de instrução: ( ) Ens. Fundamental ( ) Ensino Médio ( ) Superior

Curso de Formação:_____

Mora: ( ) Vila ( ) Interior

02) Qual é a principal atividade econômica da família ?

( ) Lavoura ( ) Produção animal ( ) Outra: _____

03) Nas atividades econômicas desenvolvida pela família, faz uso de agrotóxicos (herbicida, fungicida, inseticida)?

( ) Sim ( ) Não

04) Incentiva seu filho (a) a alimentar-se de maneira saudável?

( ) Sim ( ) Não ( ) As vezes

05) Em casa seu filho (a) come alimentos saudáveis?

( ) Sim ( ) Não

Quais alimentos?

_____

_____

06)A família cultiva hortaliças ou frutas para consumo da família?(

) Sim ( ) Não

Quais?_____

_____

07) A família cultiva hortaliças ou frutas comercialmente?

( ) Sim ( ) Não

Quais?_____

_____

08) A família produz alimentos orgânicos?

( ) Sim ( ) Não

Quais?_____

_____

09) A família consome alimentos orgânicos?

( ) Sim ( ) Não

Quais ? _____

10) Seu filho ou filha come os alimentos oferecidos pela escola?

Sim ( ) Não ( ) As vezes ( )

11) A família conhece os alimentos que são oferecidos na escola?

( ) Sim ( ) Não

12) A escola pode ensinar e/ou orientar sobre alimentação saudável?

Sim ( ) Não ( )

13) O que você compreende por sustentabilidade?

_____

_____

14) A sustentabilidade tem relação com a alimentação saudável?

_____

_____

15) Onde você imagina ser melhor para seu filho (a) morar e trabalhar enquanto adulto?

( ) Área rural ( ) Área urbana

Por quê?

_____

_____

_____

Questionário B - Professores

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável
Campus de Marechal Cândido Rondon Centro de Ciências Agrárias – CCA
Mestrado e Doutorado

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética: V. 2 - CAEE: 50290021.6.0000.0107 - Número do Parecer: 5.015.891 - Aprovado em 03/09/2021 - Pesquisadora para contato: Simone Cesario Soares - Telefone: (45) 99813-3497 - Endereço de contato (Institucional): Rua Pernambuco, 1777. *Marechal Cândido Rondon* - PR - Brasil Caixa Postal: 91 - CEP: 85960-000. *Fone*: (45) 3284-7878.

Questionário – B

PROFESSORES

Dados Pessoais:

1) Nome: _____

Idade:_____Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Área de formação: _____

Disciplina que leciona:_____

Nível de formação: ( ) Graduação ( ) Especialização (*lato-sensu*)

( ) Pós-Graduação (*stricto-sensu*)

Tempo de atuação no magistério:_____Vínculo: () efetivo ( ) contratado

Já atuou ou atua como gestor escolar: ( ) Sim ( ) Não

2) Você conhece o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?

_____

_____

_____

_____

4) Quais são os objetivos ou finalidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?

_____

_____

_____

_____

05) Sobre o PNAE, você conhece seu funcionamento, a origem dos recursos, os valores disponibilizados para cada aluno, bem como alimentos que podem ser adquiridos e de quem?

_____

_____

_____

_____

_____

_____

06) Você já participou de alguma formação (curso) voltado para alimentação saudável no contexto escolar ou especificamente do PNAE?

( ) Sim ( ) Não

Se a resposta foi sim, qual?

_____

_____

_____

07) Já recebeu alguma material didático-pedagógico sobre alimentação escolar para trabalhar em sala de aula?

( ) Sim ( ) Não

Se a resposta foi sim, qual?

_____

_____

08) Na sua opinião a escola pode contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis?

( ) Sim ( ) Não

Como?

_____

_____

_____

_____

_____

09) Tendo em vista que a educação alimentar enquanto conteúdo interdisciplinar, está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN´s), e as Base

Nacional Comum Curricular (BNCC), diante disto na sua opinião como seria possível desenvolver esta temática no contexto escolar?

_____

_____

_____

_____

10) Qual seria o papel da escola diante da política pública PNAE?

_____

_____

_____

_____

_____

11) Qual seria o papel do(a) professor(a) tendo em vista o PNAE?

_____

_____

_____

_____

_____

12) Você considera o PNAE importante? Por quê?

_____

_____

_____

_____

_____

13) Tendo em vista sua percepção do ambiente escolar, você considera que o PNAE oferece alimentação adequada em quantidade e qualidade suficiente aos alunos?

_____

_____

_____

Questionário C - FUNDEPAR

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável
Campus de Marechal Cândido Rondon Centro de Ciências Agrárias – CCA
Mestrado e Doutorado

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética: V. 2 - CAEE: 50290021.6.0000.0107 - Número do Parecer: 5.015.891 - Aprovado em 03/09/2021 - Pesquisadora para contato: Simone Cesario Soares - Telefone: (45) 99813-3497 - Endereço de contato (Institucional): Rua Pernambuco, 1777. *Marechal Cândido Rondon* - PR - Brasil Caixa Postal: 91 - CEP: 85960-000. *Fone*: (45) 3284-7878.

Questionário - C

FUNDEPAR

Dados Pessoais:

01) Nome:_____

Idade:____ Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Grau de instrução: ( ) Ens. Fundamental ( ) Ensino Médio ( ) Superior

Curso de formação:_____

Setor em que atua:_____

Função e/ou cargo: _____

Tempo de atuação neste setor/função:_____

Vínculo: ( ) Efetivo ( ) Contratado

02) Qual é a função da FUNDEPAR no processo de aquisição e distribuição da alimentação escolar da rede estadual de educação?

03) Qual é objetivo da FUNDEPAR diante da Política Pública do PNAE?

04) Há participação e/ou discussão de outras instituições governamentais no planejamento da aquisição dos alimentos?

05) Como ocorre o processo de aquisição dos alimentos?

06) Qual é a origem dos recursos para aquisição de alimentos? O estado do Paraná faz alguma complementação orçamentária?

07) Quais são alimentos são adquiridos pela FUNDEPAR?

08) Com relação a aquisição de alimentos orgânicos, haveria alguma dificuldade encontrada?

09) A escola pode escolher os alimentos oferecidos na escola?

10) A escola pode adquirir de forma direta algum alimento? Se sim, como e quais?

11) Como é o processo de logística do PNAE no estado do Paraná (rede estadual de educação)?

12) Qual é a origem dos alimentos perecíveis e não perecíveis?

13) Como é distribuída e controlada a quantidade de alimento a ser entregue em cada escola e oferecida a cada aluno?

14) Os alimentos distribuídos para as escolas é padronizado ou a escola ou NRE pode escolher?

15) Você considera que os alimentos fornecidos são adequados em quantidade e qualidade?

16) Na sua opinião o PNAE, pode ou poderia ser uma ferramenta de educação alimentar?

17) Existem ações conjuntas entre a Secretaria Estadual de Educação (SEED) e a FUNDEPAR, tendo em vista os objetivos previstos no PNAE? Se sim, quais seriam?

Questionário D - Núcleo Regional de Educação de Toledo

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável
Campus de Marechal Cândido Rondon Centro de Ciências Agrárias – CCA
Mestrado e Doutorado

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética: V. 2 - CAEE: 50290021.6.0000.0107 - Número do Parecer: 5.015.891 - Aprovado em 03/09/2021. Autorizado pelo Núcleo Regional de Educação de Toledo, sob o número de protocolo 18.277.859-1. Pesquisadora para contato: Simone Cesario Soares - Telefone: (45) 99813-3497 - Endereço de contato (Institucional): Rua Pernambuco, 1777. *Marechal Cândido Rondon* - PR - Brasil Caixa Postal: 91 - CEP: 85960-000. *Fone*: (45) 3284-7878.

Questionário – D

Núcleo Regional de Educação (NRE) - Toledo

Dados Pessoais:

01) Nome: _____

Idade:_____ Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Grau de instrução: ( ) Ens. Fundamental ( ) Ensino Médio ( ) Superior

Curso de formação:_____

Setor em que atua:_____

Função e/ou cargo: _____

Tempo de atuação neste setor/função:_____

Vínculo: ( ) Efetivo ( ) Contratado

02) Já participou de algum curso de formação voltado para o PNAE?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, qual? _____

Quem ofereceu? _____

03) Você conhece os objetivos do PNAE?

_____

_____

_____

_____

04) Qual é o papel do NRE tendo em vista os objetivos do PNAE?

05) Há participação e/ou discussão de representantes das escolas no processo de planejamento e execução do PNAE, no âmbito do NRE?

06) Como ocorre o processo de aquisição e distribuição dos alimentos?

07) Como é controlada a quantidade de alimentos a ser entregue em cada escola?

08) Os alimentos distribuídos para as escolas é padronizado ou a escola ou NRE pode escolher?

09) Você considera que os alimentos fornecidos são adequados em quantidade e qualidade?

10) Na sua opinião os alimentos oferecidos são saudáveis?

11) O que poderia melhorar tendo em vista a qualidade e quantidade de alimentos?

12) Considerando a questão anterior, quais seriam as dificuldades encontradas para que isso ocorra?

13) Na sua opinião o PNAE, pode ou poderia ser uma ferramenta de educação alimentar?

14) Existem ações conjuntas entre a Secretaria Estadual de Educação (SEED), FUNDEPAR, e o ou os NRE´s, tendo em vista os objetivos previstos no PNAE? Se sim, quais seriam?

15) Considerando os objetivos do PNAE, a partir de sua atuação neste NRE, o que poderia melhorar neste processo?

Questionário E - Alunos

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável
Campus de Marechal Cândido Rondon Centro de Ciências Agrárias – CCA
Mestrado e Doutorado

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética: V. 2 - CAEE: 50290021.6.0000.0107 - Número do Parecer: 5.015.891 - Aprovado em 03/09/2021. Autorizado pelo Núcleo Regional de Educação de Toledo, sob o número de protocolo 18.277.859-1. Pesquisadora para contato: Simone Cesario Soares - Telefone: (45) 99813-3497 - Endereço de contato (Institucional): Rua Pernambuco, 1777. *Marechal Cândido Rondon* - PR - Brasil Caixa Postal: 91 - CEP: 85960-000 - *Fone*: (45) 3284-7878.

Questionário - E

ALUNOS

Dados Pessoais:

01) Nome:_____

Idade:_____ Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Turma: ( ) 8° ano ( ) 9° ano

Recebe algum benefício Social: ( ) Sim ( ) Não

Se sim, qual? _____

Mora: ( ) Vila ( ) Interior Outro:_____

02) Você utiliza transporte escolar?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, de quanto tempo é o seu percurso até a chegada a escola?

_____

_____

_____

03) Qual é a principal atividade econômica da família ?

( ) Lavoura ( ) Produção animal ( ) Outra:_____

04) Você participa das atividades laborais (de trabalho) desenvolvidas pela família?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, quais?

_____

_____

_____

_____

05) Nas atividades econômicas desenvolvidas pela família, faz uso de agrotóxicos (herbicida, fungicida, inseticida)?

( ) Sim ( ) Não

06) Você come alimentos saudáveis em casa?

( ) Sim ( ) Não

Quais alimentos?

_____

_____

_____

07)A família cultiva hortaliças ou frutas para consumo da família?(

) Sim ( ) Não

Quais?_____

_____

08) A família cultiva hortaliças ou frutas comercialmente?

( ) Sim ( ) Não

Quais?_____

_____

09) Você sabe o que é um alimentos orgânico?

_____

_____

_____

10) A família produz alimentos orgânicos?

( ) Sim ( ) Não

Quais?_____

_____

11) A família consome alimentos orgânicos?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, quais?

_____

_____

12) Você come os alimentos oferecidos pela escola?

Sim ( ) Não ( ) As vezes ( )

Por que?

_____

_____

_____

13) Você considera que os alimentos fornecidos são adequados ou suficientes em quantidade e qualidade?

_____
_____
_____
_____
_____
_____

14) Na sua opinião os alimentos oferecidos na escola são saudáveis?

_____
_____
_____
_____
_____
_____

15) O que poderia melhorar tendo em vista a qualidade e quantidade de alimentos?

_____

_____

_____

_____

_____

_____

16) A escola pode ensinar e/ou orientar sobre alimentação saudável?

_____

_____

_____

_____

_____

17) O que você compreende por sustentabilidade?

18) A sustentabilidade tem relação com a alimentação saudável?

19) Onde você imagina ser melhor morar e trabalhar enquanto adulto?

( ) Área rural ( ) Área urbana

Por que?

Questionário F - Diretor

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável
Campus de Marechal Cândido Rondon Centro de Ciências Agrárias – CCA
Mestrado e Doutorado

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética: V. 2 - CAEE: 50290021.6.0000.0107 - Número do Parecer: 5.015.891 - Aprovado em 03/09/2021. Autorizado pelo Núcleo Regional de Educação de Toledo, sob o número de protocolo 18.277.859-1. Pesquisadora para contato: Simone Cesario Soares - Telefone: (45) 99813-3497 - Endereço de contato (Institucional): Rua Pernambuco, 1777. *Marechal Cândido Rondon* - PR - Brasil Caixa Postal: 91 - CEP: 85960-000. *Fone*: (45) 3284-7878.

Questionário – F

DIRETOR (A)

Dados Pessoais:

01) Nome:_____

Idade:_____Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Curso de formação:_____

Disciplina que leciona:_____

Nível de formação: ( ) Graduação ( ) Especialização (*lato-sensu*) ( ) Pós-Graduação (*stricto-sensu*)

Função e/ou cargo: _____

Tempo de atuação neste setor/função:_____

Tempo de atuação no magistério:_____Vínculo: ( ) efetivo ( ) contratado

02) Já fez algum curso ou formação na área de alimentação escolar oferecida pelo estado, ou secretária de educação?

Sim ( ) Não ( )

- Se sim, qual?_____

- Quem ofereceu o curso?_____

3) Qual é a função escola tendo em vista os objetivos do PNAE?

4) Qual seria a função do gestor (a) para atingir os objetivos do PNAE?

05) Os alimentos oferecidos pela escola são saudáveis?

06) A escola tem autonomia para escolher os alimentos oferecidos aos alunos?

07) A escola tem acesso a valores financeiros para compra de alimento, e como ocorre esse processo?

Se sim, é suficiente e ou/adequado as necessidades da escola?

8) De onde vêm os alimentos consumidos (carnes, legumes, verduras, cereais, lácteos)?

09) A quantidade de alimentos disponibilizada é suficiente para atender a demanda da escola?

10) Com que frequência a escola recebe ou compra alimentos frescos?

11) Você sabe o que são alimentos orgânicos?

12) A escola recebe alimentos orgânicos? Se sim, quais?

13) Quais alimentos congelados fazem parte da alimentação dos alunos?

14) Quais alimentos enlatados fazem parte da alimentação dos alunos?

15) Quais alimentos frescos fazem parte da alimentação dos alunos?

16) Os alimentos fornecidos são de qualidade?

17) Como é organizado o cardápio (quem e como é planejado)?

18) O Estado oferece orientação nutricional no preparo dos alimentos?

19) O Estado oferece orientação sanitária?

20) O que poderia melhorar neste processo?

21) A escola tem estrutura adequada para armazenamento dos alimentos?

22) Existem agentes (cozinheiras/merendeiras) suficientes para preparação dos alimentos?

23) Os alimentos ofertados respeitam a cultura alimentar local?

24) Há espaço para participação da comunidade escolar com outros segmentos do PNAE como NRE, SEED, FUNDEPAR ou ainda o Conselho Estadual de Alimentação Escolar nas questões sobre alimentação escolar?

25) Considerando a interdisciplinaridade, na sua percepção a escola pode ensinar e/ou contribuir para formação de hábitos alimentares saudáveis?

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Questionário G - Pedagogo

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável
Campus de Marechal Cândido Rondon Centro de Ciências Agrárias – CCA
Mestrado e Doutorado

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética: V. 2 - CAEE: 50290021.6.0000.0107 - Número do Parecer: 5.015.891 - Aprovado em 03/09/2021. Autorizado pelo Núcleo Regional de Educação de Toledo, sob o número de protocolo 18.277.859-1. Pesquisadora para contato: Simone Cesario Soares - Telefone: (45) 99813-3497 - Endereço de contato (Institucional): Rua Pernambuco, 1777. *Marechal Cândido Rondon* - PR - Brasil Caixa Postal: 91 - CEP: 85960-000. *Fone*: (45) 3284-7878.

Questionário – G

PEDAGOGO (A)

Dados Pessoais:

01) Nome:_____

Idade:_____Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Curso de formação:_____

Disciplina que leciona:_____

Nível de formação: ( ) Graduação ( ) Especialização (*lato-sensu*)

( ) Pós-Graduação (*stricto-sensu*)

Função e/ou cargo: _____

Tempo de atuação neste setor/função:_____

Tempo de atuação no magistério:_Vínculo: ( ) efetivo ( ) Contratado

02) Já fez algum curso ou formação na área de alimentação escolar oferecida pelo estado, ou secretaria de educação?

Sim ( ) Não ( ) Se sim, qual?_____

03) Você conhece os objetivos do PNAE?

_____

_____

_____

_____

_____

4) Qual é a função escola tendo em vista os objetivos do PNAE?

_____

_____

_____

_____

_____

5) Qual seria a função do pedagogo (a) para atingir os objetivos do PNAE?

_____

_____

_____

_____

_____

06) Na percepção do ambiente escolar os alimentos fornecidos são de qualidade?

_____

_____

_____

_____

07) A escola pode contribuir para a alimentação saudável?

_____

_____

_____

Se sim, como?

_____

_____

_____

08) A escola tem ou já teve algum projeto voltado para alimentação?

_____

_____

_____

09) O Projeto Político Pedagógico da escola contempla a temática alimentação saudável?

_____

_____

_____

_____

10) Considerando a interdisciplinaridade, na sua percepção a escola pode ensinar e/ou contribuir para formação de hábitos alimentares saudáveis?

_____

_____

_____

_____

_____

11) Quais alimentos enlatados fazem parte da alimentação dos alunos?

_____

_____

_____

_____

12) Quais alimentos frescos fazem parte da alimentação dos alunos?

_____

_____

_____

13) Os alimentos fornecidos são de qualidade?

_____

_____

_____

14) Como é organizado o cardápio (quem e como é planejado)*?*

_____

_____

_____

Questionário H - Merendeira

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável
Campus de Marechal Cândido Rondon Centro de Ciências Agrárias – CCA
Mestrado e Doutorado

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética: V. 2 - CAEE: 50290021.6.0000.0107 - Número do Parecer: 5.015.891 - Aprovado em 03/09/2021. Autorizado pelo Núcleo Regional de Educação de Toledo, sob o número de protocolo 18.277.859-1. Pesquisadora para contato: Simone Cesario Soares - Telefone: (45) 99813-3497 - Endereço de contato (Institucional): Rua Pernambuco, 1777. *Marechal Cândido Rondon* - PR - Brasil Caixa Postal: 91 - CEP: 85960-000. *Fone*: (45) 3284-7878.

Questionário – H

COZINHEIRA (MERENDEIRA)

Dados Pessoais:

01) Nome: _____

Idade:_____ Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Curso de formação:_____

Grau de instrução: ( ) Ens. Fundamental ( ) Ensino Médio ( ) Superior

Função e/ou cargo: _____

Tempo de atuação neste setor/função:_____

Vínculo: ( ) efetivo ( ) Contratado

02) Já fez algum curso ou formação na área de alimentação escolar oferecida pelo estado, ou secretária de educação?

Sim ( ) Não ( ) Se sim, qual? _____

Quem ofereceu?_____

03) Você fez o Pro-funcionário?

( ) Sim ( ) Não Se sim, qual curso? _____

4) A escola pode escolher os alimentos oferecidos aos alunos?

_____

_____

5) De onde vêm os alimentos consumidos (carnes, legumes, verduras, cereais, lácteos)?

06) A quantidade de alimentos ofertado é suficiente para atender a demanda da escola?

07) Com que frequência a escola recebe ou compra alimentos frescos?

08) Você sabe o que são alimentos orgânicos?

09) A escola recebe alimentos orgânicos? Se sim, quais?

10) Quais alimentos congelados fazem parte da alimentação dos alunos?

11) Quais alimentos enlatados fazem parte da alimentação dos alunos?

12) Quais alimentos frescos fazem parte da alimentação dos alunos?

13) Os alimentos fornecidos são de qualidade?

14) Como é organizado o cardápio (quem e como é planejado)?

15) O Estado oferece orientação nutricional no preparo dos alimentos?

16) O Estado oferece orientação sanitária?

17) A escola tem estrutura adequada para armazenamento dos alimentos?

18) Existem agentes (cozinheiras/merendeiras) suficientes para preparação dos alimentos?

19) Na sua opinião o alimento oferecido é saudável?

20) Na sua opinião o que poderia melhorar?

Questionário I - Secretário Escolar

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável
Campus de Marechal Cândido Rondon Centro de Ciências Agrárias – CCA
Mestrado e Doutorado

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética: V. 2 - CAEE: 50290021.6.0000.0107 - Número do Parecer: 5.015.891 - Aprovado em 03/09/2021. Autorizado pelo Núcleo Regional de Educação de Toledo, sob o número de protocolo 18.277.859-1. Pesquisadora para contato: Simone Cesario Soares - Telefone: (45) 99813-3497 - Endereço de contato (Institucional): Rua Pernambuco, 1777. *Marechal Cândido Rondon* - PR - Brasil Caixa Postal: 91 - CEP: 85960-000. *Fone*: (45) 3284-7878.

Questionário – I

SECRETÁRIO

Dados Pessoais:

01) Nome:_____

Idade: _____ Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Grau de instrução: ( ) Ens. Fundamental ( ) Ensino Médio ( ) Superior

Curso de formação:_____

Setor em que atua:_____

Função e/ou cargo:_____

Tempo de atuação neste setor/função:_____

Vínculo: ( ) Efetivo ( ) Contratado

02) Você já fez algum curso ou formação na área de alimentação escolar?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, qual (ais)?

_____

_____

Quem ofereceu?

_____

_____

03) Qual é a função da escola tendo em vista os objetivos do PNAE?

04) Qual é a função do secretario escolar tendo em vista o objetivo do PNAE?

05) Você considera que os alimentos fornecidos são adequados em quantidade e qualidade?

06) A escola tem acesso a valores financeiros para compra de alimento, e como ocorre esse processo?

Se sim, eles são suficientes para ofertar alimento de qualidade?

Questionário J - Conselho Estadual de Alimentação Escolar (CEAE)

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável
Campus de Marechal Cândido Rondon Centro de Ciências Agrárias – CCA
Mestrado e Doutorado

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética: V. 2 - CAEE: 50290021.6.0000.0107 - Número do Parecer: 5.015.891 - Aprovado em 03/09/2021 - Pesquisadora para contato: Simone Cesario Soares - Telefone: (45) 99813-3497 - Endereço de contato (Institucional): Rua Pernambuco, 1777. *Marechal Cândido Rondon* - PR - Brasil Caixa Postal: 91 - CEP: 85960-000. *Fone*: (45) 3284-7878.

Questionário – J

CONSELHO ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO PR

Dados Pessoais:

01) Nome: _____

Idade:_____Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Grau de instrução: ( ) Ens. Fundamental ( ) Ensino Médio ( ) Superior

Curso de formação:_____

Tempo em que atua no Conselho de Alimentação Escolar: _____

Função e/ou cargo: _____

02) Qual é a função do Conselho de Alimentação Escolar ?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

03) Qual é objetivo da Conselho de Alimentação Escolar diante da Política Pública do PNAE?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

04) Qual é a periodicidade das reuniões?

05) Como e quem define a pauta a ser discutida pelo conselho?

06 Como são escolhidos os membros do conselho?

07) Você considera que os alimentos fornecidos são adequados em quantidade e qualidade?

08) Você considera que o alimento fornecido aos alunos é saudável?

09) O que poderia melhorar neste processo ?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

10) Na sua opinião o PNAE, pode ou poderia ser uma ferramenta de educação alimentar?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

11) Há participação e/ou discussão entre setores e/ou outras instituições governamentais no planejamento da aquisição dos alimentos? Se sim, como isso ocorre?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

12) Quais os assuntos mais presentes nas reuniões e/ou discussões do Conselho de Alimentação?

_____
_____
_____

13) Qual ou quais seriam as maiores dificuldades para garantir uma alimentação de qualidade, saudável a nossos alunos?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

APÊNDICE C - IMAGENS DA ESCOLA ESTADUAL DO CAMPO DE NOVO SOBRADINHO

Imagem 02: Pintura do Garfield - Refeitório da Escola Estadual do Campo de Novo Sobradinho - Toledo/Paraná, out/2021.

Fonte: Fotografado pela autora, out/2021.

Imagem 03: Refeitório da Escola Estadual do Campo de Novo Sobradinho - Toledo/Paraná, out/2021.

Fonte: Fotografado pela autora, out/2021.

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Os Desafios das Políticas Públicas de Segurança Alimentar através do PNAE

Pesquisador: SIMONE CESARIO SOARES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 50290021.6.0000.0107

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.015.891

Apresentação do Projeto:

"O trabalho busca compreender as dimensões atingidas pelo PNAE - Programa de Alimentação Escolar, que tem por objetivo garantir a segurança alimentar. Considerando que o Programa tem também como uma de suas prerrogativas a formação para hábitos alimentares mais saudáveis. Nesta perspectiva a pesquisa busca compreender quais são os atores, bem como suas função/atuação diante deste desafio da segurança alimentar para a juventude, a partir da alimentação fornecida pela Rede estadual de Educação do Paraná, no município de Toledo. A pesquisa será aplicada a alunos da Escola Estadual do Campo de Novo Sobradinho (8 ano = 14 alunos e 9ano = 24 alunos), além dos pais, diretor, pedagogo, merendeira, professores, e e agentes educacionais envolvidos como do NRE (Núcleo Regional de Educação de Toledo) e da SEED(Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná) e ainda agentes da FUNDEPAR (responsáveis pelo processo de licitação)."

Objetivo da Pesquisa:

"Geral: o objetivo geral da pesquisa é avaliar a atuação das políticas públicas de segurança alimentar no Estado do Paraná, e mais especificamente no município de Toledo, voltadas para a alimentação escolar, enquanto direitos fundamentais para a juventude."

"Específicos: Como objetivos específicos destaca-se: a) compreender o processo de a) compreender o processo de elaboração e desenvolvimento das Políticas Públicas; b) analisar as

proposições e ações das políticas públicas voltadas para a oferta da alimentação escolar no Brasil, a partir de leis e diretrizes orientadoras; c) contextualizar o município de Toledo do ponto de vista da sua configuração socioeconômica e educacional e d) analisar a atuação dos diversos atores envolvidos no PNAE, atores governamentais e não-governamentais, tendo em vista a concepção dos adolescentes e jovens numa perspectiva de formação de hábitos e valores alimentares saudáveis."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"Riscos:

"Não haverá qualquer dano a saúde, e ou integridade dos participantes." (Prataforma Brasil)

"Se ocorrer algum transtorno, decorrente de sua participação em qualquer etapa desta pesquisa, nós pesquisadores, providenciaremos acompanhamento e a assistência imediata, integral e gratuita." (nos TCLEs)

Benefícios:

"A pesquisa poderá contribuir para a formação, bem como a reflexão sobre a prática de hábitos alimentares mais saudáveis, principalmente da população jovem. Ao mesmo tempo em busca refletir os processos produtos mais sustentáveis através da educação."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, Unioeste/campus de Marechal Cândido Rondon, Pesquisa de relevância para Ciências Exatas e da Terra.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1. Folha de Rosto: de acordo
2. TCLE e Termo de Assentimento: todos de acordo
3. Termo de Ciência do estudo de campo: de acordo
4. Instrumento de Coleta de Dados: de acordo
5. Termo de não inicio da coleta de dados: de acordo.
6. Termo de Dados de Arquivo: de acordo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

"Relembramos a necessidade o relatório parcial/final"

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1793160.pdf	14/09/2021 16:06:57		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP autorizacao_dos_responsavel.docx	14/09/2021 16:05:54	SIMONE CESARIO SOARES	Aceito
Projeto Detalhado Brochura Investigador	PROJETO.docx	08/09/2021 17:28:01	SIMONE CESARIO SOARES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_ASSENTIMENTO.docx	08/09/2021 17:17:41	SIMONE CESARIO SOARES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEPSECRETARIO.docx	08/09/2021 17:13:24	SIMONE CESARIO SOARES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEPprofessor.docx	08/09/2021 17:13:11	SIMONE CESARIO SOARES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEPPEDAGOGA.docx	08/09/2021 17:12:22	SIMONE CESARIO SOARES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEPPAIS.docx	08/09/2021 17:12:11	SIMONE CESARIO SOARES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEPMERENDEIRA.docx	08/09/2021 17:12:00	SIMONE CESARIO SOARES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEPDIRETORA.docx	08/09/2021 17:11:49	SIMONE CESARIO SOARES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEPconselheiroCAEA.docx	08/09/2021 17:11:31	SIMONE CESARIO SOARES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLE_CEPAGENTESEED.docx	08/09/2021 17:11:14	SIMONE CESARIO SOARES	Aceito

Ausência	TCLE_CEPAGENTESEED.docx	08/09/2021 17:11:14	SIMONE CESARIO SOARES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEPAGENTENRE.docx	08/09/2021 17:10:38	SIMONE CESARIO SOARES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEPAGENTEFUNDEPAR.docx	08/09/2021 17:10:08	SIMONE CESARIO SOARES	Aceito
Declaração de concordância	ANExos_I_e_II_08092021.pdf	08/09/2021 08:28:30	SIMONE CESARIO SOARES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	FormularioanexosIaoIV20072021_2.pdf	28/07/2021 17:37:59	SIMONE CESARIO SOARES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP.docx	14/07/2021 16:38:34	SIMONE CESARIO SOARES	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	14/07/2021 16:01:06	SIMONE CESARIO SOARES	Aceito

Situação do Parecer:

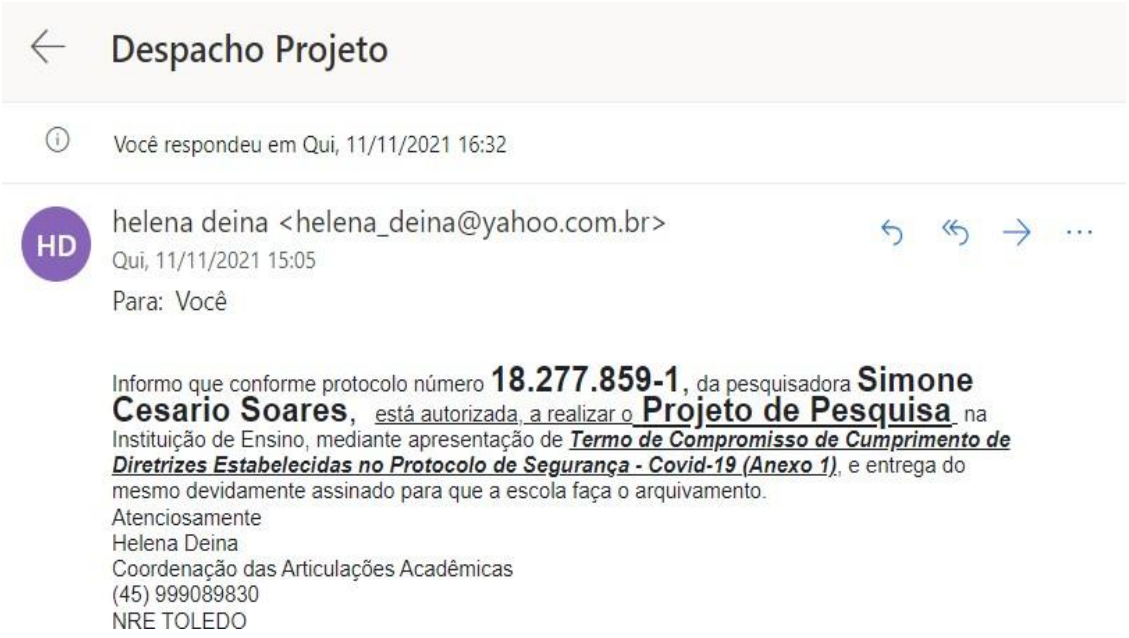
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP: Não

CASCAVEL, 03 de Outubro de 2021

Assinado por:
Dartel Ferrari de Lima
(Coordenador(a)

ANEXO B - APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA SEED/NRE



Despacho Projeto

Você respondeu em Qui, 11/11/2021 16:32

HD

helena deina <helena_deina@yahoo.com.br>
Qui, 11/11/2021 15:05
Para: Você

Informo que conforme protocolo número **18.277.859-1**, da pesquisadora **Simone Cesario Soares**, está autorizada, a realizar o **Projeto de Pesquisa** na Instituição de Ensino, mediante apresentação de ***Termo de Compromisso de Cumprimento de Diretrizes Estabelecidas no Protocolo de Segurança - Covid-19 (Anexo 1)***, e entrega do mesmo devidamente assinado para que a escola faça o arquivamento.
Atenciosamente
Helena Deina
Coordenação das Articulações Acadêmicas
(45) 999089830
NRE TOLEDO